

ROSELI T. BOSCHILIA

**CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO:  
A MULHER NO ESPAÇO FABRIL CURITIBANO  
(1940-1960)**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, ao Curso de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná — UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

CURITIBA

1996

**ROSELI T. BOSCHILIA**

**CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO:  
A MULHER NO ESPAÇO FABRIL CURITIBANO  
(1940-1960)**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, ao curso de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Banca examinadora:

Prof. Euclides Marchi (Orientador)  
Departamento de História, UFPR

Prof<sup>a</sup>. Maria Izilda Santos de Matos  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

Prof<sup>a</sup>. Etelvina Maria de Castro Trindade  
Departamento de História, UFPR.

Curitiba, 29 de novembro de 1996

Às mulheres e meninas que, um dia, igualmente como minha avó, Maria Frantz,  
trabalharam em fábricas.

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse, às quais quero, neste momento, agradecer.

Inicialmente, ao meu orientador, Professor Euclides Marchi, pelo apoio seguro que me proporcionou durante a pesquisa, e também pela demonstração de qualidades intelectuais e humanas que muito me estimularam na elaboração deste trabalho. A seriedade, o engajamento na pesquisa, o método de trabalho, as discussões em grupo, a atenção e o respeito com que lidou com minhas incertezas e inseguranças foram fundamentais para o meu desempenho nesta empreitada.

À Coordenadora do Curso de Pós-Graduação, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, e aos professores, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Ronald Raminelli, Elvira Kubo, Sérgio Odilon Nadalin, Ana Maria de Oliveira Burmester e Francisco Moraes Paz (*in memoriam*), pela disposição em discutir o projeto, oferecer críticas, sugestões e indicações de leituras e fontes.

Meu especial agradecimento às professoras Etelvina Maria de Castro Trindade e Ana Paula Vosne Martins, pela leitura do trabalho para a banca prévia e pelas contribuições feitas durante todo o período da pesquisa.

Aos colegas de curso e de grupo de estudo, Marcelo Saldanha Sutil, Elizabete Berberi, Cláudio Denipoti e Renata Sigolo, com os quais dividi incertezas e conquistas, teóricas e práticas, durante as discussões de textos e leituras dos primeiros capítulos da dissertação.

A algumas pessoas que, pela identidade dos assuntos pesquisados, tornaram-se amigas no decorrer do trabalho: Ana Maria Ganz, Vilma Bueno e Léa

Rezende Archanjo, que, além de lerem atentamente os originais, fazendo críticas e comentários pertinentes, compartilharam comigo questões relacionadas ao objeto, às fontes e à bibliografia. À colaboração da professora Judite Trindade, sempre solícita na disponibilização de sua biblioteca, no empréstimo de livros e na pesquisa de algumas fontes bibliográficas, fundamentais para a pesquisa.

À equipe da Casa da Memória, que sempre me incentivou e torceu pelo sucesso desta empreitada. À Professora Oksana Boruszenko, pelo apoio pessoal e funcional, importante para quem dedica uma jornada de oito horas diárias dentro da instituição; à Ana Maria Hladuczk, parceira de longa data e irmã do coração, que dividiu comigo as angústias pessoais, provocadas pela difícil conciliação de papéis como mestrande, mãe, esposa e profissional. Às amigas Vilma Nogueira, sempre pronta a me ajudar na pesquisa de documentos fotográficos, Ângela Cherobim, companheira de todas as horas, e Filomena Hammerschmidt, que fez o trabalho de revisão das normas bibliográficas. Agradeço ainda a Marcelo Saldanha Sutil, Ozanam A. de Souza, Roberson Nunes Caldeira e Fátima Freitas, pelo interesse na busca de fontes e assuntos relacionados à pesquisa.

Durante a fase de coleta de dados, várias pessoas também contribuíram de forma decisiva para a efetivação do meu trabalho. Agradeço especialmente às três empresas pesquisadas, pela abertura de seus arquivos à pesquisa, um gesto aparentemente simples, mas fundamental ao exercício do historiador. Da mesma forma, não esqueço o apoio dos funcionários responsáveis pela guarda de documentos dessas empresas, que sempre me atenderam com atenção e presteza. Além disso, contei com a ajuda indispensável de funcionários do Arquivo Público

do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná, do IPARDES, da Biblioteca do SESI e do Museu da Imagem e do Som-MIS.

Destaco o desempenho e a dedicação de Maria Olinda Trindade, que auxiliou no levantamento da documentação e foi um ombro amigo nas longas horas de pesquisa dos arquivos e documentos institucionais.

Ao Sr. Heroníades Trindade, pela gentileza com que me concedeu seu depoimento, enriquecendo sobremaneira a redação do primeiro capítulo sobre o cotidiano da cidade. À Ivone Polo, pelas inúmeras ajudas relacionadas às questões burocráticas do curso de mestrado. À Marise Manoel devo especial agradecimento pela revisão apurada da versão final da dissertação.

Agradeço, ainda, à CAPES, pela concessão de bolsa, sem qual teria sido impossível levar adiante a pesquisa.

À minha mãe e às minhas filhas, Janaína e Letícia, que suportaram as ausências e o humor oscilante de quem escreve uma dissertação. Ao Emílio, companheiro dedicado e amigo verdadeiro, que, com seu apoio calmo e decisivo, evitou que o barco fosse à deriva nos muitos momentos de crise que surgiram no caminho.

Por último, a minha gratidão a todos os entrevistados, homens e mulheres, que se dispuseram a falar sobre suas vidas e que, ao narrarem suas histórias, tornaram possível a construção de uma outra história.

## SUMÁRIO

LISTA DAS FOTOS .....	viii
LISTA DAS TABELAS .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 A VIDA NA CIDADE</b> .....	13
1.1 OLHARES SOBRE A CIDADE: O VERSO E O REVERSO .....	13
1.2 O COTIDIANO NO ESPAÇO URBANO .....	21
1.3 OLHARES SOBRE A MULHER TRABALHADORA .....	26
<b>2 A VIDA NAS FÁBRICAS</b> .....	37
2.1 ONDE TRABALHAVAM AS MULHERES CURITIBANAS .....	37
2.2 FAZENDO FITA .....	46
2.2.1 Trabalho domiciliar: o espaço das mulheres casadas .....	52
2.3 PONDO A MÃO NA MASSA .....	56
2.4 MEXENDO COM FOGO .....	60
2.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	68
2.5.1 Acidentes de trabalho .....	68
2.5.2 Condições de saúde .....	71
2.6 REBELDIA E SUBMISSÃO: OS ESPAÇOS DISPONÍVEIS .....	80
<b>3 TRABALHO, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO</b> .....	87
3.1 OPERARIADO FEMININO E CONDIÇÕES DE VIDA .....	87
3.2 A CIDADE E OS IMIGRANTES .....	95
3.3 TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER NA FAMÍLIA .....	100
3.4 A FÁBRICA E OS PATRÕES NA FALA DAS OPERÁRIAS .....	109
3.4.1 Patrão herói .....	109
3.4.2 Patrão carrasco .....	120
3.4.3 Patrão ausente .....	127
3.5 MULHER E TRABALHO: O OLHAR DAS OPERÁRIAS .....	134
3.6 A DIFERENÇA NAS FALAS .....	141
3.7 HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, CULTURA E REPRESENTAÇÃO .....	149
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>ANEXOS</b> .....	163
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	166

## LISTA DAS FOTOS

- Operárias da Fábrica de Palhões, de propriedade da família Pianowski, no Bairro Portão - 1933. Acervo Casa da Memória ..... p. 43
- Operários da Fábrica Mimosa, posando ao lado dos instrumentos de trabalho, em 1913. Coleção: Júlia Martins. Acervo: Casa da Memória ..... p. 44
- Trabalhadores e proprietários da Fábrica de Correias de Rodolpho Haltrich, no Juvevê. Década de dez. Acervo: Casa da Memória..... p. 44
- Trabalhadores da Fábrica Venske, junto com os proprietários, em 1932. Coleção: Guido Venske. Acervo: Museu da Imagem e do Som ..... p. 45
- Trabalhadores da Cristaleria Raiar da Aurora, por ocasião do Dia do Trabalho, em 1945. Coleção: Bonifácio Geronasso. Acervo: Casa da Memória ..... p. 45
- Interior da Fábrica de Biscoitos Glória, de Ângelo Vendrametto, no Juvevê. Foto da década de trinta. Acervo: Casa da Memória ..... p. 46
- Operários da Indústria Todeschini, no Bairro da Água Verde, saindo para um desfile. Novembro de 1942. Acervo: Museu da Imagem e do Som ..... p. 46
- Fábrica de Mate Ildefonso. Seção de empacotamento. Coleção: Tereza Fontana. Acervo: Casa da Memória ..... p. 47
- Interior da Fábrica de Mate Tibagy. Seção de embalagens. Coleção: Tereza Fontana. Acervo: Casa da Memória ..... p. 47
- Vista da Fábrica de fitas Venske na rua Ubaldino do Amaral. s.d. Coleção: Zelly Mathias Gomes. Acervo: Casa da Memória ..... p. 49
- Berçário da Fábrica de fitas Venske. Coleção: Guido Venske. Acervo: Museu da Imagem e do Som ..... p. 57
- Vista aérea da Fábrica Lucinda. s.d. Acervo: Casa da Memória ..... p. 60
- Vista da Fábrica Pinheiro, na década de trinta. Acervo: Casa da Memória ..... p. 63
- Vista da Companhia Fabril Paranaense S.A. (Fábrica Mimosa), fundada em 1913. Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brasil Capri & Olivero. São Paulo, 1923. .... p. 64
- Fábrica Mimosa. Seção de enchimento manual. 1923. Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brazil. Capri e Olivero. São Paulo, 1923 ..... p. 65



Fábrica Mimosa. Seção de caixinhas e gavetas. 1923. Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brazil. Capri & Olivero. São Paulo, 1923 .....	p. 65
Operária sendo atendida pela Dra. Diva Graci, no consultório dentário da Fábrica Venske. Coleção: Zelly Mathias Gomes .....	p. 76
Trabalhadores e proprietários da Fábrica de fitas Venske. 1947. Coleção: Zelly Mathias Gomes. Acervo: Casa da Memória. ....	p. 114
Vista aérea da Fábrica de fitas Venske, em 1958. Coleção: Guido Venske .....	p. 119
Fábrica de fitas. Tecelãs trabalhando nos teares. s.d. Acervo: Museu da Imagem e do Som .....	p. 120
Interior da Fábrica de fitas Venske. s.d. Acervo: Museu da Imagem e do Som. ....	p. 120
Operárias da Fábrica Venske nas festividades dos 40 anos da empresa, em 1947. Acervo: Zelly Mathias Gomes .....	p. 121
Operárias da Fábrica de fitas Venske. Seção de meadas. Coleção: Doris Tibucheski .....	p.121
Fábrica Lucinda. Homens e mulheres trabalhando na seção de balas. Fotógrafo: Antônio Linzmeyer. Acervo: Casa da Memória .....	p.127
Fábrica Lucinda. Operárias da seção de embalagens. Fotógrafo: Antônio Linzmeyer Acervo: Casa da Memória .....	p.127
Grupo de operárias da Fábrica Lucinda durante desfile de Sete de Setembro, na Rua Quinze de Novembro. 1942. Coleção: Angélica Manikoski Geronasso .....	p.128
Operárias da Fábrica Lucinda desfilando no dia da Bandeira, no início dos anos quarenta. Coleção: Angélica Manikoski Geronasso .....	p.128
As operárias da Fiat Lux prestigiando o time de futebol masculino da Fábrica. Coleção: Elizabeth Smoger.....	p.133
Operárias da Fiat Lux posam em traje de passeio no pátio da fábrica. Coleção: Elizabeth Smoger. ....	p.134
Operários da Fiat Lux no pátio interno da fábrica. Coleção: Elizabeth Smoger. ....	p.134
Operários e familiares da Fábrica Fiat Lux durante as comemorações de Natal de 1953. Coleção: Elizabeth Smoger. ....	p.135
Grupo de operárias da Fiat Lux durante um baile na década de 50. Coleção: Elizabeth Smoger.....	p.135

## LISTA DAS TABELAS

- TABELA 1: TRABALHADORES POR SEXO E TOTAL, SEGUNDO INDÚSTRIAS PESQUISADAS (1940 E 1960).
- TABELA 2: TRABALHADORES MAIORES E MENORES DE IDADE E TOTAL, POR SEXO, SEGUNDO INDÚSTRIAS PESQUISADAS, CONFORME IDADE NO MOMENTO DA ADMISSÃO (1940 E 1960).
- TABELA 3: NÚMERO DE OPERÁRIOS POR SEXO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA
- TABELA 4: NÚMERO DE OPERÁRIOS POR SEXO - ESTADO DO PARANÁ
- TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO SEXO FEMININO, DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 1940, 1950 E 1960
- TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO SEXO FEMININO, MAIORES DE DEZ ANOS, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL, DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 1940 E 1950
- TABELA 7: VARIAÇÃO DOS PREÇOS (EM CRUZEIROS) DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DE CONSUMO NO PERÍODO ENTRE 1930 E 1954

## INTRODUÇÃO

A construção de um novo horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos.

Célia PAOLI<sup>1</sup>

Antes de entrar no terreno da história apreendida, gostaria de relatar os motivos que levaram à escolha da mulher operária como objeto desta dissertação. Atuando há longos anos como pesquisadora da Fundação Cultural de Curitiba, sistematicamente, tive contato com antigos moradores de diferentes bairros desta cidade. Durante as entrevistas, principalmente com homens da classe trabalhadora, era comum a referência ao fato de terem conhecido suas esposas no trajeto para o trabalho ou na própria fábrica. As esposas, por outro lado, quando convidadas a falar, raramente diziam ter trabalhado fora de casa, mas, ao privilegiarem o período de vida compreendido entre a adolescência e a idade adulta, afirmavam, invariavelmente, terem trabalhado, por um breve período, antes do casamento, “para fazer o enxoval”. No entanto, à medida que a conversa se estendia, era possível observar que a duração desse “breve período” muitas vezes ia além de uma dezena de anos e incluía a passagem por diversos empregos na indústria e no comércio, podendo até mesmo ultrapassar a data de casamento. Pelas falas, tanto dos homens quanto das mulheres, percebia-se que havia uma grande variedade de locais onde trabalhavam mulheres de todas as idades, e apenas aquelas que haviam exercido

---

<sup>1</sup> PAOLI, Maria Célia. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p. 27.

atividades ligadas ao ensino, à saúde ou às artes falavam espontaneamente sobre suas profissões, mesmo que essas tivessem sido temporárias nas suas vidas.

Intrigava o fato de que, independente da classe social, origem étnica, condição econômica ou familiar, a experiência da inserção no trabalho industrial fosse assumida pelas mulheres como um episódio que se tentava esquecer ou que não tinha tido nenhuma importância na trajetória de suas vidas.

A partir de algumas certezas e muitas indagações, a tentativa foi desvendar o que parecia um mistério: por que, de modo geral, as mulheres que foram operárias durante um período da sua vida demonstravam certa resistência em assumir essa condição? Quais os motivos que levaram essas mulheres, de origem étnica, condição econômica e social diversas, a procurar emprego numa fábrica? Como elas vivenciaram a experiência do trabalho? O que elas pensavam sobre o trabalho feminino? Até que ponto o discurso moralizante, estabelecido a partir do Estado Novo, que condenava a mulher à domesticidade, refletiu-se no comportamento dessas mulheres?

Debruçar-se sobre o cotidiano das mulheres trabalhadoras, além de pressupor um duplo engajamento entre classe e gênero, implicava tratar de um assunto polêmico, que ainda encontra barreiras entre um grande número de historiadores, já que a história das mulheres surgiu como um campo definível somente nas duas últimas décadas.

O amadurecimento de seu instrumental teórico<sup>2</sup>, a construção de novos cortes teórico-metodológicos, como, por exemplo, *“o privilegiamento do estudo do*

---

<sup>2</sup> BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989. p. 9.

*cotidiano, espaço por excelência da visibilidade feminina*”<sup>3</sup> e o diálogo com outras disciplinas têm possibilitado a conquista de novos espaços e uma aproximação cada vez mais estreita entre História e Antropologia<sup>4</sup>.

As contribuições mais recentes trazidas por Clifford GEERTZ<sup>5</sup> e Marshall SAHLINS<sup>6</sup>, embora em campos opostos quanto à elaboração de seus conceitos<sup>7</sup>, foram decisivas para uma maior aproximação entre a Antropologia e a História, ao procurarem *“incorporar e desenvolver uma sensibilidade à transformação histórica dentro dos sistemas culturais”*.<sup>8</sup>

Dessa forma, a inter-relação entre essas disciplinas, e outras, tem tornado possível a articulação de um discurso próprio sobre o feminino. *“A trajetória percorrida e a razoável base de conhecimento já sedimentada permitiram levantar novas indagações e superar os impasses criados pela estratégia inicialmente adotada de se focalizar excessivamente as mulheres”*.<sup>9</sup>

---

<sup>3</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 128.

<sup>4</sup> A criação da disciplina tem como marco fundador o conceito de cultura, proposto por TYLOR em 1871, como *“este todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”*. (FRANCHETTO, Bruna et al. Antropologia e feminismo. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1981. p. 17.)

<sup>5</sup> BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-130.

<sup>6</sup> COSTA, Suely G. Transformação e reprodução: Marshall Sahlins e a dialética (quase invisível) do cotidiano. Revista Agora. Niterói. v.1, 2 sem. 1993.

<sup>7</sup> Enquanto GEERTZ enfatiza a unidade, SAHLINS - para quem a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia - está preocupado com a diferença.

<sup>8</sup> DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. THOMPSON e Natalie DAVIS. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 86.

<sup>9</sup> Id., *ibid.*

A tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição e insistir sobre a inadequação das teorias existentes para explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens levou a utilização do conceito de gênero, intimamente ligado à questão dos significados culturais, e que surgiu na esteira de novas perspectivas historiográficas, abertas, principalmente pela história da cultura.<sup>10</sup>

O termo gênero, que segundo o dicionário Larousse designava, em sua acepção original, “*indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas*”, sofreu transformações e hoje significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos.<sup>11</sup> Para Joan SCOTT, a definição de gênero pode ser explicada por uma dupla proposição: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, além disso, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder. Além de possibilitar a divisão em duas partes, o gênero contém ainda diversas subpartes, que são interligadas, mas que devem ser distinguidas na análise. Enquanto elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos: os **símbolos** culturalmente disponíveis que, evocam representações simbólicas, e que são, com freqüência, contraditórias; os **conceitos normativos** (expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas), que põem em evidência as

---

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 13, jul. dez, 1990.

<sup>11</sup> O conceito de gênero vem sendo utilizado há mais de uma década por feministas de fala inglesa, principalmente americanas que queriam frisar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. O uso da palavra indicava um rejeição ao determinismo biológico implícito presente nos termos como "sexo" ou "diferença sexual".

interpretações do sentido dos símbolos; dentro dessa análise, deve estar incluída uma noção de **política**, bem como uma referência às instituições e à organização social; e, por último, a **identidade subjetiva**. Apesar de não operarem simultaneamente, esses quatro elementos estão inter-relacionados, à medida que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.<sup>12</sup>

Os estudos mais atuais buscam, por meio do gênero, compreender a condição feminina inserida numa trama de relações sociais, dentro de uma conjuntura histórica, em que o feminino se reporta necessariamente ao masculino, uma vez que é impossível compreendê-lo isoladamente. Assim, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais, e, portanto ligado à questão da desigualdade e do poder <sup>13</sup>. Quando se concebe o eu e o outro como seres análogos, as relações entre as pessoas se processam pela identificação e pela diferenciação: “[...] *os seres humanos só podem ser adequadamente entendidos nas suas relações com outros seres humanos. Deste ângulo, a pessoa é entendida como um ser relacional e histórico*”.<sup>14</sup>

Ao trabalhar com relações de gênero, o historiador pressupõe que os sexos não sejam tratados como variáveis naturais ou independentes, mas que a análise das relações sociais criadas a partir de atributos sexuais, possibilite, junto

---

<sup>12</sup> SCOTT, p.14-6.

<sup>13</sup> Além de estar atrelado à questão da igualdade e da desigualdade diante do poder, o conceito de gênero é marcado pelas noções de diferença e desconstrução ligadas ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo, uma vez que o conceito foi fundado epistemologicamente no campo interdisciplinar da Psicanálise (freudiana e lacaniana), da Antropologia (lévi-straussiana) e da Linguística e Semiótica (de Derrida).

<sup>14</sup> SCOTT, p. 210-1.

com a análise de outras subordinações sociais, a abertura de uma nova perspectiva para se compreender o trabalho feminino.

Apesar da dificuldade em definir o conceito de gênero de forma mais precisa, as discussões em torno do assunto têm sido extremamente enriquecedoras, porque trazem uma nova proposta para trabalhar com diferentes grupos de indivíduos, procurando perceber de que maneira as referências culturais, os procedimentos simbólicos, os jogos de significação e as relações de poder são sexualmente produzidas.<sup>15</sup> Ao abandonar os conceitos naturalizados que foram construídos sobre a diferença entre os sexos, essa nova categoria de análise leva a uma aproximação com a história cultural, pois é a partir dela que podemos discutir *“idéias, atitudes, crenças, valores, códigos de comportamentos e rituais construídos pelos diferentes grupos, segmentos ou classes sociais como instrumentos que viabilizam a compreensão e vivência de sua realidade social”*.<sup>16</sup>

Vislumbrar o universo cotidiano desse grupo, por meio da sua realidade social, exigiu ainda a definição de outros conceitos caros à história cultural, à antropologia e à psicologia social. Novamente a questão da interdisciplinaridade se fez presente, e a leitura de textos produzidos por intelectuais ligados a essas vertentes foi fundamental para a assimilação de conceitos como representação e visão de mundo. Em CHARTIER e outros autores<sup>17</sup>, buscamos apoio para definir

---

<sup>15</sup> RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995. p. 89.

<sup>16</sup> ENGEL, Magali G. História da Cultura: buscas e caminhos. Revista Ágora. Niterói: Núcleo de Pesquisa em História da Cultura. v. 1, n. 1, 2.º sem. 1993. p.31.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 17; JODELET, Denise. Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge, org. Psychologie sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. p. 357-379; ALBUQUERQUE, J. A. Guillon. Instituição e poder: análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.21; MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU,



representação como a imagem ou as imagens de uma realidade empírica, cuja existência material pode ser traduzida em estratégias e práticas sociais. Melhor dizendo, as representações foram aqui entendidas como uma das dimensões do modo pelo qual os homens se comportam em relação aos outros homens, ou seja, a representação é *“uma maneira de interpretar e de pensar nossa realidade cotidiana, uma forma de conhecimento social”*<sup>18</sup>. Segundo JODELET, o social intervém de várias maneiras no contexto em que se situam as pessoas ou grupos, seja pela comunicação que se estabelece entre eles, seja pelos quadros de apreensão, códigos, valores e ideologias que constituem suas bagagens culturais.<sup>19</sup>

Como lembra BOURDIEU<sup>20</sup>, à medida que as representações mentais envolvem atos de apreciação e conhecimento, as representações expressas refletem estratégias de interesse e manipulação. Sendo assim, *“no domínio da representação as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto”*.<sup>21</sup>

Para a utilização do conceito de visão de mundo, buscamos ajuda nos escritos de GEERTZ, que, associando o termo aos aspectos cognitivos e existenciais de uma cultura, o define como sendo o quadro a partir do qual um povo elabora as coisas, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade.<sup>22</sup>

---

Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. XXI; OLIVEIRA, Roberto C. de., org. *Mauss - Antropologia*. São Paulo, Ática, 1979. (Coleção grandes cientistas sociais, 11).

<sup>18</sup> JODELET, Denise. *Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie*. In: MOSCOVICI, Serge, org. *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984, p. 360.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*

<sup>20</sup> citado por PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto, v. 15, n. 29, p. 15, 1995.

<sup>21</sup> PESAVENTO, p. 15.

<sup>22</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 144.

Definidos os pressupostos teóricos, era preciso delimitar um período que permitisse a análise das questões mais subjetivas, ligadas aos significados culturais. As fontes escritas, disponíveis nas fábricas, não permitiram que se delimitasse um período muito distante no tempo. A opção foi trabalhar na intermediação de duas épocas distintas (1940- 1960), por ser esse período considerado como espaço divisor entre a etapa pré-industrial - ligada basicamente a atividade de beneficiamento agrícola e extração florestal - e à industrial propriamente dita, que despontou em Curitiba a partir da década de sessenta.<sup>23</sup>

Além disso, a partir de 1940, com a criação do salário mínimo e, pouco depois, com a aprovação da CLT, em 1943, a mulher trabalhadora apresentava-se, pelo menos formalmente, em igualdade de condições diante dos operários do gênero masculino, não existindo, portanto, nenhuma vinculação entre a contratação de mão-de-obra feminina e o pagamento de salários mais baixos.

Feito o recorte temporal, cabia estabelecer os espaços industriais em que a mão-de-obra fosse preferencialmente feminina. Assim, foram selecionadas três indústrias, cujo porte em número de operários fosse diverso e, por fim, que atuassem em ramos distintos. As empresas escolhidas foram a fábrica de fitas Venske, a de massas alimentícias, Lucinda, e a Fiat Lux, ligada à produção de fósforos de segurança.

Feito o recorte, era preciso definir a fonte principal. Visitando os arquivos administrativos das indústrias, percebeu-se que ali havia documentação suficiente para analisar a participação da mulher no mundo do trabalho, do ponto de vista dos

---

<sup>23</sup> BALHANA, Altiva P. et al. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1, p. 240; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Indústria de Torrefação e Moagem de Café e Consumo Interno 1940-1970. Curitiba, 1976. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. p. 46.

padrões. No entanto, o interesse maior estava em escrever uma história sobre mulheres trabalhadoras que também levasse em conta a sua perspectiva. Para isso, era imprescindível ouvi-las, já que praticamente inexistem documentos que registrem a sua fala. Resolveu-se, então, trabalhar com os registros de empregados existentes nas empresas e com entrevistas. Além destas, foram utilizadas outras fontes, como periódicos da época, censos demográficos e industriais, legislação trabalhista e documentos fotográficos.

A pesquisa nos arquivos das empresas mostrou uma disparidade muito grande quanto à forma de registro, à organização e à guarda dos documentos. Das três, a fábrica de fitas foi a que apresentou a documentação mais completa. O registro dos empregados, feito por ordem de admissão em livros com páginas numeradas, permitiu que todos os documentos fossem preservados, facilitando enormemente o trabalho de pesquisa. Além dos livros de registro de empregados, foram encontrados outros que, embora não cobrindo todo o período da pesquisa, foram valiosos para obtenção de informações relacionadas à frequência, vencimentos e produção dos trabalhadores.

Na fábrica de bolachas Lucinda, os empregados eram cadastrados em fichas soltas e estas arquivadas em ordem alfabética. A retirada sistemática desses documentos, principalmente para comprovação de aposentadoria, permite pensar que uma pequena parte das fichas pode ter sido extraviada. Da mesma forma que na Venske, foram utilizados alguns livros em que eram registrados mensalmente os nomes dos operários, as horas trabalhadas, o salário e observações diversas.

O arquivo da fábrica de fósforos Fiat Lux, com mais de três mil fichas, é seguramente o menos completo, porque durante muitos anos a documentação

permaneceu abandonada num depósito da empresa, sem nenhum cuidado. Somente durante a década de 60 um dos funcionários do escritório resolveu “salvar” o que havia sobrado desse material. No entanto, apesar de incompleto, é o arquivo que possui o material mais rico. Organizado em ordem alfabética, em envelopes individuais, contém, além das fichas com os dados habituais, informações adicionais muito interessantes, como empregos anteriores e a condição de saúde dos operários.

No final, foram levantadas 5.600 fichas de registro\* contendo nome completo, gênero, data e local de nascimento; endereço, data de admissão e saída; ocupação e salário de trabalhadoras e trabalhadores.

Cumprida essa etapa do levantamento, já se dispunha de material suficiente para seguir em busca daquilo que mais interessava na pesquisa: a fala das mulheres trabalhadoras sobre a sua experiência no mundo do trabalho.

Utilizando a metodologia proposta pela história oral (explicitada no terceiro capítulo), foram feitas 30 entrevistas com homens e mulheres que trabalharam nas três indústrias pesquisadas.

A escolha dos entrevistados seguiu alguns critérios básicos: interessava, particularmente, conversar com mulheres que tivessem sido operárias em algum período da vida, independente da nacionalidade, condição econômica e social. Apesar da preferência por pessoas que trabalharam, durante o período, numa das três indústrias pesquisadas, também foram entrevistadas outras operárias, o que possibilitou acompanhar a visão do espaço fabril em outros locais. Houve também a preocupação em conversar com pelo menos um homem de cada indústria, de forma a recuperar a visão masculina sobre o trabalho feminino.

---

\* Para facilitar a análise, essa documentação foi transformada em três bancos de dados.

O contato inicial para as primeiras entrevistas deu-se por meio de funcionários das próprias indústrias. A partir daí, foi possível a formação de uma rede na qual as pessoas contatadas forneciam novos nomes.

Foram realizadas entrevistas individuais e coletivas, com duração média de noventa minutos, sempre na residência dos entrevistados, e após uma explicação detalhada quanto aos objetivos do trabalho e à utilização do material. Conduzidas com perguntas abertas, as entrevistas seguiram a metodologia proposta para o trabalho com histórias de vida, embora não tenha havido interesse em fazer essa reconstrução de forma exaustiva. A preocupação maior foi ater-se à trajetória pessoal, procurando privilegiar as experiências relacionadas à origem familiar, estilo de vida, organização do cotidiano, educação, valores religiosos, profissão e casamento, tendo o trabalho como fio condutor da entrevista.

Após a coleta dos depoimentos, as fitas foram transcritas e devolvidas aos entrevistados para formalizar a autorização de uso de suas falas na redação da dissertação. Quando havia dúvidas, ou falhas nas informações, esse momento era aproveitado para saná-las. Em seguida, cada depoimento foi relido e foram selecionadas as falas sobre os assuntos que apareciam com maior frequência, tais como: condições de vida; organização e relações familiares; condições e relações de trabalho na fábrica, casamento e outras questões relacionadas ao universo cultural. A riqueza do material coletado obrigou a fazer opções no momento da escrita, deixando de lado assuntos interessantes, mas que levariam a fugir dos temas propostos. A seleção resultou em tópicos que acabaram originando os subtítulos do terceiro capítulo “Trabalho, memória e representação”.

Assim, a divisão dos capítulos da dissertação acabou sendo definida a partir das diferentes fontes pesquisadas.

No primeiro capítulo, denominado “A vida na cidade”, a tentativa foi mostrar os diferentes olhares sobre a cidade e a apropriação diferenciada de seus espaços, de acordo com a classe e o gênero de seus habitantes. Nesse contexto, tentou-se, na seqüência do texto, evidenciar o discurso existente, à época, sobre a mulher trabalhadora.

A partir dos dados, e das informações que resultaram das pesquisas nos arquivos das indústrias, foi elaborado o segundo capítulo, “A vida na fábrica,” em que a preocupação foi analisar as condições de trabalho à que as mulheres estavam expostas nos espaços fabris e verificar, no interior de diferentes modelos de empresa industrial, quais eram os locais disponíveis para manifestações de rebeldia e submissão.

No terceiro capítulo, por meio das entrevistas, procurou-se verificar como as relações entre os indivíduos são mediadas por suas práticas de vida mais imediatas, e nestas são inseridas as referências culturais e ideológicas relativas à sua própria categorização, procurando *“recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos”*.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> PAOLI, p. 27.

# 1 A VIDA NA CIDADE

## 1.1 OLHARES SOBRE A CIDADE: O VERSO E O REVERSO

Desde o final do século XIX, a população curitibana convivia com diferentes grupos de imigrantes, que habitavam preferencialmente a região norte da cidade, dando-lhe uma feição européia, visível na paisagem arquitetônica e nas plantações agrícolas. A diversidade cultural transformava Curitiba em “*uma cidade polêmica, cadinho de nacionalidades, crenças e opiniões*”.<sup>1</sup>

A partir dos anos trinta, Curitiba começara a viver um processo de transição do espaço rural para o urbano-industrial. Os migrantes buscavam melhores condições de vida “*através da mobilidade social oferecida pela industrialização e pela urbanização*”.<sup>2</sup> Famílias inteiras, ou grupos isolados, vinham do interior do Paraná, e de estados vizinhos, em busca de oportunidades de trabalho, moradia, assistência de saúde e educação.

No início da década de quarenta, havia 140 mil habitantes distribuídos por duas dezenas de bairros.<sup>3</sup> Nessa época, a capital paranaense era descrita nos jornais como “*a Cidade Sorriso, moderna e confortável, amparada por dezenas de*

---

<sup>1</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, p. 107.

<sup>2</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 89.

<sup>3</sup> No mapa da cidade, produzido em 1935 e atualizado em 1956, entre os diversos bairros aparecem denominações como: Passeio Público, General Carneiro, Belém, N. Sra. da Luz, Presidente Taunay, Santa Terezinha, Seminário, Glória, Prado e Marumbi. Os mais distantes eram São Lourenço, São Casemiro do Taboão, Bacacheri, Guabirota, Portão, Vila Guáira, e Alto Cajuru (atual Jardim Botânico). A região periférica era composta pelos distritos de Campo Comprido, Colombo, Santa Felicidade, Tamandaré e Umbará. (IBGE. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Curitiba. Curitiba, 1950. p. 14.)

*colônias agrícolas que [faziam] o encanto de seus arredores*".<sup>4</sup> Eram citados, dentre os espaços mais importantes, o Passeio Público, o Museu Paranaense, o Cassino Ahú, o Country Clube, o Clube Curitibano, a Universidade, as fábricas e as organizações de assistência social.<sup>5</sup> Ao enfatizar a vocação agrícola da cidade "moderna e confortável", que tinha seu amparo nas colônias, e, ao mesmo tempo, privilegiar as fábricas, inserindo-as no conjunto de exemplos que eram vistos como signos representativos da modernidade e do progresso, o texto evidenciava o binômio agricultura e indústria, sobre o qual estava amparada a economia curitibana.

Havia, por parte dos governantes, um interesse muito próximo do que ocorre hoje, da construção de um mito de cidade próspera, cuja prosperidade poderia ser repassada a qualquer habitante, bastando para isso viver aqui. Essa visão pode ser percebida na seqüência do texto, que afirma: "[Curitiba] *é considerada uma das mais importantes capitais de Estados brasileiros, dotada de um clima semelhante ao de certas regiões européias [...]. Possui ótimos e luxuosos hotéis, comércio e indústria desenvolvidos, teatros confortáveis, ruas largas e bem traçadas, edificações moderníssimas, jardins públicos pitorescos, museu, etc*".<sup>6</sup>

Essa idéia de uma cidade próspera e ordeira era estendida a todos os setores da sociedade. Junto às principais manchetes dos jornais de 1942, que noticiavam o distanciamento da vitória por parte dos alemães, a partir da entrada dos Estados Unidos na guerra, e a tentativa da Espanha de atrair a Argentina e

---

<sup>4</sup>GUIA TURÍSTICO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. (elaborado em comemoração à passagem do primeiro decênio de administração do Interventor Federal Sr. Manuel Ribas). Curitiba, Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. jan. 1942, p. 8.

<sup>5</sup> Id., p. 8.

<sup>6</sup> Id., p. 15.



Portugal para uma declaração de neutralidade, aparecia a propaganda “*Viaje de primeira classe pelas estações do mundo*”, com a figura de um rádio da marca RCA Victor, um dos símbolos de prosperidade da época, cuja posse obrigava o proprietário a fazer um registro da aquisição na Agência de Correios e Telégrafos.

Em dezembro de 1943, por ocasião do 250º aniversário da fundação da cidade, aconteceu, na Praça Rui Barbosa, a II Grande Exposição Internacional de Curitiba, organizada em conjunto pelo Estado e Município, que eram governados, respectivamente, pelo Interventor Federal Manuel Ribas e pelo prefeito Rozaldo G. de Mello Leitão, e sob os auspícios da Associação Comercial, Federação das Indústrias e a Empresa de Propaganda e Turismo. Para o evento, foram montados vinte pavilhões procurando mostrar, como diz o catálogo, “*uma época de prosperidade [...] com a demonstração do progresso, da riqueza e do trabalho de um povo*”.<sup>7</sup>

Entre os pavilhões dos Ministérios da Guerra, da Marinha, da Justiça, do Estado do Amazonas, das Repúblicas Dominicana, do Uruguai e da Polônia, estava o da cidade de Curitiba, com um total de 128 indústrias premiadas, entre elas a Cia. Industrial Marumby, Fábrica de Pianos Essenfelder, Leão Júnior, Indústria Química Iguaçu, Indústria de Linho Dalvy, Cia. Fabril Paranaense de Fósforos, Impressora Paranaense, Fábrica de Tintas Paraná e Indústrias Todeschini. O texto de apresentação enfatizava “*as múltiplas facetas do crescente e intenso progresso da sorridente e bela metrópole*”, cuja população era “*progressista, acolhedora e civilizada*”.

---

<sup>7</sup> ESTADO DO PARANÁ. II Grande Exposição Internacional de Curitiba. 1944. n. p.

No entanto, a partir de um olhar mais atento na documentação sobre as indústrias em atividade no período, conclui-se que a maior parte delas poderia ser enquadrada no ramo de oficinas artesanais, ou empresas domiciliares, de pequeno porte, como alfaiatarias, carpintarias, barricarias, olarias, padarias, tinturarias, funilarias, curtumes, engenhos de erva-mate, fábricas de banha, de sabão, de vinho, etc.

Nessa época, Curitiba contava com, aproximadamente, doze mil trabalhadores ligados ao setor industrial. Desse total, 11,5 % eram mulheres, sendo que a maior concentração de operários estava na indústria de produtos alimentares.

Em 1947, pouco tempo depois do término da guerra, uma reportagem intitulada “Curitiba Industrializa-se”<sup>8</sup> regozija-se: *“Está entre as afirmações desfeitas pela realidade, em um lustro, a de que Curitiba é uma cidade sem indústria”*. Esse tipo de colocação tinha como objetivo, não só propagar a idéia do sucesso industrial, mas também enfatizar a superação de afirmativas feitas anteriormente, como a do historiador Júlio MOREIRA, de que a cidade dos anos 30 não era uma cidade de indústria, mas de serviços, estruturando-se conforme as suas necessidades.

Em 1950, a mesma revista colocava Curitiba como a sexta cidade do país em número de indústrias, com 268 estabelecimentos industriais.<sup>9</sup> Pouco tempo depois, Temístocles LINHARES dizia que as 343 indústrias dos mais variados setores, existentes em Curitiba, incorporava “milhares de operários”. Para esse autor, a presença dos imigrantes alemães era um dos fatores preponderantes para o

---

<sup>8</sup> REVISTA ANUÁRIO SUL DO BRASIL. 1947, v. 10, p. 7.

<sup>9</sup> \_\_\_\_ . 1950, v. 13, p. 19.

visível progresso da urbe. “*Os alemães foram os que mais contribuições trouxeram ao desenvolvimento do Paraná tendo em vista as ‘virtudes magníficas do germano’ como a constância, a tenacidade, a continência, o senso de responsabilidade e a independência, que enriqueceram a cultura paranaense*”.<sup>10</sup>

Segundo Ana Paula MARTINS, “*para Linhares foi o ato transformador do imigrante alemão que em sua busca ‘ininterrompida e insatisfeita’ preparou o terreno para que Curitiba se tornasse uma cidade moderna e industrial nos anos 50*”.<sup>11</sup>

Políticos e intelectuais procuravam incorporar aos seus discursos a cultura imigrante, para tentar delinear um perfil do homem paranaense, buscando, assim, a construção de um discurso de homogeneidade. “*A busca da identidade, trabalhando a integração territorial e populacional foi meta perseguida exaustivamente pelos governos do Estado do Paraná na década de 50*”.<sup>12</sup>

Para ser considerada cidade ideal era preciso ser completa, como registra

Temístocles Paes de Souza BRASIL:

Curitiba, a capital administrativa [do Estado] é também a sua capital espiritual. Nela cresce e floresce a indústria e o comércio, como desabrocha e frutifica exuberantemente o pensamento. É corpo são e alma vibrante. O materialismo contingente da indústria e do comércio é equilibrado pela ideologia elevada, que brota num ambiente de liberalidade. O meio literário é notável, as obras do pensamento abundantes. A **juventude** evolve em meio profícuo ao trabalho, com a emulação de uma tradição contínua de **operosidade fecunda**.<sup>13</sup> (sem grifo no original)

---

<sup>10</sup> LINHARES, Temístocles, citado por MARTINS, Ana Paula. “Um lar em terra estranha: a aventura da individualização feminina. A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Dissertação de mestrado. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. p. 5.

<sup>11</sup> MARTINS, p. 6.

<sup>12</sup> SILVA, Guilmar Maria Vieira. Verdes tons dos cafezais: o Paraná e sua fatura cultural em meados do século XX. Curitiba, 1993. p. 49. (Monografia)

<sup>13</sup> SOUZA BRASIL, Temístocles Paes de. Recordações de Curitiba. In: Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, v. 2, n. 8 mar. abr. 1943. p. 41.

Como contraponto a esse discurso, aparecia a fala de jovens escritores, como Dalton TREVISAN, criticando essa visão que era amplamente divulgada com o objetivo de criar uma imagem utópica de cidade perfeita, onde só era dada visibilidade ao belo. Dalton, ao explicitar a contradição, procura mostrar que existe uma outra Curitiba, mais real e nem por isso menos amada. Na crônica “Minha Cidade”, escrita em 1946, ele diz:

Curitiba, que não tem pinheiros, esta Curitiba eu canto. Curitiba, em que o céu não é azul, esta Curitiba eu canto. Não a Curitiba para turista ver, esta Curitiba eu canto. [...] Curitiba das filas de ônibus e bondes, às seis horas da tarde, [...] das meninas de subúrbio pálidas, que trabalham oito horas por dia [...], dos amores escusos no Passeio Público, que é a zona mais policiada da cidade [...] Curitiba dos bailes estritamente familiares da várzea, aos sábados [...] da humilde zona da Estação, em que a noite humanidade desconhecida nasce das sombras a fim de beber cachaça, se amar nas casas de tolerância e morrer de faca, veneno e fogo, das campanhas eleitorais dos estudantes, onde se borram de cal e folhetos todas as lojas da rua 15 e para mostrar que não é Brasil, ganha sempre o partido da oposição [...] dos cineminhas poeira, com amendoim, pinhão cozido e pipoca que são o paraíso das pulgas e dos namorados [...] Curitiba, não a das lojas Americanas, Sloper e confeitaria Guairacá, que os turistas visitam para depois contar que conhecem a cidade, [...] da chuva que cai de repente e alaga as ruas [...] Curitiba, sem pinheiros ou céu azul, pelo que tu és - província, cárcere, lar - esta Curitiba, e não a outra para o turista ver, com amor eu canto.<sup>14</sup>

As críticas também apareciam nos jornais, vez ou outra, mas normalmente tinham resposta imediata por parte dos defensores de plantão. Em 1954, um articulista anônimo, ao afirmar que Curitiba era uma cidade com pés de barro, mereceu como resposta uma matéria intitulada “Esquisôfrenia”, na qual outro articulista, também anônimo, escreve:

[...] Francamente, a opinião do desconhecido, talvez seja uma novidade para o curitibano, que conhece o progresso ilimitado de sua cidade, nestes últimos dez anos. Francamente seu moço! Curitiba não habita em suas entranhas em trevas! A Curitiba que progride de norte a sul, não vive em suas entranhas ingratas, divagando sugestionada, pela propaganda de gabinete de outras “Grandes Metrôpoles”. Curitiba não tem apenas um riso despreocupado e gentil na Rua 15. Curitiba pulsa, vibra, fascina também no Batel residencial ou no Juvevê que o crítico apressado talvez desconheça. Curitiba não tem pés de barro, porque seu coração é de ouro e sua fisionomia reflete-se contente em milhares de estudantes e milhares de obreiros formidáveis que não poupam esforços pelo brilho do Brasil de amanhã [...].<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> TREVISAN, Dalton. Minha cidade. *Revista Joaquim*, v. 1, n. 6, nov. 1946. n. p.

<sup>15</sup> JORNAL DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 05 out. 1954. p. 6.

Apesar de defesas fervorosas como esta, era impossível esconder que, aos poucos, a população começava a vivenciar os problemas trazidos pelo crescimento urbano e pelo progresso econômico. No início dos anos 50, a metade da população, que totalizava aproximadamente 174 mil habitantes, habitava a região central da cidade, enquanto 52 mil pessoas (30%) moravam em subúrbios e o restante (19%) na área rural da capital, composta por dezesseis povoados, cuja distância do centro variava entre 5 e 15 km.<sup>16</sup>

A expansão urbana, ocasionada pelo rápido aumento populacional, e a conseqüente pressão da especulação imobiliária, empurraram para fora da região central da cidade as novas famílias de trabalhadores, vindas principalmente do interior. Essas levas de habitantes provocaram o surgimento de novos bairros que eram habitados, na maior parte, por famílias operárias, e onde a vida estava longe de ser um mar de prosperidade. O conhecido episódio do boicote à carne que movimentou o país em fevereiro de 1952, liderado pelas donas de casa, em repúdio à alta dos preços, teve início no arrabalde do Cajuru, onde um grupo de mulheres invadiu um açougue e arrastou para as ruas as carnes que se achavam ali dependuradas. Ao se dirigir ao centro da cidade, o grupo de mulheres contou com o apelo de populares entrando num açougue localizado à rua Sete de Setembro, esquina com João Negrão. *“Ali as carnes foram lançadas à rua, despejando-se querozene e incendiando-se aquele alimento”*.<sup>17</sup> Houve intervenção da polícia. A mesma reportagem testemunha que *“esta, algumas vezes, teve que tomar medidas drásticas, havendo guardas que distribuiu cacetadas, inclusive numa mulher.*

---

<sup>16</sup> IBGE. Departamento Estadual de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Curitiba. Curitiba, 1950. p. 22.

<sup>17</sup> JORNAL GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 fev. 1952, n. 9.490, p. 1-8.

*Ouvimos esta se dirigir àquele polícia, com a seguinte expressão: Aquele 'cabeça chata' vae me pagar...”*

Numa demonstração clara de rebeldia, após a invasão e depredação de um açougue localizado na Praça Zacarias, “*várias mulheres, apanhando carnes que estavam espalhadas pelo chão, lançaram sobre as autoridades que procuravam acalmar os ânimos das mais exaltadas*”.

No mesmo mês, ao ser anunciado um grande comício na Av. João Pessoa, pelo Movimento contra a Carestia, a sua realização foi proibida pela chefatura da Polícia, com a alegação de que duas das entidades promotoras do comício, a Federação de Mulheres do Paraná e a União Sindical dos Trabalhadores do Paraná, eram de “caráter comunista”.<sup>18</sup>

Aliás, no início da década de 50, Curitiba serviu de palco a uma população empobrecida, agitada e, algumas vezes, enfurecida pelo alto custo de vida, fenômeno de nível nacional, criado pela política econômica e agravado pelo chamado Plano Aranha, plano econômico implantado durante o segundo governo Vargas pelo ministro Oswaldo Aranha. A situação da capital paranaense era a mesma da do restante das principais cidades do país, tendo como agravante os problemas criados pelo rápido crescimento populacional urbano, em função do êxodo rural.

Além da greve “branca”, como ficou conhecido o movimento de boicote à carne em todo Brasil, a greve dos Trezentos Mil iniciada em São Paulo assustou o governo, paralisando 80% das indústrias paulistas, em setembro de 1954. Em Curitiba, as manchetes dos jornais situacionistas procuravam abafar as notícias,

---

<sup>18</sup> Id., *ibid.*

dizendo que a greve “fracassou parcialmente”, embora no texto afirmassem que, em São Paulo, o número de grevistas chegou a 600 mil.

Não obstante o esforço de determinados grupos em divulgar a imagem de uma cidade moderna, acolhedora e civilizada, a população curitibana começava a viver um momento particular, no qual o verso e o reverso do progresso eram cada vez mais evidentes.

## 1.2 O COTIDIANO NO ESPAÇO URBANO\*

Passear por uma cidade de tamanho médio, transitando de uma classe para outra, é como viajar por um país diferente e desconhecido. Eric HOBBSAWM<sup>19</sup>

A ida à missa ou ao culto dominical era um ritual cumprido semanalmente por grande parte da população curitibana. Homens e mulheres, com suas melhores roupas de passeio, assistiam à missa em alas separadas. No lado esquerdo, onde ficavam as mulheres, a mistura do branco e preto dos véus diferenciava as solteiras das casadas, bem como o caimento da roupa e o porte definiam a classe social de cada uma delas. Após a missa, os homens aguardavam na porta as esposas, noivas e namoradas e seguiam para casa, a pé ou de automóvel, a fim de cumprir o restante do ritual de domingo. Depois do almoço com a família, os programas habituais, de acordo com cada faixa etária, eram: matinê, futebol, ida ao clube, visita a parentes ou simplesmente repouso para enfrentar a semana seguinte.

---

\* Para a elaboração deste capítulo foram utilizados como fonte periódicos curitibanos e um depoimento concedido pelo Sr. Heroníades Trindade, em dezembro de 1994.

<sup>19</sup> HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 252.

A livre apropriação do espaço urbano era uma prerrogativa masculina. As mulheres, com exceção daquelas que utilizavam a própria rua como espaço de trabalho, sofriam limitações não só de horário, mas também de acesso a determinados locais.

As confeitarias, principalmente aquelas que também vendiam bebidas alcólicas, eram um exemplo típico de espaço proibido às mulheres. Confeitarias como a Stuart, Polar, Guairacá, Esmeralda, Pérola e Cometa tinham como freqüentadores, na sua grande maioria, pessoas do gênero masculino. O acesso das mulheres a estes locais só era permitido se ela estivesse acompanhada por um homem. A Shaffer, a Blumenau e, mais tarde, a Confeitaria das Famílias eram os únicos locais existentes no centro da cidade, em que uma ou mais jovens podiam entrar sozinhas, durante o dia, sem chamar a atenção.

Aos domingos, era permitido às moças sair em grupo, sem a companhia de um adulto, para irem ao cinema. No final de 1942 os filmes em cartaz eram “Comando Negro”, com John Wayne; “Patrulha da Fronteira”, com Rin Tin Tin; e “Tragédia do Circo”, com Humphrey Bogart. Dois anos depois, faziam sucesso fitas como “Horas de Tormenta”, com Bette Davis; “Sem Destino” e “O Castelo do Homem sem Alma”. Os cinemas mais conhecidos eram o Avenida, Luz, Ópera e Palácio. Havia ainda outros de menor porte e categoria, freqüentados por aqueles que apreciavam filmes mais populares, em que as comédias e filmes de *cowboy* tinham público garantido. Inseridos nessa categoria estavam o Cine Broadway, o Odeon, o América, o Imperial e o Curitiba. Eram comuns os filmes em episódio, assistidos principalmente pelos adolescentes, que não se importavam nem um pouco com as ratazanas que transitavam a seus pés. Existiam ainda outros dois cinemas



menores, mais retirados do centro, o Cine Rex e o Cine Radium. Tereza LACERDA, no Boletim “As mocinhas da Cidade”, fala sobre os cinemas, na década de 40:

Passávamos as tardes de domingo em matinês de programa duplo no Avenida, Palácio, Ópera e Luz. Mocinhas da Cidade não entravam nos Cines Broadway, América, Curitiba e Odeon, onde corriam o risco de encontrar os cafajestes que infestavam a cidade com seus cabelos longos, unha do mindinho comprida e sapatos de camurça ou de duas cores.<sup>20</sup>

Para atrair o público, alguns cinemas como o Curitiba, antigo Cine Theatro República, costumavam oferecer quatro sessões diárias. Frequentemente, para conseguir cumprir a programação, o operador era obrigado a acelerar a fita, transformando, muitas vezes, filmes trágicos em comédias. O ruído do som, numa rotação mais rápida, acabava exaltando os ânimos da platéia. Os interessados no desenrolar do filme ficavam indignados, enquanto para outros essa era a parte mais engraçada do programa, o que resultava num coro uníssono de assobios.

Os filmes também atraíam o pessoal da periferia nos domingos à noite. Os homens vinham de terno e gravata, como mandava o figurino. As mulheres procuravam copiar a moda vigente: vestidos de cores claras, com saia rodada, abaixo do joelho, ou então um traje mais sóbrio composto de saia justa, de cor escura, meia fina com costura, e sapato alto.

Depois das sessões de cinema era comum o *footing* na Rua Quinze e Avenida João Pessoa, onde se praticava “*o saudável exercício de ir e vir (ou subir e descer, embora a rua fosse plana)*”.<sup>21</sup> Logicamente o *footing* não era praticado pelos moradores da periferia que, após o término do filme, saíam rapidamente em

---

<sup>20</sup> LACERDA, Maria Thereza Brito de. As Mocinhas da Cidade. Edições Leite Quente. Curitiba, v. 3, n. 7, p. 22, ago. 1991.

<sup>21</sup> Id., p. 24.

busca do último ônibus, ou andavam apressados porque o trabalho os aguardava, muito cedo, no dia seguinte. Além disso, passear na Rua Quinze, um espaço que, embora fosse público, era freqüentado basicamente pela elite, exigia um certo esmero no vestir. No início dos anos quarenta, nenhuma mulher, mesmo da classe média, ia para a Rua Quinze sem estar trajando luvas e chapéu.

Além dos cinemas, outros espaços de lazer bastante freqüentados pela população curitibana eram: o Circo Queirolo, instalado na Rua Barão do Rio Branco, esquina com José Loureiro; o Pavilhão “Carlos Gomes”, onde eram exibidas peças teatrais como “Sempre em meu coração”; o conhecido Cassino Ahú, onde habitualmente aconteciam apresentações de bailarinos, ginastas e sopranos de renome; e o auditório da Rádio Clube Paranaense (PRB-2), onde, além de assistir a shows de artistas locais e a outros grandes nomes de cantores da Rádio Nacional, era possível participar de programas de calouros.

Os clubes e sociedades recreativas espalhadas por toda a cidade se constituíam num outro local onde a juventude podia passar as tardes de domingo. Enquanto nos clubes mais chiques aconteciam os famosos chás dançantes, na periferia ocorriam as animadas domingueiras, freqüentadas pelos jovens da “classe” operária. *“Tinha o Morgenau, a Sociedade Morgenau, [...] eu ia aqui no Pé-de-bicho, no Cajuru, era Sociedade Beneficente Alto Cajuru, mas o apelido era Pé-de-bicho”* (FRANCISCO)\*. Sozinhas, ou acompanhadas por uma pessoa mais velha - dependendo do horário ou do local -, as mulheres operárias viam na dança uma das formas prediletas para se divertir e ter contato com o gênero oposto. *“Todas essas sociedades que tem por aí eu andava, Bola de Ouro, Batel, Seminário, Água Verde,*

---

\* Operário da Fiat Lux.

*Morgenau, [...] Ia em grupo, oito moças” (IDALINA)\*. “Na época a gente não entrava sozinha numa sociedade, então tinha que ter uma pessoa adulta acompanhando a gente, quem ia conosco era a mãe de uma amiga” (RENATA)\*\*. “A gente ia a baile todo domingo de tarde, depois do almoço, [...] ia a turma de moças, sozinha. Quando dava seis horas a minha mãe ia atrás da gente com os casaquinhos no braço.” (ZELLY)\*\*.*

Para quem não gostava de dançar, ou não tinha permissão para tanto, além das eventuais festas de igreja, sobravam os encontros nas varandas, nos jardins, ou mesmo na rua, onde a vizinhança se reunia para conversar e jogar peteca. Durante o verão, era possível participar de programas familiares como piqueniques nos arredores da cidade e rápidas excursões ao litoral paranaense. No inverno, ocorriam com frequência as festas juninas.

Se no campo do lazer a delimitação dos espaços era rigidamente obedecida pelos diferentes grupos, dependendo das diferenças de gênero e classe social, no campo do trabalho esses limites mostravam-se mais tênues. Durante toda a semana, as ruas eram ocupadas indistintamente por pessoas de ambos os sexos que dirigiam-se ao trabalho ou à escola. A maioria seguia a pé ou de bicicleta. Dependendo da distância a ser percorrida, e da região onde moravam, era possível utilizar o bonde ou ônibus. No início dos anos 40, existiam seis linhas de bonde: Portão, Juvevê, Bacacheri, Siqueira Campos - Seminário, Trajano Reis - Asilo, Guabirota e Água Verde.

---

\* Operária da Fiat Lux.

\*\* Operária da Fábrica Lucinda.

\*\*\* Operária da Fábrica Venske.

Quanto aos ônibus, havia meia dezena de linhas das quais a maior parte saía da Praça Tiradentes. A Praça Generoso Marques era ponto terminal de ônibus para o Cajuru, enquanto a linha Alto da Rua XV- Hospital Militar ligava dois extremos da cidade. O preço da passagem variava entre 200 e 400 réis.

Dentre os apressados grupos de homens, mulheres e crianças que circulavam pelas ruas, de segunda a sábado, estavam os operários das muitas indústrias espalhadas por toda a cidade, embora a maior concentração ocorresse na região compreendida pelas ruas João Negrão, Av. Iguaçu e Ivahy (atual Av. Getúlio Vargas).

### 1.3 OLHARES SOBRE A MULHER TRABALHADORA

Ao dividir o mundo entre público e privado, a sociedade definiu como o espaço da mulher os limites do mundo privativo da família. Esse confinamento restringiu o seu espaço de atuação e resultou, segundo SHORTER<sup>22</sup>, numa tripla subordinação: dentro da família, da produção e da sociedade.

No Brasil, desde meados do século XIX quando o processo de industrialização teve início<sup>23</sup>, a presença da mulher operária pode ser detectada atuando em diversos ramos industriais. Segundo Maria Valéria PENA, o início da industrialização brasileira caracterizou-se como um período de escassez de mão-de-obra, que acabou possibilitando a abertura de um novo campo de trabalho, o de operária, para a mulher dos mais baixos estratos da população.<sup>24</sup> Os ramos que mais

---

<sup>22</sup> SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne*. Paris: Editions du Seuil, 1977.

<sup>23</sup> Ver HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *Origens do proletariado fabril*. In: *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. p. 109-127.

<sup>24</sup> PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 91.

absorviam o trabalho das mulheres foram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos e eram considerados atribuições femininas.

Não obstante, no Brasil, desde o final do século XIX o trabalho industrial da mulher foi alvo de críticas feitas por autoridades sanitárias e policiais, educadores, políticos, imprensa e operariado. Esse discurso era utilizado de forma a responsabilizar o trabalho industrial feminino pelos problemas de escolarização, delinqüência, mortalidade infantil, desemprego e desintegração familiar. Nessa perspectiva, o trabalho industrial feminino poderia ser responsabilizado pelos problemas criados pela própria organização do sistema, que mantinha inalteradas as condições de vida e trabalho do operariado<sup>25</sup>. Essa situação foi agravada pelo Código Civil de 1916, que consolidou as relações patriarcais na família, ao legitimar a posição do homem como seu chefe. Foi somente a partir de 1943 que a mulher ganhou o direito de poder trabalhar fora de casa sem a autorização expressa do marido.<sup>26</sup> Mesmo assim, o exercício de qualquer atividade da mulher fora de casa não era visto com bons olhos por grande parte da sociedade.

As idéias difundidas pelos positivistas, que viam *“a mulher como elemento mediador entre o homem e a humanidade, a família e a República”*<sup>27</sup>, serviram de base para o discurso do governo, durante o período do Estado Novo. Assim, a mulher era vista pelo governo de Getúlio como responsável pela missão divina de educar os filhos e ser responsável pelo equilíbrio da família.

---

<sup>25</sup> MOURA, Esmeralda Blanco B. Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis; Vozes, 1982.

<sup>26</sup> PENA. p. 148.

<sup>27</sup> TRINDADE. p. 120.

Dentre os grupos de imigrantes que não seguiam a religião católica, à mãe cabia o papel de guardiã da identidade nacional, com base na síntese dos quatro elementos de manutenção da etnicidade: escola, religião, língua e lar.<sup>28</sup>

Independente do credo religioso ou da origem cultural, a vocação doméstica da mulher era ponto consensual para os diferentes grupos sociais.<sup>29</sup> No entanto, nem todos viam na mulher as qualidades morais pregadas pelos positivistas ou pelos imigrantes. Muitos artigos veiculados nas revistas curitibanas evidenciam a visão preconceituosa que muitos tinham sobre a mulher, sempre representada como um ser frágil e superficial, cujas preocupações estavam restritas à aparência física, à moda e aos produtos de beleza.<sup>30</sup>

Durante o período de guerra, um autor anônimo aproveitou para escrever sobre o assunto, fazendo comparações entre a mulher, o amor e a guerra.<sup>31</sup>

As frases, escritas em tom jocoso, põem à mostra valores da sociedade da época, na qual a figura feminina era evidenciada pelos seus dotes físicos, morais e econômicos. Apesar de existirem, desde o início dos anos 40, periódicos locais com uma coluna destinada a assuntos femininos, os temas relacionados à mulher que mereciam algum destaque no cenário jornalístico eram apenas matérias escritas em jornais estrangeiros, principalmente americanos, cujo conteúdo estava muito

---

<sup>28</sup> Id., p. 125.

<sup>29</sup> TRINDADE, p. 141.

<sup>30</sup> Em 1953, durante as comemorações do Centenário da Emancipação, foi organizada, com o apoio do SESI, a Olimpíada dos trabalhadores, com diferentes modalidades de esporte. Apesar de representarem quase 12% dos trabalhadores industriais, as mulheres puderam participar do evento apenas como torcedoras.

<sup>31</sup> Mulher velha e feia, praça abandonada, sem valor estratégico; [...] Mulher desquitada, praça evacuada. Mulher feia que se pinta, navio camuflado. Mulher alta, magra e valente, fortaleza voadora. Mulher baixa e gorda, lancha torpedeira. Mulher geniosa, irritável, bomba incendiária. [...] Moça bonita rica e jovem, importante base militar. Moça de família pobre e numerosa, comboio de navios sem proteção. [...] Moça que foge com o namorado, navio torpedeado. (Fragmento de “O amor, a mulher e a guerra...”. In: Ao luar. Curitiba: v.1, n.2, ago. 1941. p. 4.)

distante da realidade local. Um exemplo disso eram as matérias “Quem deve lavar os pratos?”,<sup>32</sup> propondo a divisão das tarefas domésticas, e “A mulher e a carreira”,<sup>33</sup> que incentivava as mulheres a seguirem a carreira profissional, mesmo depois de casadas, dizendo que *“ser mãe e ter filhos a seu redor é uma felicidade incomensurável, mas isso não obriga a relegar tudo por esta felicidade”*. O autor finaliza o artigo com uma foto da nadadora Esther Williams como exemplo de alguém que *“tem se mantido muito bem e triunfado em sua carreira, apesar de ser mãe”*, numa alusão clara de que trabalhar fora de casa era uma opção, e mais ainda, a mulher o fazia pelo desejo de se realizar profissionalmente. (sem grifo no original)

Uma outra matéria escrita na Gazeta do Povo, em novembro de 1941, por um articulista local, reflete melhor a postura da sociedade brasileira diante do trabalho feminino que extrapolava o espaço doméstico. O artigo procura defender o direito da mulher trabalhadora, reconhecendo que centenas de mulheres são forçadas a trabalhar em outras atividades, além daquelas que lhes são próprias, como dona de casa, professora, costureira, para sustentar os seus lares. No entanto, enfatiza que esse direito deve ser concedido apenas às mulheres realmente necessitadas, que dependem do seu próprio salário para viver, e desde, é claro, que não entrem na seara masculina. O texto separa as trabalhadoras em dois grupos distintos e enfatiza:

[as mulheres que] trabalham para que não sofram aqueles que deve amparar são verdadeiras heroínas que, terminada a jornada no emprego, ainda vão cuidar dos afazeres domésticos, desdobrando-se em atividade e em dedicação e merecem, por isso, dos homens em geral, o respeito mais devotado. No entanto, existem exceções que são a causa da revolta de muitos

---

<sup>32</sup> DUVALL, Sylvanus; DUVALL, Evelyn. Coluna Problemas de família. O Estado do Paraná, Curitiba, 02 set. 1954. p. 9.

<sup>33</sup> LOWMAN, Josephine. Coluna Mantenha sua Juventude. O Estado do Paraná, Curitiba, 04 set. 1954. p. 5.

homens. Estes bradam, e com razão, contra o excesso de moças em empregos mais próprios para o chamado sexo forte. [...] Assim nada mais justo, nem mais humano de que uma revisão nos quadros, verificando-se quais as funcionárias que trabalham apenas para matar o tempo e cujos lugares devem ser dados àqueles que realmente tem necessidade [...].<sup>34</sup>

No Natal de 1939, o próprio presidente Getúlio Vargas, ao fazer um discurso sobre o bem-estar das mães e das crianças, reconhece a presença da mulher no trabalho industrial ao dizer: *“é preciso que as crianças desses colaboradores anônimos da prosperidade individual sejam devidamente amparadas e, enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas”*, os filhos estejam protegidos.<sup>35</sup>

A convivência com as mulheres nos diversos setores do trabalho era um fato consumado, apesar da tentativa encetada durante todo o período do Estado Novo para desviar a mulher do mercado de trabalho. O historiador Alcir LENHARO, ao analisar esse período na obra *“Sacralização da Política”*, através do estudo da fascitização política do país, mostrou como a propaganda explorou o clima religioso que desembocaria no culto à pátria. Essa idéia de religiosidade vinculada à questão do amor e da moral tinha como modelo a família de classe média e era concretizada na escola, constituindo a tríade Lar, Escola e Pátria, como exemplo de uma comunidade harmoniosa. A busca de uma nova concepção de vida, em que a família devia ser o núcleo irradiador da nova moralidade designava à mulher o papel de controladora da família e vigilante dos seus membros contra os perigos físicos e morais. Dessa maneira, tornava-se impossível à mulher o exercício de um trabalho que a distanciasse do lar e dos seus.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> A MULHER que trabalha. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 22 nov. 1941. n. 7583, p. 5.

<sup>35</sup> VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. v. 7, p. 159.

<sup>36</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.



O discurso que procurava atingir a classe média não podia ser estendido às classes mais baixas, uma vez que a forma como o salário mínimo havia sido calculado tornava obrigatório que toda a família contribuísse para o orçamento familiar. Convém lembrar que ao instituir o salário mínimo, em 1940, o governo baseou-se no custo de reprodução de um trabalhador adulto, mas não de sua família. Além disso, esse custo não foi recalculado uma única vez durante dez anos, diminuindo cada vez mais o poder de compra dos trabalhadores (ver tabela 7, em anexo).

Uma carta escrita em agosto de 1950, pela Diretoria da Federação das Mulheres do Paraná e dirigida às Mães de Curitiba, alertava sobre *“a grave situação do povo paranaense no que se refere à carestia do custo de vida [...] Além da alimentação a carestia atingiu todos os setores da nossa vida desde a habitação, o calçado, as roupas, os remédios, os transportes, a lenha e a luz”*.

Em seguida, aparece uma tabela comparativa mostrando a alta dos preços de gêneros de primeira necessidade, dos anos 1945 e 1950. Dos onze produtos citados, apenas o preço do feijão manteve-se na média. O leite dobrou de preço, enquanto o açúcar, o arroz e a manteiga tiveram uma alta de 50 a 60%. O pão, a carne verde, a banha e a farinha de trigo tiveram seus preços alterados entre 120 e 148%. Os produtos que tiveram maior alta foram a batata (275%) e o café em pó, que subiu 218%.<sup>37</sup>

Uma matéria, publicada em 1950, no jornal Diário da Tarde, sob o título *“Uma mãe que trabalha pergunta...”*, refere-se justamente à necessidade que a mulher tinha de trabalhar fora de casa ao discutir o problema da mortalidade infantil

---

<sup>37</sup> ARQUIVO DA DOPS. Arquivo Público do Paraná.

e defender, com veemência, a necessidade do estabelecimento de creches nos locais de trabalho, cuja obrigatoriedade já existia desde 1932, quando houve a regulamentação do trabalho feminino.

Como afirma Maria Valéria PENA, embora as mulheres fossem consideradas cidadãs plenas, a política do Estado era bastante contraditória. Utilizando um discurso que visava à proteção da mulher, o Estado garantia a sua permanência no lar e a mantinha enquanto mão-de-obra de reserva.<sup>38</sup>

Assim, o trabalho feminino fora de casa era aceito somente diante de duas situações: quando a mulher era responsável pela manutenção de outras pessoas e, portanto, não tinha outra alternativa senão trabalhar; ou, ainda, quando ela não disputava espaço de trabalho com os homens.

Apesar das restrições, em 1920 a taxa de participação de mulheres na indústria era de 33%. Nesse período, *“as mulheres compunham a maioria absoluta de operariado na indústria têxtil, em certos ramos da confecção (camisas, roupas, chapéus para senhoras, fitas e cadarços, roupas para homens, redes, flores artificiais, chapéus de pano e bonés, chapéus de palha, rendas e bordados, tecidos elásticos, sacos e estopa) na produção de fumos, cigarros, charutos, de caixas de papelão, fósforos, perfumaria e chocolates”*.<sup>39</sup>

Seguindo a lei do capital, para as tarefas que não exigiam qualquer nível de qualificação, eram aproveitados os desempregados, as mulheres e as crianças. *“A mulher é, na indústria, aquele operário designado como sem qualificação, o que*

---

<sup>38</sup> PENA. p. 170.

<sup>39</sup> Id.. p. 140.

*executa operações simples e repetidas que exigem apenas atenção e coordenação motora”.*<sup>40</sup>

Ao mesmo tempo, a dinâmica da família patriarcal, ao permitir que o trabalho da mulher fosse considerado como complementar, garantia que ela, embora desenvolvendo trabalho idêntico ao do homem, recebesse um salário menor.

A partir de 1932, com o surgimento da primeira legislação protetora do trabalho feminino, que estabelecia a igualdade de salário, sem distinção de gênero, para trabalho de igual valor, a mão-de-obra feminina tornou-se menos atrativa para os industriais. Essa legislação impôs uma série de restrições que visavam proteger a mulher e seus filhos. Foram vedadas às mulheres atividades que colocavam em risco sua saúde, como tarefas que envolviam carregamento de material pesado, tintas, fogos ou temperaturas muito altas. Proibia-se também o trabalho noturno, embora com exceções, e o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto.

A interferência do Estado quanto ao trabalho feminino tinha como principal característica a defesa da família, cujo modelo estava calcado na família onde o homem era o chefe. *“Foi em nome da pátria e da família, da moralidade e dos bons costumes que o Estado Brasileiro montou o seu discurso sobre a mulher, aprisionando-a através da legislação”.*<sup>41</sup> Nos diversos boletins publicados pelo governo, sobre o trabalho feminino se reitera a importância da mulher dentro do lar e a defesa da família. Em 1943, o diretor da Divisão de Higiene e Proteção do Trabalho do Departamento Nacional do Trabalho dizia:

---

<sup>40</sup> BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 96.

<sup>41</sup> PENA, p. 155.

[...] a legislação trabalhista protege a mulher do trabalho, impedindo que ela realize tarefas inadequadas à sua capacidade física, fixando aquelas em que ela pode concorrer com o homem, sem quebra de suas características de seu sexo, somática e moralmente falando. [...] É claro que não pode realizar todos os trabalhos que o homem consegue. Tem menos força muscular que eles, são mais tímidas, menos lógicas, menos objetivas, mais subjetivas, embora tão inteligentes.<sup>42</sup>

Em nome de uma legislação protetora, a mulher, embora fosse considerada “tão inteligente” quanto o homem, era colocada como incapaz de realizar tarefas que exigissem força, coragem, iniciativa, objetividade e determinação. A idéia difundida por esse tipo de discurso era um exemplo claro daquilo que a sociedade buscava como instituição do real, ou seja, que o lugar reservado à mulher era o espaço privado.

Assim, sobretudo nos grandes centros, a legislação protetora do trabalho feminino, aliada a um discurso extremamente conservador, retirou, gradativamente, a mulher do trabalho industrial. Os censos nacionais mostram que a participação de mulheres operárias que era de 33%, em 1920, caiu para 23%, em 1950.<sup>43</sup> Com a equiparação dos direitos trabalhistas, a mão-de-obra feminina deixava de ser interessante para o empresariado. Apenas em setores em que o trabalho exigia requisitos mais condizentes com a delicadeza feminina, ela continuou predominante, como, por exemplo, no setor têxtil, no qual as mulheres compunham a maioria absoluta do operariado.

Apesar de, em nível nacional, ser detectada uma queda percentual expressiva quanto à participação da mulher na indústria, esse fenômeno não ocorreu de maneira semelhante em todas as regiões do país.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> BMTIC, n. 105, maio 1943, p. 390. citado por PENA, p. 159.

<sup>43</sup> PENA, p. 14 e p. 92.

<sup>44</sup> Como até as primeiras décadas republicanas a grande maioria do proletariado brasileiro estava concentrado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os estudos levados a efeito sobre a industrialização do país, bem como de outros temas a ela ligados, têm se debruçado mais especificamente sobre estes dois grandes centros. Porém, neste período já existiam polos industriais em outras regiões como

Em Curitiba, especificamente, a diminuição do número de mulheres operárias no mercado formal não se verificou nesse momento. Ao contrário, esse número praticamente duplicou entre 1940 e 1950, passando de 2,4% para 4,1%. Da mesma maneira, verificou-se um aumento na taxa de crescimento no Estado como um todo (ver tabela 4, em anexo). No entanto, no geral, esse crescimento da mão-de-obra feminina não chegou a ser notado, porque a baixa representatividade industrial do Paraná, nesse período, o deixava ausente das análises nacionais. Em 1919, enquanto São Paulo concentrava 31% da produção industrial e o Rio de Janeiro, 28%, o Paraná, ainda voltado basicamente para a indústria da erva-mate, madeira e produtos alimentares, detinha apenas 3,2% do total.<sup>45</sup>

O fenômeno de queda numérica na participação da mão-de-obra feminina, no mercado de trabalho industrial paranaense, ocorreu somente a partir dos anos sessenta, quando sofreu uma diminuição considerável, retornando a taxas muito próximas àquelas verificadas em 1940 (ver tabela 4, em anexo).

A partir de 1960, o crescimento da demanda, impondo aumento de produção, levou muitas indústrias a intensificar a mecanização dos processos produtivos, ocasionando uma retração de oferta de mão-de-obra para os operários de um modo geral.

No caso das mulheres, outros fatores, além desse, poderiam explicar o seu afastamento ou redução do tempo de permanência no mercado de trabalho industrial. Um deles, sem dúvida, foram as facilidades de acesso à educação formal.

---

Belém, Recife, Salvador, Petrópolis, Niterói, Juiz de Fora, além de várias cidades do interior de São Paulo. Na região Sul as indústrias estavam mais concentradas em Blumenau, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. (DECCA, Maria Auxiliadora G. de. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p. 7.)

<sup>45</sup> HARDMAN, p. 66.

A possibilidade de atingir um nível mais elevado de escolaridade acabou retardando a entrada no mercado de trabalho de grande parte das mulheres menores de idade, cuja mão-de-obra anteriormente interessava aos patrões, sobretudo pelos baixos salários pagos. Outro fator que pode ter colaborado para esse afastamento foi a influência tardia do discurso de moralização da família, implantado durante o Estado Novo, nas camadas mais pobres, criando o estigma de que a mulher somente trabalhava fora de casa quando o marido não era capaz de promover o sustento da família. Trabalhar no setor de serviços, executando tarefas que podiam ser desenvolvidas no espaço domiciliar era a forma encontrada por muitas mulheres para auxiliar na renda familiar, sem prejuízo dos afazeres domésticos e, logicamente, sem ferir a hombridade do marido.

Por outro lado, além das questões mais gerais percebe-se, que ao longo dessas duas décadas houve uma mudança bastante evidente do perfil da mulher operária. De modo geral, a partir dos anos sessenta, as mulheres descendentes de imigrantes deixaram de procurar emprego nas fábricas. As adaptações ocorridas na estrutura familiar e o acesso à escola permitiram que elas permanecessem sem trabalhar, ou, então, que pudessem escolher empregos cujas condições de trabalho fossem menos duras do que aquelas vivenciadas por suas mães e avós.

## 2 A VIDA NAS FÁBRICAS

### 2.1 ONDE TRABALHAVAM AS MULHERES CURITIBANAS

Desde o início do século, as mulheres curitibanas representavam número expressivo na força de trabalho atuando no “*interior dos engenhos de mate, nas fábricas de cerveja, de balas, de bolachas, de vidro, porcelana e charutos onde elas se alinha[va]m em aventais de sarja incolor, toucas brancas à cabeça e simples chinelas sob o olhar vigilante do contramestre*”.<sup>1</sup>

Durante as décadas de 1920 e 1930, apesar de constituir uma parcela restrita da população, se comparada à dos grandes centros, as mulheres curitibanas - principalmente as menores de idade - podiam ser encontradas em número considerável nas fábricas de fiação e tecelagem, fitas e fitilhos; massas alimentícias; biscoitos, balas e bolachas; erva-mate; fósforos; metros; velas; caixas e cabos de vassouras; escovas, brochas e pincéis. Nessas fábricas, elas exerciam funções diversas, recebendo salário menor que os operários do gênero masculino. Eram escolhidas para executar tarefas que exigissem delicadeza e atenção, nas seções de embalagem e acabamento, mas terminavam, muitas vezes, desempenhando funções perigosas em locais insalubres, como nas fábricas de vidro e de fósforos.

Em 1940, segundo os dados censitários (ver Tabela 6, em anexo), a grande concentração de mulheres do município de Curitiba (78%) ocorria nas atividades

---

<sup>1</sup> TRINDADE, p. 217.

domésticas.\* Depois destas a ocupação feminina mais freqüente estava na área de serviços (4,8%). A preferência das mulheres por essa atividade é facilmente explicada pelas condições favoráveis em que ela pode ser exercida. Primeiramente, porque possibilita que o trabalhador continue tendo uma certa autonomia, podendo dispor do seu tempo livremente e, por conseqüência, facilitando a associação do trabalho profissional com os afazeres da vida doméstica. Em seguida, apareciam as trabalhadoras ligadas ao setor agrícola (2,9%) e industrial, que representavam 2,4% do total da população feminina. As funcionárias públicas, entre elas as professoras, totalizavam 1,8% e as profissionais liberais apenas 0,9%.

Da mesma forma que nas demais regiões do país, a atuação da mulher no trabalho industrial era bastante diversificada, não se restringindo apenas à indústria têxtil, na qual a mão-de-obra feminina era majoritária.<sup>2</sup> Com exceção das indústrias extrativas de minérios, indústria mecânica, da construção civil e da produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto, a mulher estava presente nos demais setores industriais em atividade no Estado do Paraná, cujo crescimento possibilitou, em 1944, a criação da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP).\*\*

O recenseamento feito em 1950 mostrou que, no intervalo de uma década, a população curitibana apresentou um crescimento de 28%. Nessa época, num total de 180 mil habitantes, as mulheres representavam 51% da população com mais de

---

\* Como eram computadas no mesmo grupo as atividades estudantis, este percentual acabava englobando o total de mulheres com mais de dez anos, independente de estarem inseridas no grupo de idade considerado economicamente ativa.

<sup>2</sup> MOURA, p. 31.

\*\* No ano de 1951 estavam filiados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná os seguintes sindicatos: da Indústria de Alfaiataria; de Artefatos de Couro; de Cacau e Balas; Construção Civil; Laticínios e Derivados; da Extração de Madeiras; de Madeiras laminadas e compensados; do Mate; Metalúrgica, mecânica e de materiais elétricos; de Panificação e Confeitarias; das Indústrias Gráficas. (Fonte: KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: (1951-1952) Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951. p. 267.



dez anos de idade.

Pela análise dos censos, é possível perceber algumas mudanças de comportamento quanto à participação feminina nas atividades produtivas. Em Curitiba, entre 1940 e 1950, devido ao fenômeno da urbanização, o número de mulheres ligadas às atividades agrícolas teve uma queda acentuada, passando de 2,9 para 0,25%. Nesse período, a expansão urbana atingiu antigas áreas rurais existentes na periferia da cidade, principalmente na região norte, afetando a vida das famílias imigrantes, ali estabelecidas desde os fins do século XIX. Muitas dessas mulheres passaram a procurar emprego no setor industrial. Da mesma forma, o número daquelas que estavam ligadas à atividade doméstica caiu de 78 para 74,5%. Enquanto isso, o número de mulheres ligadas à indústria cresceu, passando de 2,4% a 4,1%. Esse crescimento também pode ser notado dentro da própria categoria industrial, em que a participação das mulheres passou de 11% para 14%. (ver tabela 3 em anexo)

Os registros existentes nas indústrias, que contêm referências quanto à passagem das operárias por outros empregos, confirmam os dados oficiais. Dentre as indústrias mais citadas estão a Venske (setor têxtil) e as do ramo alimentício, como Leão Júnior, Todeschini, Glória, Moinho Paranaense, Fontana e Fábrica de Chocolates Basgal. São referidas também a Impressora Paranaense, os Planos Essenfelder, a fábrica de Metros Haltrich e a Indústria de couros Pugsley. Aparecem como casos isolados o registro de operárias que trabalharam anteriormente no comércio ou em oficinas como tipografias, lavanderias e tinturarias. Além de evidenciar que algumas operárias tiveram mais de um emprego, esses registros chamam a atenção para o fato de que, com raras exceções, elas sempre buscavam trabalho em outras indústrias, confirmando assim o seu perfil profissional como operária. Ao que parece, a preferência de uma determinada camada de mulheres pelas fábricas ocorria porque, além da maior oferta de mão-de-obra nesses espaços,

as exigências quanto ao nível de escolaridade ou experiência na função eram menores do que em outras áreas como o comércio, por exemplo. Por outro lado, a função de operária era mais valorizada do que a de empregada doméstica ou faxineira.

Para analisar as condições de vida do operariado feminino em Curitiba, foram selecionadas indústrias localizadas em áreas urbanas diferenciadas, cujo porte e ramo de atividade fossem distintos. Atendendo aos critérios estabelecidos, a escolha recaiu sobre três indústrias: Fábrica Venske, do setor têxtil; Fábrica Lucinda, do setor de alimentos e Cia. Fiat Lux, de produtos químicos e farmacêuticos (ver tabela 1, em anexo).

Historicamente, as três indústrias podem ser inseridas num mesmo contexto. Elas têm em comum o fato de terem sido fundadas na virada do século XX e, como a maior parte das indústrias curitibanas daquele período, foram iniciadas por imigrantes europeus, constituindo-se, portanto, modelo de empresa familiar. Com o decorrer do tempo, no entanto, seguiram diferentes trajetórias quanto à forma de gerenciamento.

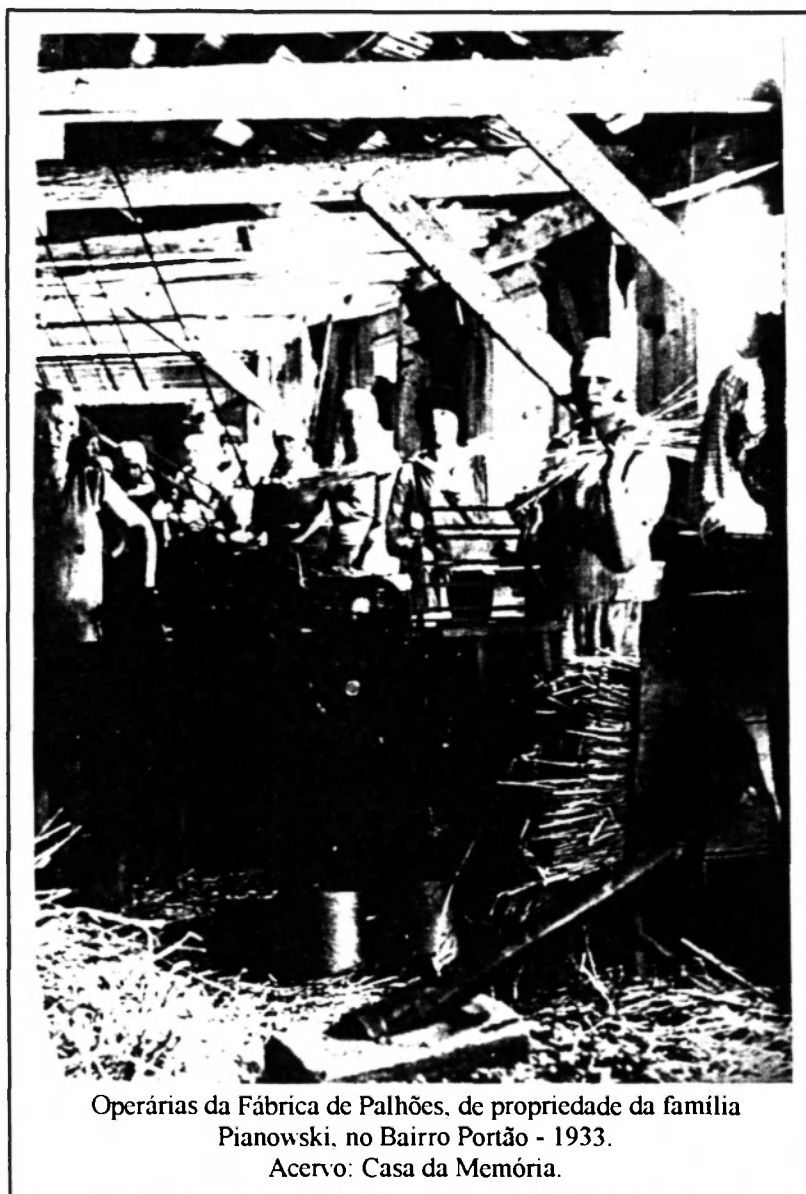
Durante o período analisado (década de 1940 e 1950), as três indústrias eram consideradas grandes empresas, por possuírem capital superior a quinhentos mil cruzeiros.<sup>3</sup> No entanto, se for utilizado como critério o número de operários<sup>4</sup>, ou o sistema de gerenciamento, as diferenças eram mais evidentes. A Fábrica Lucinda, com aproximadamente sessenta operários, era administrada diretamente

---

<sup>3</sup> KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: (1951-1952) Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951. p. 27.

<sup>4</sup> Sérgio SILVA utiliza o número de operários como critério para reagrupar as manufaturas, considerando que estabelecimentos com 100 ou mais operários podem seguramente ser classificados como manufaturas do tipo médio ou superior. O critério relativo ao capital foi utilizado por este autor para destacar as fábricas. Ele considerou que os estabelecimentos que empregavam, no início do século, um capital igual ou superior a 1.000 contos deveriam ser classificados como representantes da grande indústria. (SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 83.)

pelos patrões; a Venske, embora mantivesse o sistema de gerenciamento familiar, possuía uma estrutura bem maior, com mais de duas centenas de empregados, enquanto a Fiat Lux, com aproximadamente mil operários, apresentava uma separação mais evidente entre capital e trabalho, podendo ser inserida no conjunto das grandes indústrias. Das três fábricas analisadas, é a única que continua em atividade.\*



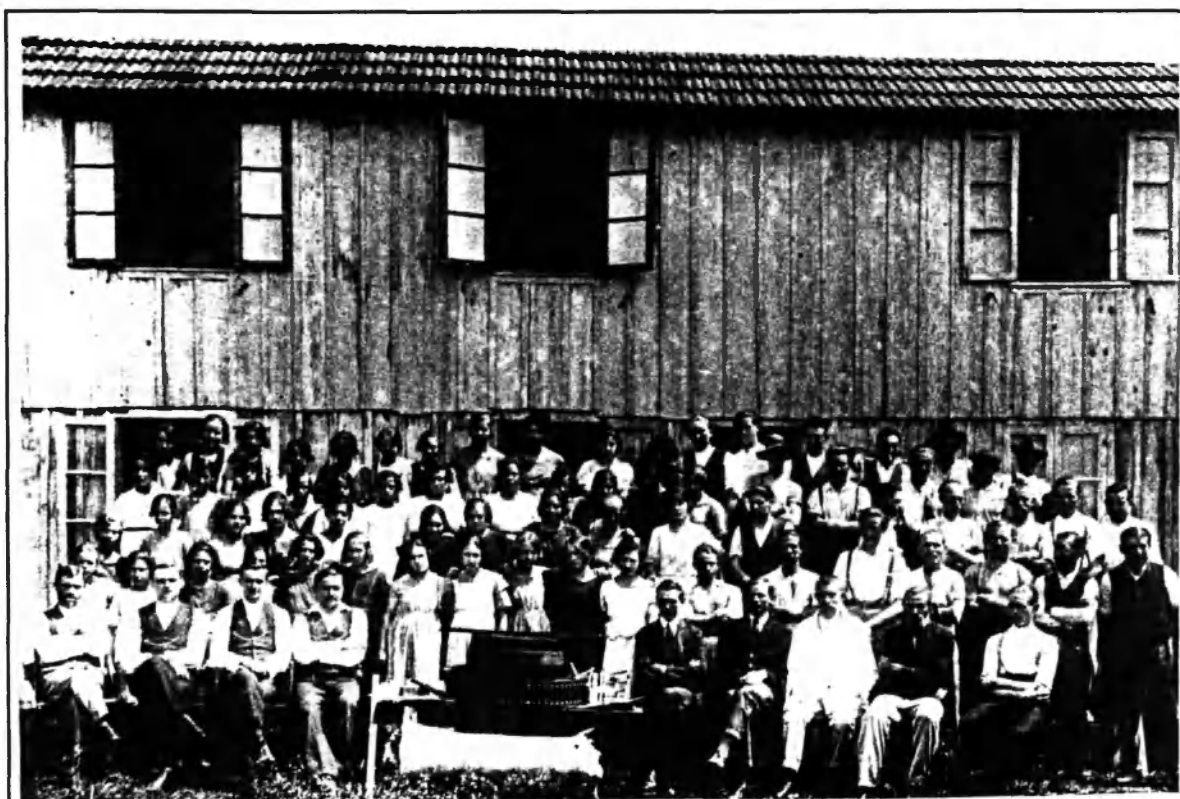
Operárias da Fábrica de Palhões, de propriedade da família Pianowski, no Bairro Portão - 1933.  
Acervo: Casa da Memória.

---

\* A fábrica Lucinda deixou de ser empresa familiar em 1975, quando seu controle acionário foi vendido para terceiros, transformando-se em sociedade anônima. Embora a pessoa jurídica continue existindo, atualmente a empresa está alugada para outra indústria de produtos alimentícios. A fábrica Venske encerrou suas atividades em meados da década de 1980.



Operários da Fábrica Mimosa, posando ao lado dos instrumentos de trabalho, em 1913.  
Coleção: Júlia Martins  
Acervo: Casa da Memória



Trabalhadores e proprietários da Fábrica de Correias de Rodolpho Haltrich, no Juvevê. Década de dez.  
Acervo: Casa da Memória



Trabalhadores da Fábrica Venske, junto aos proprietários, em 1932.

Coleção: Guido Venske

Acervo: Museu da Imagem e do Som



Trabalhadores da Cristalera Raiar da Aurora, por ocasião do Dia do Trabalho, em 1945.

Coleção: Bonifácio Geronasso

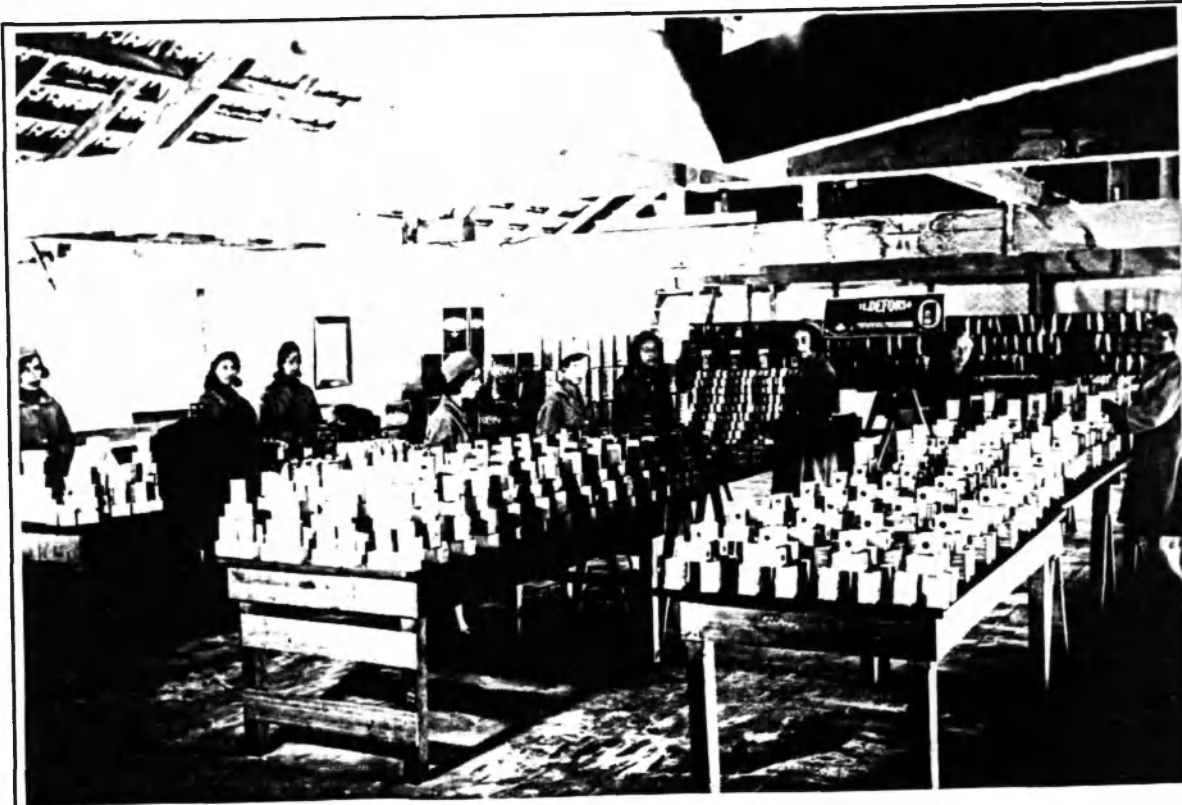
Acervo: Casa da Memória



Interior da Fábrica de Biscoitos Glória, de Ângelo Vendrametto, no Juvevê.  
Foto da década de trinta.  
Acervo: Casa da Memória



Operários da Indústria Todeschini, no Bairro da Água Verde, saindo para um desfile. Novembro de 1942.  
Acervo: Museu da Imagem e do Som



Fábrica de Mate Ildefonso. Seção de empacotamento.  
Coleção: Tereza Fontana  
Acervo: Casa da Memória



Interior da Fábrica de Mate Tibagy. Seção de embalagens.  
Coleção Tereza Fontana  
Acervo: Casa da Memória

## 2.2 FAZENDO FITA

A fábrica de fitas Venske era, por excelência, o local de trabalho feminino. Fundada em 1907, pelo imigrante suíço Gustavo Venske, a fábrica funcionou inicialmente nos fundos de uma loja da família, localizada no Largo da Ordem. Mais tarde, mudou-se para a Rua Conselheiro Laurindo, nas proximidades da Praça Santos Andrade. Em 1938, foi transferida para uma sede definitiva, no Alto da Rua Quinze, construída entre as atuais ruas Ubaldino do Amaral, Reinaldino S. de Quadros e Fernando Amaro.

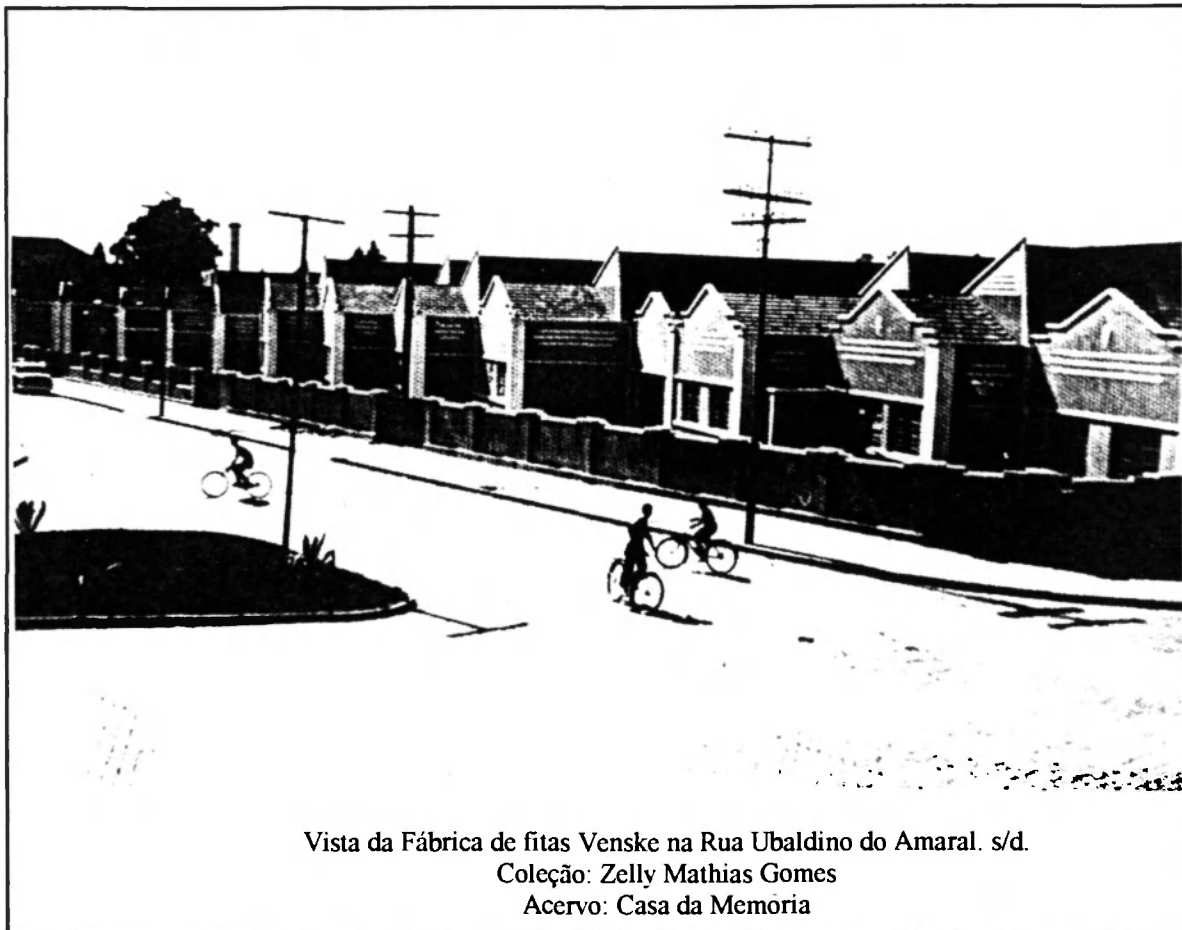
No início dos anos quarenta, com aproximadamente duas centenas de empregados, fabricava diferentes modelos de fitas, em seda sintética pura (*rayon*) ou misturada ao algodão. Administrada por Rodolpho Venske, durante as décadas de 1940 e 1950, a empresa atingiu altos níveis de produtividade, sendo constantemente utilizada como modelo empresarial pelo governo paranaense. *“Essa fábrica era a coisa mais linda, o interventor Manuel Ribas cada vez que chegava uma missão estrangeira trazia na fábrica de fitas, era o cartão de visitas do Paraná” (FABINO\*)*.

Na grande edificação industrial, todo o maquinário importado estava espalhado por vários pavilhões, onde trabalhavam mulheres e homens, de todas as idades, preferencialmente de descendência estrangeira. De acordo com a documentação pesquisada, a maior parte eram paranaenses (88%), nascidos em Curitiba (59%) ou cidades vizinhas. Em seguida, apareciam os nascidos em Santa Catarina (10%) e os estrangeiros (4%), provenientes principalmente de Portugal e Alemanha.

---

\* Funcionário da fábrica Venske durante 35 anos, Fabino Bonatto, nascido em 1920, foi admitido no cargo de auxiliar de escritório em 1941. No início da década de 50 passou a ocupar o cargo de contador da empresa. Casou-se com uma das tecelãs da fábrica.





Quanto ao local de residência os trabalhadores da Indústria Venske estavam distribuídos por toda a cidade, embora habitassem com maior frequência as regiões compreendidas pelo Alto da Rua Quinze, Cristo Rei e Alto Cajuru. *“As empregadas da fábrica de fitas geralmente moravam ao redor aqui nas imediações no nosso bairro todo [Cristo Rei], quase todas trabalharam lá. As moças, chegava 14, 15 anos, tirava o curso primário e iam trabalhar na fábrica de fitas”* (FABINO).

Os homens, que representavam aproximadamente um décimo do total de operários tinham como ocupações mais comuns aquelas ligadas ao trabalho de apoio, como mecânico, marceneiro, torneiro, tintureiro, eletricitista, guardião, e à área administrativa. Fora dessas duas áreas, alguns trabalhavam próximos às mulheres, fazendo o trabalho de amarração das meadas.

As mulheres exerciam, principalmente, as funções de tecelã, urdideira e encanadeira. Um grupo menor trabalhava nas seções de separação, medição e acabamento. Em todas as seções havia um grande número de aprendizes e ajudantes.

O serviço especializado era feito por trabalhadores mais velhos, e, dentre estes, havia muitos estrangeiros. O cargo de mestre-geral era uma prerrogativa masculina. Abaixo dele existiam cargos que eram ocupados por mulheres, como o de mestre das tecelãs e das seções de meadas, urdimento e acabamento.

Dentre as mulheres, a função que exigia um maior nível de especialização era a de tecelã. Elas representavam 40% do total de empregados e ganhavam por empreitada.

No início dos anos 40, trabalhavam nessa indústria pouco mais de 200 empregados. Esse número se manteve mais ou menos estável até o final da década, quando a mesma apresentou um crescimento significativo, passando a 300 funcionários. *“Na década de 50 chegou a ter mais de 300 empregados [...] depois começou uma crise [...] e começou a diminuir”* (FABINO).

Durante o período pesquisado, passaram pela indústria, precisamente, 1599\* pessoas. Desse total, 89% eram mulheres, das quais dois terços eram menores de idade. Quase a metade desse contingente (45%) entrou na fábrica com menos de 15 anos. Dentre os homens, a situação era diversa. A maioria deles (53%) já era maior de idade no momento da admissão (ver tabela 2, em anexo).

As fichas de registro funcional produzidas pela empresa trazem, além das informações escritas, outros indícios que possibilitam uma análise mais específica

---

\* O elevado número de pessoas contratadas no prazo de vinte anos mostra uma alta taxa de rotatividade entre os operários. Levando-se em conta que nessa empresa trabalhavam entre 150 e 300 empregados a cada 2,5 anos ocorria a renovação do quadro funcional.

do perfil dessas operárias. As fotografias, de boa qualidade, mostram uma preocupação com o aspecto visual e evidenciam o esmero no trajar e nos penteados, de tal forma que um espectador menos atento poderia confundir algumas delas com modelos, cujas fotos eram publicadas em revistas. Independente da mágica engendrada pelos fotógrafos da época, as reproduções mostram que a maioria das trabalhadoras da Venske tinha pele clara, aspecto saudável e porte ativo. A letra firme e legível da assinatura demonstra um bom nível de alfabetização, que, aliás, era um dos requisitos exigidos na hora da admissão. *“Todas tinham que saber ler e escrever porque tinha que somar, que contar, não podia ser analfabeta [...] a gente mesmo anotava [a produção no final do dia] e daí elas [contramestres] vinham verificar”* (ZELLY).\*

O grande número de pessoas jovens trabalhando na fábrica teve influência direta na distribuição dos empregados quanto ao estado civil. Apenas 13% dos empregados eram casados no momento de admissão, enquanto os solteiros representavam a grande maioria. No entanto, esse percentual cresce se for considerado que outras mulheres (6%) casaram durante o período em que estiveram trabalhando. No total, pode-se dizer que o número de mulheres casadas que trabalhavam nesta indústria (10%) era significativo. Esse número teve um aumento considerável a partir de meados da década de 40, quando a empresa deixou de contar com a equipe de trabalhadoras domiciliares, formada por antigas operárias, que trabalhavam como tecelãs na própria residência.

Os empregados trabalhavam, em média, oito horas diárias. Aqueles que moravam nas proximidades almoçavam em casa. Os outros traziam marmita e

---

\* Zelly Mathias nasceu em Curitiba em 1924. Trabalhou na fábrica de fitas durante 22 anos.

comiam no próprio espaço de trabalho ou no refeitório da empresa, inaugurado em 1952. O uso de guarda-pó era obrigatório. As moças usavam-no sobre a roupa, nas cores branco e azul (xadrez). Já os rapazes trajavam guarda-pó liso, na cor azul.

A grande parte dos empregados ganhava por hora de trabalho ou por empreitada. Os guardiões recebiam por dia, enquanto os funcionários do escritório, químicos e enfermeiras, por exemplo, recebiam salário mensal. A variação de salários dependia da experiência e habilidade dos operadores em lidar com as máquinas e a matéria-prima.

Em 1943, uma tecelã conseguia ganhar entre 200 e 400 cruzeiros por mês, enquanto um operário da seção de amarração ou de tingimento recebia 600 cruzeiros. A variação de salário das tecelãs estava vinculada ao perfeito funcionamento da máquina e à qualidade do fio. Toda vez que o fio arrebitava ou a máquina enguiçava, o tempo perdido significava perda de salário. Às vezes, a própria operária resolvia o problema, mas quando a coisa era mais séria chamava-se o mecânico.

Independente da produtividade, as mulheres recebiam salários menores do que os homens. No final da década de quarenta, enquanto os homens recebiam salários que variavam entre Cr\$ 3,00 e Cr\$ 7,00 por hora, as mulheres ganhavam entre Cr\$ 1,75 e Cr\$ 2,40.<sup>5</sup> Conseguiam ganhar Cr\$ 3,00 apenas aqueles que tinham o cargo de mestre. Já os trabalhadores menores de idade, independentemente do gênero, recebiam a metade do salário de uma mulher adulta.

---

<sup>5</sup> As fichas de registro dos operários contém, além do salário inicial, anotações sobre as alterações salariais ocorridas durante o tempo em que o empregado permaneceu na indústria.

Quanto ao tempo de serviço, os índices de permanência mostram que 43% dos empregados permanecia menos de um ano na empresa e que os índices de rotatividade entre homens e mulheres eram muito semelhantes. Somente após dez anos de serviço, a permanência dos homens (19%) na indústria superava a das mulheres (8%).

A análise da documentação da empresa mostrou que a grande maioria das mulheres trabalhou nessa indústria entre um e dois anos e mais de um terço delas (37%) esteve ali empregada por mais de cinco anos. A partir desses percentuais, observa-se que a preparação do enxoval não era o principal motivo que levava as mulheres às fábricas. Muito mais do que a confecção de roupas de cama, mesa e banho, a entrada precoce dessas garotas no mercado de trabalho garantia à família um acréscimo nos rendimentos, além de assegurar a sua permanência num ambiente sadio até a chegada do casamento.

A análise revelou ainda a relação paternalista que havia entre patrão e empregados. O teor das cartas e bilhetes escritos, principalmente por operárias casadas que precisavam deixar o emprego, evidencia um comportamento respeitoso e submisso, quase filial. Nas demissões homologadas pelo sindicato, são citadas, com frequência, como motivo do pedido de demissão, justificativas esclarecedoras como “está saindo para contrair matrimônio”, ou então “para cuidar dos afazeres domésticos”. Esse comportamento dos empregados frente ao patrão será analisado com maior profundidade no próximo capítulo, a partir dos depoimentos das operárias.

### 2.2.1 Trabalho domiciliar: o espaço das mulheres casadas

Apesar da grande oferta de mão-de-obra de trabalhadores menores de idade, uma das preocupações dos donos da fábrica de fitas era a manutenção, em seus quadros, de operárias especializadas. Poucos anos depois de chegar ao auge da carreira, em termos de especialização e produtividade, a operária deixava a fábrica para se casar. Para uma aprendiz tornar-se uma hábil tecelã, além da experiência, era necessário muita paciência e habilidade, atributos considerados como essencialmente femininos.

Nas máquinas só trabalhavam mulheres [...] o serviço não era pesado, mas a gente trabalhava praticamente na ponta dos pés porque não alcançava. Se cada fio que arrebentasse tivesse que parar a máquina, não tinha condição. Então, fio que não faz falta (que era o das beiradas) você tinha que ir pondo para trás, mas você tinha que se esticar lá [...] para [que] quando você parava a máquina você ia fazer tudo aquilo ali, e às vezes escapava [o fio], quando você via o fio estava lá, daí tinha que desmanchar tudo, cortar com a tesoura para não cortar o fio. desmanchar tudo (ZELLY).

Apesar de ser o cargo mais cobiçado pelas moças que entravam na fábrica, uma vez que era nas máquinas de tecer que elas recebiam os melhores salários, nem todas estavam aptas a exercer a função. *“A tecelagem de fitas, não era qualquer uma que tinha o dom pra aquilo também, tinha moças que nunca conseguiam ser tecelã. Pra entrar na fábrica de fitas [...] a primeira coisa [era] ver se suava na mão, se suasse na mão enferrujava aqueles pentes”* (FABINO).

Além desse requisito básico, a operária precisava estar sempre atenta e ter visão aguçada. *“Tinha fitas de todo tipo, as bem fininhas, as mais largas, tinha de tudo, então você tinha que ter uns olhos que vou te contar [...] o trabalho não era tão difícil, mas tinha que prestar atenção”* (ZELLY).

Uma forma de garantir a presença de um número mínimo de tecelãs com prática suficiente para atender à demanda da empresa era incentivar a transmissão

do saber, pelo aprendizado com as operárias mais antigas e pelo rodízio das mulheres nas diferentes máquinas. *“Quem ia casar já tinha que pegar uma ajudante”* (GENIL)\*.

A mestre da seção colocava a gente cada dia numa máquina [...] tinha as máquinas que tinham uma gaveta só e tinham as duplas [...] a gente tinha que trabalhar com diversos tipos de fitas, antigamente usavam muito aquelas fitas largas, de tafetá, de algodão, de cetim [...] então a gente tinha que mudar mesmo para poder aprender em todas (ZELLY).

Mesmo assim, havia dificuldade em garantir a presença de uma equipe mínima de tecelãs altamente produtivas. Inicialmente, uma das formas encontradas pela indústria para assegurar o trabalho dessas operárias foi o estabelecimento da prática de trabalho domiciliar. Depois de casadas, elas continuavam trabalhando em suas casas, fazendo o mesmo serviço que executavam na fábrica. Para isso, a indústria instalava máquinas numeradas na residência daquelas antigas operárias que possuíssem imóvel próprio. *“Antigamente as pessoas que tinham suas propriedades podiam ter máquina em casa [...] tinha muitas casas que tinha máquina, principalmente ali na [rua] Fernando Amaro”* (ZELLY). Essas trabalhadoras executavam o trabalho industrial em seu próprio domicílio, recebendo da indústria, além da máquina instalada, a manutenção e a matéria-prima.

A fábrica levava todo o material, levava aquelas que preparavam os teares, os fios já na cor exata pra fazer a fita, deixavam tudo preparado e a tecelã tocava o tear [...] depois o motorista levava duas empregadas pra fazer o recolhimento das fitas, mediam as fitas para pagar a empreitada [...] geralmente eram ótimas tecelãs e produziam bastante [...] geralmente eles tinham uma garagem, punha-se o tear lá com um motorzinho (FABINO).

Recebiam por empreitada e, embora mantivessem com a empresa uma relação de trabalho formal, apareciam na folha de pagamento, em separado, com a especificação de serviço domiciliar. Ao lado do nome de cada uma delas constava o número da máquina, a produção mensal, o consumo de energia elétrica, o salário

---

\* Genil Tortato, descendente de imigrantes italianos, nasceu em Curitiba em 1923. Foi operária da fábrica de fitas, onde exerceu o cargo de tecelã, dos 14 aos 31 anos.

bruto, os descontos e o salário líquido. A produtividade dessas trabalhadoras domiciliares era bastante diferenciada, uma vez que a trabalhadora era livre para escolher as horas e o ritmo de trabalho. Em junho de 1941, o maior salário pago a uma dessas tecelãs foi de 510\$000 e o menor, 68\$000. Para assegurar a produtividade, de acordo com o Decreto 2.548 de 1940, a indústria tinha o direito de fazer um desconto de 30% nos vencimentos das “empleiteiras” [sic] que não alcançassem o ordenado mínimo, conforme consta nos registros da empresa.<sup>6</sup>

Para não interromper a produção de determinado tipo de fita, era comum a indústria deslocar algumas operárias da fábrica para cumprir sua jornada de trabalho na casa de uma das trabalhadoras domiciliares. “Então, quando acontecia algum problema de doença pegavam uma guria da fábrica pra trabalhar lá, eu cheguei a trabalhar uns tempos [numa das casas], eles escalavam e a gente ia” (ZELLY). Às vezes, essas auxiliares acabavam assumindo uma das máquinas para trabalhar em sua própria residência como ocorreu, em 1942, com Eunice Cunico.

A falta de espaço físico era uma das razões que levava algumas indústrias, como a fábrica de cartuchos ou de metros, a adotar esse mesmo tipo de relação de trabalho. No caso da Venske, fica bastante evidente o interesse em manter essas operárias especializadas integradas à indústria por mecanismos de *putting-out*.

A partir dos anos quarenta, essa prática, aos poucos, foi sendo abandonada. Em março de 1945, o trabalho domiciliar passou a ser proibido por lei. Seis meses após, restavam nos livros da empresa apenas três dessas funcionárias, sendo que uma delas havia requerido a aposentadoria. No mês seguinte, ao mesmo tempo que a especificação de serviço domiciliar desaparece do livro de registro, há

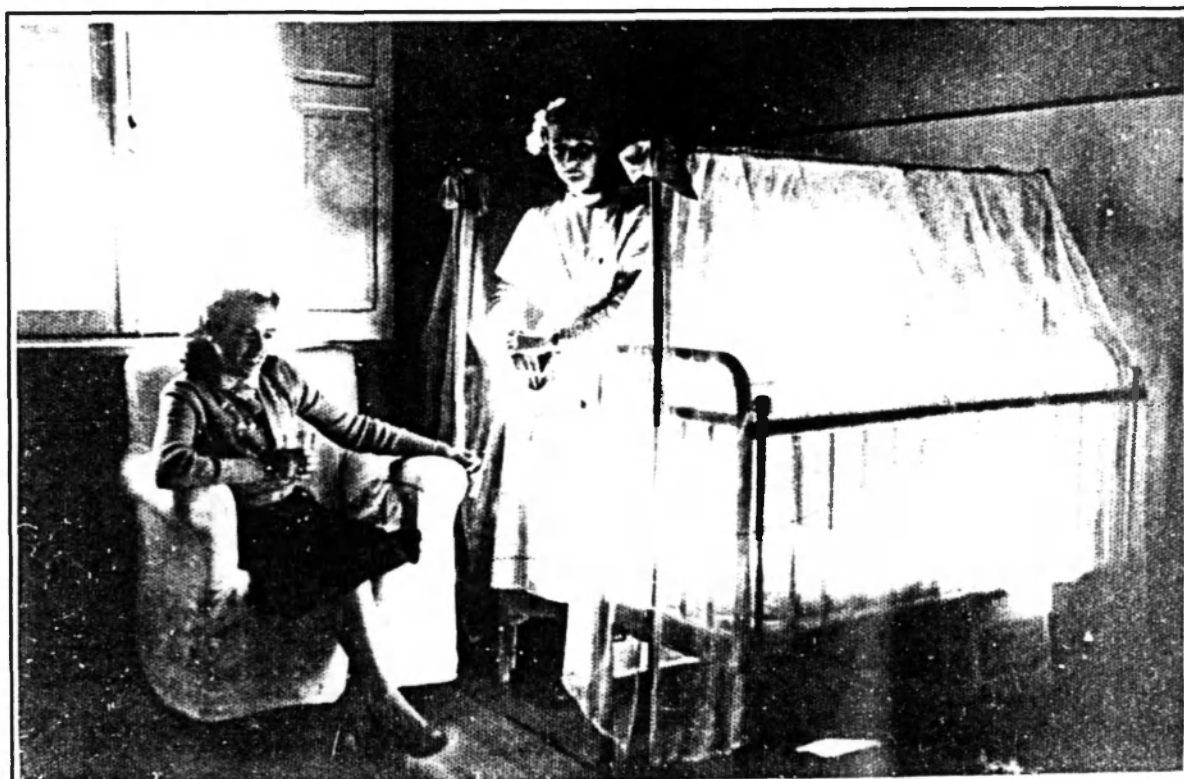
---

<sup>6</sup> Documento manuscrito existente nos arquivos da antiga empresa Venske.



um aumento no número de funcionários na fábrica. “*Em 47 quando a fábrica fez 40 anos não tinha mais nenhum tear fora*” (FABINO).

A ausência de trabalhadoras domiciliares, a partir de 1945, levou a empresa a incentivar a permanência de operárias casadas no emprego. Aliás, o término da prática de trabalho domiciliar coincidiu com a inauguração de uma creche para os filhos das operárias. Na creche, inaugurada em 1947, as crianças ficavam sob os cuidados de uma enfermeira, até completarem um ano de idade. A sua instalação, muito mais do que o cumprimento de uma exigência legal, comprova o interesse da empresa em manter em seus quadros operárias especializadas.



Berçário da Fábrica de fitas Venske.  
Coleção: Guido Venske  
Acervo: Museu da Imagem e do Som

O pagamento por empreitada recebido pelas tecelãs possibilitava a elas o recebimento de um salário compensador, muitas vezes maior que o do pai ou do

marido. Algumas delas, após o casamento, resolviam, então, com o apoio dos esposos, permanecer mais um tempo no emprego, com o intuito de “fazer um pé de meia” até a chegada dos filhos.

Genil entrou na fábrica aos 14 anos, em 1937. Começou “*na seção de urdideiras e logo depois fui aprender nas máquinas*”. Excelente tecelã, casou-se aos 22 anos, com um expedicionário. Como o salário era bom, resolveu continuar trabalhando mais um tempo. Quando engravidou do primeiro filho, em 1947, foi pedir demissão e o patrão lhe disse: “*a senhora não vai sair, o seu bebê vai inaugurar nossa creche*”. Ela conta:

Eu fui a primeira em trezentas funcionárias que ficou grávida, que casei e continuei trabalhando [...] trabalhei de manhã à noite porque fazia um serãozinho, das quatro às seis, porque queria ganhar um pouquinho mais. [Depois que o bebê nasceu] eu levantava cinco e meia da manhã, arrumava tudo e levava meu nenê. Ele ficava na creche e era muito bem tratado. Ele ficou um ano, porque só tinha direito um ano, depois passei a dar pra minha cunhada cuidar dele [...] Na época eu ganhava 500, 530, era minha empreitada. [...] Eu juntava aquele dinheirinho, eu sempre gostei de me arrumar, meus nenês sempre andaram muito bem arrumadinhos [...] e eu [estava] sempre cavando meu dinheirinho (GENIL).

Outra tecelã que trabalhou quase vinte anos na fábrica, diz que resolveu continuar trabalhando depois de casada porque a mãe, que morava com o casal, fazia todo o serviço da casa e o marido, que era funcionário público, não se opôs.

Pelo depoimento, percebe-se que, muitas vezes, o bom salário pago pela Venske funcionava como um atrativo irresistível, capaz de se sobrepor aos padrões culturais vigentes de que mulher casada não trabalhava fora de casa.

### 2.3 PONDO A MÃO NA MASSA

Fundada em 1912 por Paulo Groetzner, imigrante suíço, a fábrica Lucinda dedicou-se inicialmente à fabricação de biscoitos e bolachas. Em 1916, aumentou sua linha de produção com a fabricação de balas, caramelos, chocolates e confeitos e com a instalação de uma torrefação de café. Três anos depois, montou uma

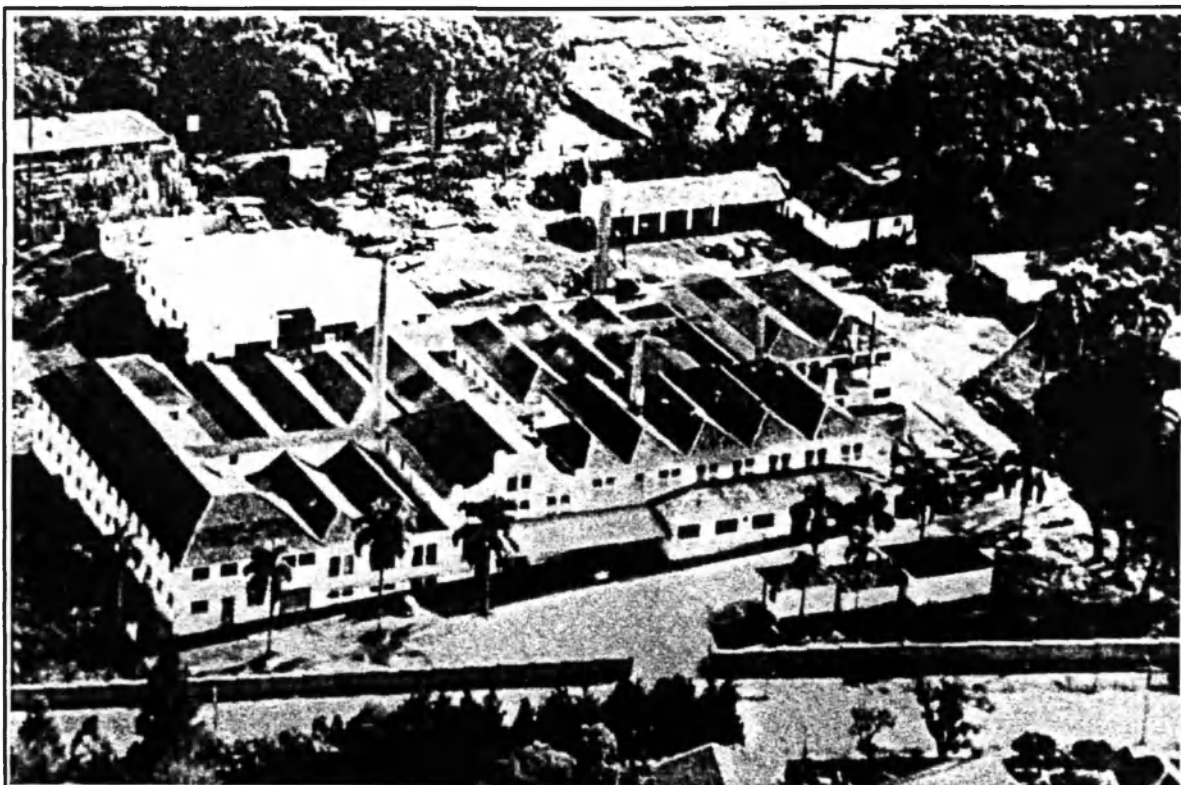
destilaria, iniciando a produção de bebidas. Em 1925, instalou máquinas para a fabricação de macarrão e talharim. Nos mesmos moldes de outras indústrias auto-suficientes, como a Matarazzo, a Lucinda mantinha, além da linha de produtos, outras indústrias auxiliares, cuja produção era absorvida pela principal. Contava com funilaria, carpintaria, marcenaria, fábrica de caixas e uma oficina mecânica completa, para a assistência ao maquinário. Assim, as caixas de madeira e latas de folha consumidas para o acondicionamento dos produtos eram de fabricação própria. Outra característica da indústria foi a manutenção de um armazém de secos e molhados, aberto em 1937, para atender aos seus empregados.

Contava com vendedores que recebiam por comissão e viajavam pelo interior do Paraná e Santa Catarina. Estes vendiam mercadorias produzidas ou industrializadas pela fábrica, apresentadas em um catálogo em papel couchê, com ilustrações coloridas de todos os produtos.

No início da década de 50, a indústria, dirigida pelos filhos do fundador, ocupava uma área dez vezes maior que a inicial e dedicava-se exclusivamente à produção de biscoitos, bolachas e massas alimentícias. Localizada na Avenida Anita Garibaldi, a fábrica era constituída por um bloco principal, composto de vários pavilhões, e outras construções menores que circundavam o prédio. Dentro do espírito de indústria familiar, os proprietários mantinham algumas casas no terreno da fábrica que eram cedidas aos empregados mais antigos ou àqueles cujo trabalho exigisse uma maior proximidade com a fábrica, como era o caso dos guardiões.

Outra característica bastante acentuada era a presença de diversos membros de uma mesma família trabalhando na fábrica. Muitas vezes, trabalhavam

juntos o pai e os filhos, homens ou mulheres; ou ainda marido e mulher, no caso de recém-casados. Nesse caso, as mulheres estavam dentro do espaço de trabalho sob dupla vigilância, dos patrões e da família.



Vista aérea da Fábrica Lucinda. s/d.  
Acervo: Casa da Memória

As diferentes funções exercidas dentro da fábrica exigiam trabalhadores com habilidades diversas, como cortadores de lenha, marceneiros, carpinteiros, funileiros, mecânicos, foguistas, confeitores, auxiliares, vendedores e funcionários administrativos. Um percentual bastante significativo desses trabalhadores era composto por mulheres que atuavam principalmente na área de produção de alimentos e na limpeza. De um total de 682 fichas de registro pesquisadas, 77% eram de trabalhadoras do gênero feminino, e destas 53% já eram maiores de idade no momento da admissão.

Os empregados do gênero masculino também eram, em grande parte, maiores de idade (88%), esta variando entre 14 e 68 anos e moravam em local próximo à sede da fábrica. Apesar de não existir, por parte do setor administrativo da indústria, uma preocupação muito grande em registrar o endereço dos seus funcionários, pode-se afirmar que eles moravam preferencialmente no Cabral e nos bairros limítrofes como Ahú, Juvevê, Bacacheri, Boa Vista e Barreirinha.

Quanto ao local de nascimento, como na Indústria Venske, a maior parte dos operários da fábrica Lucinda era paranaense (80%), tendo a maioria nascido em Curitiba. Da mesma forma, o segundo lugar era ocupado pelos catarinenses, que representavam 12% do total. O contingente de trabalhadores estrangeiros (4%) era composto, na maioria, por alemães e poloneses.

Nos anos 40, trabalhavam na Fábrica Lucinda aproximadamente sessenta empregados. Durante o período da guerra, entre 1943 e 1945, a indústria teve uma diminuição considerável no quadro, ficando com pouco mais de duas dezenas de operários. No início da década de cinquenta, passou a contar com mais de uma centena de operários, dos quais 70% eram mulheres e mais da metade delas era menor. O número das operárias casadas (7%) era menor do que o registrado nas outras duas indústrias pesquisadas.

Nessa indústria, a rotatividade dos operários era um pouco menor do que nas outras duas fábricas, mas os homens permaneciam no emprego mais tempo do que as mulheres. Dentre os homens 60% deles permaneciam na fábrica por mais de um ano, enquanto para as mulheres esse percentual era de 53%. Do grupo que trabalhou na empresa por mais de 5 anos, eles somavam 20%, enquanto elas totalizavam apenas 14%.

Independente da questão principal que afastava as mulheres do mercado de trabalho, o casamento, um dos fatores que explicaria a maior permanência dos homens no emprego era, sem dúvida, os melhores salários. Na Lucinda eles recebiam quase o dobro do salário das mulheres. Conforme consta na documentação da empresa, outra evidência de tratamento diferenciado entre os empregados é que, até 1955, as operárias da Lucinda gozavam férias menores que a dos homens. Não foi possível saber se isso acontecia porque todas as mulheres vendiam as férias ou se a indústria não respeitava a CLT.

Diferentemente da Venske, onde as mulheres trabalhavam mais individualmente, na Lucinda a convivência com os homens, no espaço do trabalho, era mais próxima. Muitas tarefas exigiam um trabalho em equipe, como a confecção de bolachas: enquanto um homem normalmente preparava a massa, e um foguista cuidava do forno, as mulheres se ocupavam de cortar, colocar em formas, enformar e desenformar o produto. Na seqüência, o produto seguia para uma seção exclusivamente feminina, de embalagem e acondicionamento.

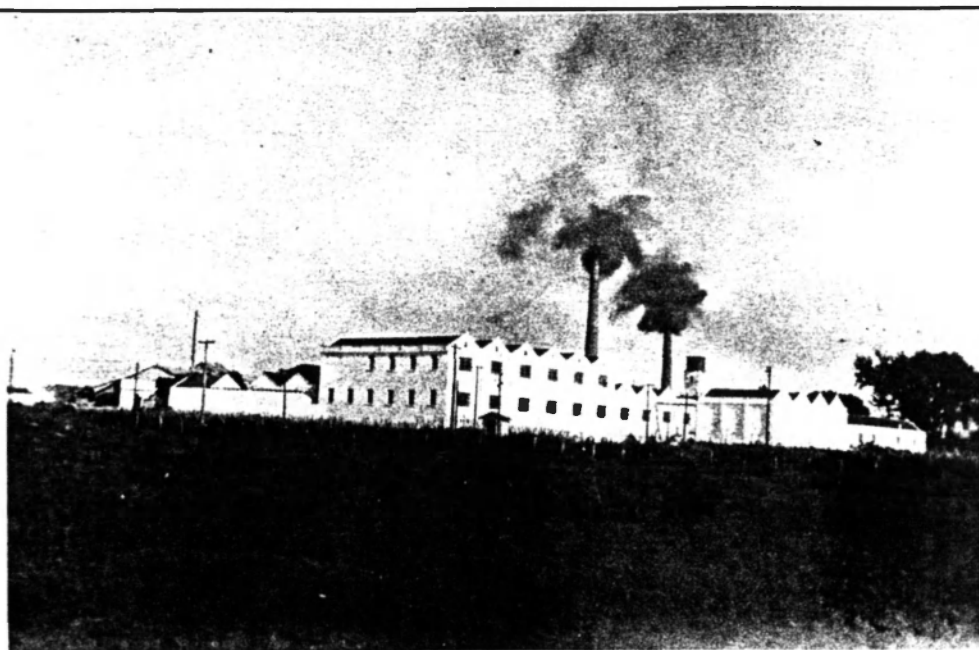
#### **2.4 MEXENDO COM FOGO**

Descoberto nas primeiras décadas do século XIX, na Inglaterra, o palito de fósforo só passou a ser fabricado no Brasil, após a proclamação da República. A preocupação com o surgimento de uma indústria nacional levou o governo brasileiro a proibir a importação do produto, em 1891. No ano seguinte, foi fundada em Niterói, a primeira fábrica de fósforos do país.

Pouco tempo depois, Curitiba já contava com esse tipo de indústria, graças ao empreendimento de dois imigrantes alemães, Jorge Einsembach e Fernando Hürlimann, que, em 1894, fundaram, no Bairro Rebouças, a mais antiga fábrica de

fósforos da cidade: a mesma que hoje pertence à Cia. Fiat Lux, e é considerada a maior da América Latina.

Instalada em dois pavilhões de alvenaria localizados na Rua Iguaçu, em 1895 a fábrica de Curitiba encontrava-se em pleno funcionamento e já contava mais de uma centena de empregados. Dentre esses havia um grande número de mulheres e crianças menores, de ambos os sexos. Em 1900, seus proprietários foram premiados na Exposição Agrícola e Industrial do Paraná, recebendo medalha de ouro, “*pelos excellentes produtos de sua fabrica de phosphoros*”.



Vista da Fábrica Pinheiro, na década de trinta.  
Acervo: Casa da Memória.

Em 1912, a fábrica Hürlimann\*, mais conhecida como Fábrica Pinheiro, por ser esse o nome do produto mais vendido pela indústria, estava situada na Rua João Negrão, numa grande edificação em alvenaria, e disputava o mercado de fósforos com outras quatro indústrias existentes em Curitiba.\*\*

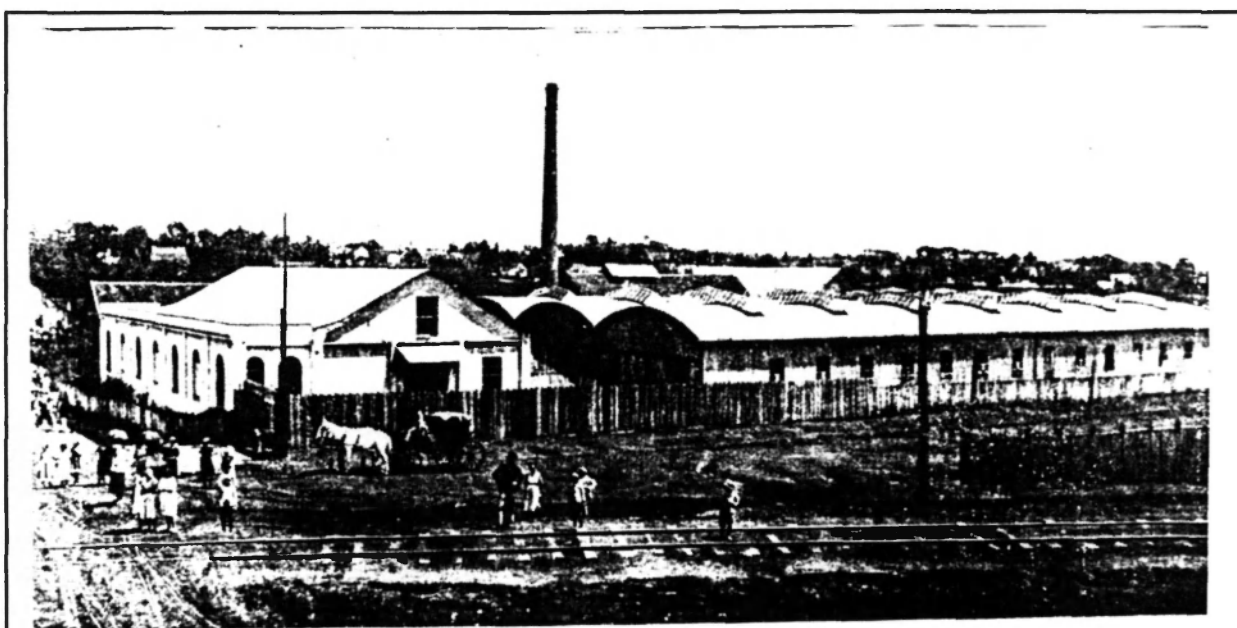
---

\* Após o falecimento do sócio Jorge Einsembach, em 1909, a empresa teve sua razão social alterada para Hürlimann & Cia.

\*\* Além da fábrica Hürlimann, eram produtores de fósforos, a Fábrica União, pertencente a Weiss, Colle & Cia. no alto da Glória; a Fábrica Mimosa, de Olivo Carnascialli, na Av. Visconde de

Em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, foi transformada em Sociedade Anônima, passando a denominar-se Companhia Paranaense de Fósforos.<sup>7</sup> Publicações existentes nos arquivos da indústria afirmam que, em 1914, a Companhia Paranaense de Fósforos teria sido arrendada pela empresa Fiat Lux\*, e por esse motivo passou a ser controlada pelo grupo inglês Bryant & May.

Em 1930, após ter sofrido ampliações e recebido uma nova estrutura técnica, a fábrica paranaense era citada como a maior fábrica de fósforos do país.<sup>8</sup> Nessa época, além da Fábrica Pinheiro, continuavam em atividade a Fábrica Mimosa\*\*, ligada à Companhia Brasileira de Fósforos, e outra, de menor porte, situada no Bairro Batel. A partir de 1935, apenas as duas primeiras continuavam no mercado.



Vista da Companhia Fabril Paranaense S.A. (Fábrica Mimosa), fundada em 1913.  
Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brasil Capri & Olivero. São Paulo, 1923.

Guarapuava: a Fábrica Colombo, de Wenceslau Glaser, na Rua Coronel Dulcídio e uma quarta, de propriedade de Weiss & Cia., localizada na Rua Sete de Setembro.

<sup>7</sup> O GUIA PARANAENSE. Curitiba, v.1, n.1, 1916.

\* Fundada em junho de 1904, a história da indústria Fiat Lux se confunde com a própria história dos fósforos no Brasil, uma vez que ela originou-se da junção das três primeiras fábricas existentes no país: a de Niterói, a de Ponta de Areia e a de Vesúvio, no Barreto, Estado do Rio.

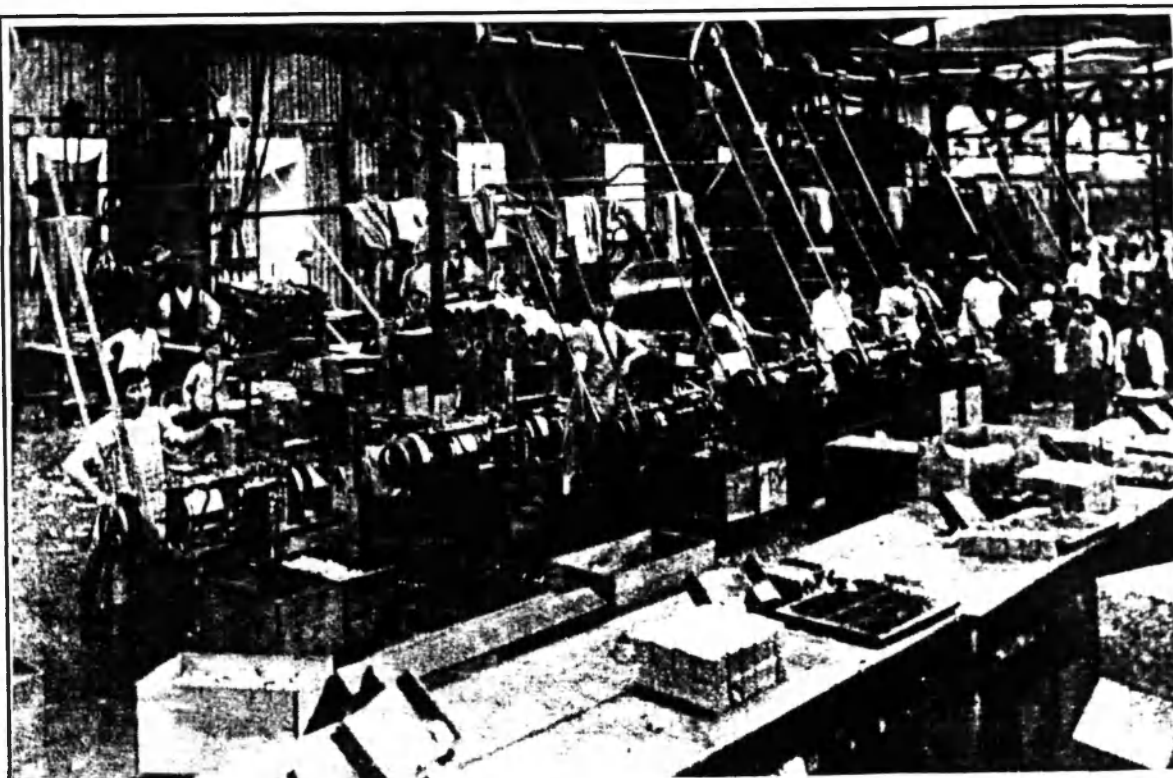
<sup>8</sup> ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, s. ed., v. 4, n.3, 1930, n.p.

\*\* Fundada no início da década de 1910, em 1916, a fábrica Mimosa estava instalada na rua Guarani (atual Av. Souza Naves) e possuía 300 empregados, dos quais 130 eram mulheres.





Fábrica Mimosa. Seção de enchimento manual. 1923.  
Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brazil. Capri & Olivero. São Paulo, 1923.



Fábrica Mimosa. Seção de caixinhas e gavetas. 1923.  
Fonte: Estado do Paraná. Empresa Editora Brazil. Capri & Olivero. São Paulo, 1923.

Em dezembro de 1941, a Fábrica Hürlimann S.A. passou a pertencer integralmente à "Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança", conforme consta na solicitação de alvará feita por essa empresa à Prefeitura Municipal de Curitiba, para "*abrir fábrica de fósforo e de latas, funilaria, carpintaria, serraria, oficina mecânica e de armação de caixas à rua João Negrão*".<sup>9</sup>

Finalmente, no início da década de 1950, a Fiat Lux incorporou também a Companhia Fabril Paranaense de Fósforos, passando a dominar integralmente o mercado de fósforos de segurança em Curitiba.

No início dos anos quarenta, a Fábrica Pinheiro, instalada num amplo complexo industrial, era composta por diversas seções, automatizadas ou não, que iam desde o encabeçamento dos palitos, montagem de caixas, enchimento, colagem de etiquetas e selos e empacotamento do produto final.

As funções habituais eram a de fosforeira, responsável pelo encabeçamento dos palitos, maquinistas de caixas, serventes de caixotarias e gavetas, rotuleiras, enchedeiras, empacotadeiras e aprendizes, que atuavam em todos os setores. Algumas dessas funções eram exercidas também pelos homens, que compunham aproximadamente 44% do quadro funcional. Como a Lucinda, a Fiat Lux contava com outras fábricas e oficinas de apoio, para a confecção do seu produto final. Esses setores absorviam a maior parte da mão-de-obra masculina contratada pela empresa.

Diferentemente das outras indústrias pesquisadas, a Fiat Lux tinha um grupo de operários bastante heterogêneo, apresentando um número significativo de operários de pele escura e de nível socio-econômico mais baixo. Também ao

---

<sup>9</sup> CURITIBA. Prefeitura Municipal. Alvarás de Licença. Livro n. 1, fl. n. 000045, 1937.

contrário das outras duas indústrias que tinham em seus quadros majoritariamente operários nascidos no Paraná, na Fiat Lux eles somavam pouco mais da metade (59%), o que evidencia a presença de um maior número de migrantes entre estes trabalhadores. Os nascidos em Curitiba somavam aproximadamente 40%, enquanto os estrangeiros representavam 3% do total de fichas pesquisadas, com grande predominância de poloneses. A análise da documentação funcional desses operários mostra que 44% deles tinham sobrenomes brasileiros. Nesta indústria, também aparece com maior frequência o registro de filiação paterna ignorada e a ausência de escolaridade.

Foram encontradas no arquivo da empresa um total de 3380 fichas de empregados que passaram pela Fiat Lux durante duas décadas. Sabe-se que esse número está bastante distante do real, porque, durante muitos anos, a documentação permaneceu abandonada num depósito da empresa, sem nenhum cuidado, o que ocasionou a perda de grande parte do material.

No grande complexo industrial, composto de um prédio central e vários pavilhões, trabalhavam juntos mulheres e homens, de todas as idades. Apenas as seções de carpintaria, torno e mecânica eram ambientes exclusivamente masculinos. Nas demais, todos trabalhavam juntos. Os cargos de chefia eram exercidos somente por homens e destes muitos eram estrangeiros. Outro fator que distingue essa indústria das demais é a alta rotatividade de empregados. Embora nem todas as fichas de cadastro trouxessem informações quanto à data de saída do empregado, foi possível analisar 2943 documentos, nesse sentido. A análise mostrou que mais da metade (58%) dos operários, de ambos os sexos, deixava a indústria antes de completar um ano de serviço. Um terço deles trabalhava de um a cinco anos e

apenas 12% do total permanecia na empresa além desse período. Interessante notar que não havia muita diferença entre homens e mulheres, quanto ao tempo de permanência no emprego.

Da mesma maneira que a Venske, a fábrica de fósforos contratava preferencialmente trabalhadores menores, do gênero feminino. As menores de 18 anos, representavam 66% do total das mulheres, sendo que um terço delas tinha menos de quinze anos. O grupo formado por trabalhadores do gênero masculino era preferencialmente adulto (52%).

Outra característica bastante evidente nessa empresa é que a grande maioria dos operários maiores de idade já havia trabalhado em outras indústrias, principalmente em Curitiba e cidades de Santa Catarina, como Blumenau, Joinville, Florianópolis e Jaraguá do Sul.

Quanto ao local de residência, os trabalhadores da Fiat Lux eram os que habitavam as áreas mais distantes do centro urbano. Muitos moravam nas cidades da região metropolitana ou ainda em bairros que estavam se formando, como Boqueirão, Vila Hauer, Vila Fanny e Pinheirinho.

No início dos anos 50, trabalhavam na indústria 1250 pessoas. Deste contingente, 750 empregados, ou seja, mais da metade, eram mulheres. O quadro funcional da empresa decresceu drasticamente no final da década, quando a mesma passou por um programa de racionalização e foi demitido mais de um terço dos operários. Durante as duas décadas pesquisadas, trabalharam na indústria mais de 3500 pessoas. Desse total, aproximadamente 56% eram mulheres, e destas 10% eram casadas.

Ao contrário das trabalhadoras da fábrica de fitas, e mesmo da Lucinda, as fotos dos empregados da indústria de fósforos demonstram, de um modo geral, menores cuidados no vestir e no pentear. As fotografias, também produzidas com descuido, e por isso mesmo esmaecidas, denunciam o olhar desanimado e submisso de muitas dessas operárias. A maioria era semi-alfabetizada, mal sabendo escrever o nome. Dentre as operárias menores, algumas eram órfãs e moravam longe da família.

Durante as décadas de 50 e 60, a indústria trabalhava em dois turnos, que iam das 5 às 22 horas. O salário era normalmente pago por produtividade, e variava conforme o serviço executado. Em 1943, uma trabalhadora ganhava na seção de embalagens 300 réis\* por lata selada manualmente ou 478 réis por hora, para fazer o mesmo trabalho na máquina automática. As fosforeiras recebiam por tabuleiro preenchido e as maquinistas ganhavam por hora.

Atualmente\*\* , as mulheres representam 70% da mão-de-obra da fábrica, sendo que 80% dos empregados trabalham diretamente na linha de produção, acompanhando as máquinas automatizadas que colocam as cabeças nos palitos, montam e enchem as caixas e gavetas, colam os rótulos e empacotam o produto final.<sup>10</sup>

---

\* Apesar do real, ou mil-réis, como era conhecida a antiga moeda brasileira, ter sido substituído pelo cruzeiro, em novembro de 1942, a terminologia continuou sendo utilizada durante algum tempo.

\*\* O controle acionário da Companhia Fiat Lux está nas mãos do grupo sueco Swedish Match. A fábrica de Curitiba é a maior unidade de produção da Companhia e a maior indústria de fósforos de todo mundo.

<sup>10</sup> FIAT LUX. [Catálogo impresso por ocasião do centenário da Empresa]. Jun. 1994, p. 7.

## 2.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO

### 2.5.1 Acidentes de trabalho

Analisar as condições do trabalho feminino após as conquistas sociais obtidas pela legislação trabalhista pressupõe a igualdade de condições com o os homens quanto ao salário, e algumas garantias com relação à segurança e à saúde da mulher. No entanto, depara-se com uma série de registros feitos pelas próprias indústrias, que põe à mostra as reais condições dos trabalhadores de um modo geral, e das mulheres em particular.

Apesar de a legislação trabalhista procurar afastar as trabalhadoras das tarefas mais perigosas, elas estavam, freqüentemente, expostas aos acidentes de trabalho.

Na fábrica de fitas Venske não foram encontrados registros de nenhum acidente grave, e eram raros os casos de afastamento por motivo de saúde. Um dos funcionários do escritório da fábrica afirma que os acidentes “*ocorriam mais nos setores masculinos, principalmente na marcenaria. As máquinas não eram perigosas. Era só ter cuidado*”. Mas enfatiza, em seguida: “*cabelo comprido não podia ter porque era muito perigoso*” (FABINO). “*Não podia trabalhar de cabelo comprido. Tinha que prestar muita atenção no trabalho porque todas as máquinas tinham correia.*” (TEREZA)\*.

Além do barulho constante das máquinas, um dos principais inconvenientes do ambiente de trabalho era a necessidade de permanecer em pé por longas horas. Mas, como a maioria das empregadas era muito jovem, provavelmente não havia queixas nesse sentido.

---

\* Tereza Gelasco, descendente de poloneses, nasceu em Curitiba em 1928. Trabalhou na fábrica de fitas de 1942 a 1945 e de 1947 a 1949.

Na Lucinda, as condições eram mais precárias, porque, além de trabalhar junto aos fornos com altas temperaturas, os trabalhadores estavam expostos a acidentes provocados, principalmente, pelas máquinas de cortar macarrão. Episódios como o da menor Tereza Shlichta que pouco tempo depois de machucar os dedos indicador e médio "*acidentou-se na vista direita, ocasião em que estava pregando caixa de madeira*" (F)\*, ou de Naomi Marti que "*cortou a primeira falange do dedo médio da mão direita na máquina de cortar talharim*" (F) eram registrados com frequência.

Das três indústrias pesquisadas, a fábrica de fósforos foi o local onde apareceu o maior número de registros sobre acidentes de trabalho e queixas quanto à insalubridade do serviço.

Conforme o Art. 1, da Portaria de 13 de abril de 1939, eram consideradas insalubres as indústrias de chumbo, mercúrio, silicone, fósforo, arsênico e outros. A fabricação de palitos de fosfóricos (preparação da pasta e trabalho nos secadores) estava incluída, segundo a classificação, no grau 2, de insalubridade média.<sup>11</sup>

Um dos problemas mais sérios era a poluição sonora. Um texto sobre a indústria<sup>12</sup> descreve as dificuldades encontradas pelos operários na época em que a produção de fósforos era feita sob processo artesanal. Eram utilizadas as matracas, máquinas manuais muito barulhentas, cujo ruído podia ser ouvido a centenas de metros de distância. Para operá-las, era necessária a força de homens com grande

---

\* Fonte: Ficha de registro de empregado. Doravante, para evitar a repetição, quando tratar-se deste tipo de fonte será utilizado o símbolo (F).

<sup>11</sup> LOBO. Eulália M. Lahmeyer, coord. Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970). Rio de Janeiro: Access, 1992. p. 186.

<sup>12</sup> LUMBY. Richard Young. Reminiscências. p. 16-17. [19--]

resistência física. Além da poluição sonora, havia a poeira causada pelas partículas de madeira provenientes do peneiramento dos palitos, após a secagem nas estufas.<sup>13</sup>

Além da poluição sonora e do ar, havia o contato com as máquinas automatizadas, que exigiam atenção constante, o contato com produtos químicos e a permanência dos operários em pé, por longas horas.

Nos registros da empresa, foram notificados, durante o período de duas décadas, mais de quatrocentos casos de acidentes ocorridos dentro da fábrica. No entanto, ao que parece, a frequência dos mesmos era bem maior. Segundo o depoimento de uma das operárias, que trabalhou algum tempo na enfermaria da indústria:

O número de acidentes variava. Acidentes leves dava uma média de 150 por mês. Os graves chegavam a 30 por mês. A sessão que mais dava acidentes era a sessão dos tornos (masculina). Na sessão das mulheres a mais perigosa era a das VPO [máquinas de fechamento das caixas]. Os acidentes mais comuns era atorar dedos, esmagar dedos, *queimaduras*. Acidente era resolvido pela enfermeira. Se fosse coisa séria ia para o hospital (ELIZABETH)\*.

Dentre os mais frequentes, são citados aqueles provocados pelas máquinas automáticas que atingiam membros superiores (dedos, mãos e braços) e abdômen. Aparecem muitos registros de *queimaduras* e ferimentos nos dedos, principalmente o polegar e o indicador, muitas vezes com esmagamento e perda de unha. Nos outros dedos e antebraço são comuns os cortes com contusão. Às vezes, ocorriam acidentes mais sérios. Ivone, de 19 anos, teve amputada a metade distal da terceira falange da sua mão direita. Seis meses depois, ainda apresentava problemas de saúde em decorrência desse acidente. Marlene sofreu "*queimadura de primeiro e segundo grau na face e nos membros*" (F). Hilda sofreu esmagamento da mão, na

---

<sup>13</sup> HISTÓRICO Fiat Lux (documento manuscrito), [19--].

\* Elizabeth Smoger, filha de imigrantes alemães, nasceu em Curitiba, no bairro das Mercês, em 1935. Seu pai era bombeiro. Estudou no Colégio Divina Providência e no Grupo Escolar Tiradentes. Perdeu a mãe aos 12 anos. Ingressou na Fiat Lux em 1952 onde permaneceu até a aposentadoria. Não se casou.



máquina de etiquetar. Ercília precisou ficar dez dias de licença por causa de uma contusão no abdômen e Iracema, além de outros dois acidentes, foi atingida no ventre, pelo puxante da máquina de gavetas (F).

A frequência desses acidentes fazia com que muitas trabalhadoras pedissem demissão logo após o retorno da licença, como Amélia, de 13 anos, que o fez logo após sofrer um corte contuso no polegar da mão esquerda. As que permaneciam na indústria, continuavam sujeitas a experiências muitas vezes dolorosas, como ocorreu com a fosforeira Maria de Lourdes, que sofreu seis acidentes durante os oito anos que permaneceu na fábrica, dentre eles uma “*queimadura de segundo grau no cotovelo esquerdo*”, e acabou sendo demitida por “*péssimo comportamento*” (F).

### 2.5.2 Condições de saúde \*

Ao analisar a passagem da família tradicional para a família moderna, Edward SHORTER coloca as condições de saúde como um dos fatores responsáveis pela subordinação feminina. Segundo ele, a alimentação deficiente, a falta de higiene, de condições sanitárias e o desconhecimento expunham a população, de um modo geral, e principalmente mulheres e crianças, a uma série de doenças tais como raquitismo, anemia, tuberculose, hemorragias e infecções.<sup>14</sup> A preocupação com a salubridade na Inglaterra só começou no fim do século XVIII. A vacinação contra

---

\* Este texto trata exclusivamente de questões relacionadas aos operários da fábrica de fósforos, uma vez que das três indústrias pesquisadas a Fiat Lux é a única empresa que possui em seus arquivos documentos referentes às condições de saúde de seus empregados. A riqueza da documentação deve-se, sem dúvida, aos problemas de insalubridade e ao alto nível de acidentes a que os operários estavam sujeitos.

<sup>14</sup> Segundo SHORTER, as mulheres eram alvo constante das infecções por estarem frequentemente grávidas e serem atendidas na hora do parto, ou em caso de aborto, na maioria das vezes, por parteiras, cujos conhecimentos sobre anatomia e higiene eram bastante precários.

varíola se converteu em algo normal para a elite, apenas na segunda metade do mesmo século. Somente com a descoberta da penicilina, com o progresso da medicina e da cirurgia, as mulheres foram liberadas do fardo que carregaram ao longo da história, que era a precariedade de sua saúde.<sup>15</sup>

No entanto, mesmo com todos esses avanços, as condições de saúde, principalmente das mulheres casadas, continuaram sendo um empecilho para a sua permanência no mercado de trabalho formal.

Dois requisitos (saber técnico, ou a capacidade mínima para a apreensão desse saber, e boas condições de saúde) sempre foram exigências básicas para o ingresso do trabalhador no mundo do trabalho.

Quanto ao primeiro requisito, não havia grandes exigências, pois a experiência poderia ser adquirida durante o processo de trabalho. Ao analisar o operariado do Rio de Janeiro, Eulália LOBO, observa que “*nas fábricas de tecidos os menores iam aprendendo na prática, inclusive com grande incidência de acidentes de trabalho*”.<sup>16</sup> A técnica utilizada para o treinamento era “*aprender fazendo*”, como diz uma antiga operária da Venske “*a gente começa na fiação para poder aprender a manusear o fio*”.<sup>17</sup>

Essa prática era possível, primeiro porque o trabalho executado por esses iniciantes não exigia grande habilidade e, segundo, porque eles eram recrutados dentre os próprios familiares ou parentes dos empregados da indústria, o que facilitava enormemente o repasse do aprendizado. Ensinar o trabalho para alguém

---

<sup>15</sup> SHORTER, Edward. Le corps des femmes. Paris: Editions du Seuil, 1984.

<sup>16</sup> LOBO, Eulália M. Lahmeyer. Estado, movimento operário e condições de vida. Rio de Janeiro, 1930-1970. In: \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro operário. op. cit, p. 84.

<sup>17</sup> PARANÁ. Museu da Imagem e do Som. Maquinaria. [198-]. p. 10.

da família podia significar uma perda imediata na produção, mas era uma garantia de melhor renda familiar a médio prazo.

Quanto às condições de saúde, o exame médico era fundamental para definir o estado físico e emocional do candidato interessado numa vaga. Após o preenchimento de uma ficha funcional, no setor de pessoal, no qual eram checados alguns quesitos como documentação, aparência e nível de escolaridade, cabia ao médico a decisão final sobre a admissão. Quando o candidato não era aprovado no exame médico, normalmente fazia uma nova tentativa tempos depois, ou então procurava uma firma menos exigente.

No caso das mulheres, na hora da admissão elas apresentavam condições de saúde semelhante à dos homens, pois eram, na maior parte, jovens e solteiras. No caso das casadas, era muito difícil que uma mulher que já fosse doentia saísse de casa para procurar emprego.

Com o passar do tempo, essa situação de igualdade ia se modificando cada vez mais. Embora as doenças profissionais atacassem a todos sem distinção, as mulheres estavam mais sujeitas à perda do vigor físico. A execução de determinadas tarefas e a insalubridade acabavam trazendo problemas que muitas vezes interferiam no ciclo menstrual e na gravidez, debilitando a mulher e tornando-a incapaz para o trabalho.

As queixas das operárias eram registradas nas fichas preenchidas pelo médico, geralmente contratado pelas indústrias para atender a emergências e avaliar as reais condições de saúde dos funcionários em geral, quando esses se diziam inaptos ao trabalho.

Além de um consultório médico, a Fiat Lux contou durante um certo período com um consultório dentário\* no qual, conforme consta da documentação, era feito grande número de extrações, já que as condições de saúde dental dos empregados eram péssima.



Operária sendo atendida pela Dra. Diva Graci, no consultório dentário da Fábrica Venske.  
Coleção: Zelly Mathias Gomes

As queixas apresentadas ao médico com maior frequência eram: dor nas pernas, nas costas, dor de cabeça, dor de estômago, falta de apetite, tontura, enjoô, vômito, fraqueza, dor na vista, dermatite alérgica, problemas pulmonares, cansaço e nervosismo. A maior parte das operárias começava a se queixar dos sintomas depois de alguns anos de serviço, como Maria Elisa que, pouco antes de pedir demissão,

---

\*A Venske também manteve, durante a década de 50, um consultório dentário para o atendimento dos seus empregados.

foi ao médico para dizer que “*o cheiro do fósforo estava lhe fazendo mal*”, (FM)\* ou como Maria Olga, que percebeu que “*depois que entrou na fábrica começou a perder o olfato*” (FM). Outras, no entanto, antes de procurar o médico, pediam demissão alegando problemas de saúde, como foi o caso da menor Araci de 13 anos, que deixou o emprego, após sete meses de trabalho, “*porque o serviço lhe fazia mal*” (F).

Aquele cheiro da parafina que você sente quando passa na frente da fábrica, aquilo me fazia muito mal, mas eu nunca cheguei a me queixar. Teve uma vez que eu fiquei ruim mesmo, aí eu fui e pedi minhas férias de tão ruim que estava [...] Eu dei graças de ter saído de lá, por causa daquele cheiro que eu tinha muito problema de fígado (SIRLENE)\*\* .

Amélia, quando foi admitida na fábrica de fósforos, aos 16 anos, já havia trabalhado anteriormente no Laboratório Reunidos Paraná e na Indústria Venske. Trabalhou na Fiat Lux durante 5 anos, inicialmente como aprendiz e, mais tarde, como fosforeira. Qualificada como “*boa operária*” (F), quatro meses depois da admissão dizia sentir “*ardência nas vistas, tontura, enjôo e dor de cabeça diariamente*” (FM). Depois do terceiro ano de trabalho, ela declara que “*sabe que é o serviço que lhe faz mal e por isso quer deixar o emprego; já pediu demissão, mas não lhe deram; quer saber como é que faz para deixar o serviço*” (FM). Mas, nem todas tinham esse discernimento. A grande maioria só se dava conta da situação quando a chance de conseguir um novo emprego era mínima. A situação era perversa porque a necessidade e a falta de opção faziam com que elas continuassem trabalhando na indústria até que os problemas de saúde a levassem a pedir demissão por conta própria ou, então, fossem forçadas a fazê-lo.

---

\* Fonte: ficha médica. De agora em diante, sempre que a fonte referir-se a este tipo de registro será utilizado o símbolo (FM).

\*\* Sirlene Maria (Vachvicz) Godoy, descendente de poloneses, nasceu em Pinhais em 1943. Entrou na fábrica de fósforos em 1956, aos 13 anos. Foi seu único emprego.

Elisa foi admitida na Fiat Lux aos 15 anos, em março de 1956, na função de aprendiz de fosforeira. Casou-se em 1958 e continuou trabalhando na indústria até janeiro de 1963. A ficha médica, preenchida durante as consultas feitas ao longo do período em que ela permaneceu como operária, exemplifica os problemas ocasionados pelo trabalho insalubre, que, somados às dificuldades trazidas pela maternidade e pelo trabalho doméstico, transformavam, em menos de uma década, uma mulher sadia numa trabalhadora incapaz.

Conforme consta na ficha, quando foi admitida, Elisa apresentava perfeitas condições de saúde para o exercício do cargo. A primeira visita ao médico ocorreu um mês após a admissão, por causa de uma otite. Oito meses depois ela voltou por causa de artrite, que a fez perder uma semana de trabalho.

Durante o ano de 1957, por duas vezes ela apresentou queixas de amenorréia e diarreia. Em março de 58, grávida de sete meses, ela faltou um dia de serviço. Em agosto, quando voltou ao médico, este fez o seguinte registro:

"Pariu" faz dois meses e meio, quando caminha sente dor, esteve no médico do sindicato que disse que seu parto estava bom e necessita de curativos. Andou de bicicleta. No máximo um mês depois do parto, nada deveria sentir. Entrou de férias (FM).

Retornou em dezembro dizendo ter tido "*dor nas tripas e depois desinteria*" (FM). Afirmo ainda que "*as regras sempre estragam 10 dias todos os meses*" (FM). Ao fazer outra consulta no SESI, submeteu-se a exame ginecológico, de urina e raio X do tórax. O diagnóstico dado foi "útero caído", com recomendação para trabalhar sentada e usar faixa. Dias depois, ela voltou dizendo não suportar a faixa: "*está trabalhando sentada, mas quando levanta sente dor*" (FM).

Em abril de 1959, o médico fez a seguinte anotação: "*Voltou a trabalhar no dia 7, esteve quase 5 meses no IAPI; teve aborto, voltou a trabalhar e voltou a*

doença. *Emagreceu oito quilos, sente-se muito fraca*” (FM). Em novembro ele prossegue:

Estava no IAPI até ontem, trabalhou oito dias em abril e depois voltou ao IAPI; está grávida, parto para os primeiros dias de dezembro, deve entrar em licença. Deseja saber se tem direito ainda aos três meses... **como se tivesse trabalhado nesse período final da gestação, nesta fábrica aparece cada uma...** (sem grifo no original) (FM).

O comentário, além de questionar o direito à licença maternidade, garantido por lei, mostra a sua ironia diante de alguém que, por desconhecimento, procura obter dele (enquanto dono do saber) informações sobre os seus direitos.

Elisa deu à luz no final de novembro, mas o bebê morreu logo depois. Em fevereiro de 1961, ano em que fez 14 visitas ao médico, ela teve outro bebê prematuro. Em julho, após tratamento de infecção uterina, voltou ao médico, grávida de um mês e meio, porque estava perdendo sangue e foi submetida a uma curetagem.

Em maio de 1962, grávida novamente, faltou ao trabalho durante três dias por causa de tontura, dor de cabeça e nas costas. O médico anotou: *“justifico pela última vez”* (FM). Uma semana depois, quando faltou novamente por causa de dor de ouvido, um outro médico justificou as faltas, mas fez a seguinte anotação: *“Não tomou nada. Quem tem realmente dor toma qualquer coisa”* (FM). Na consulta seguinte, cinco meses depois, em que Elisa permaneceu três dias em casa para cuidar do filho doente, o médico escreve: *“Hoje o seu aspecto é de quem poderia estar trabalhando. Justifico duas faltas. As demais não justificar”* (FM).

Aos poucos, o cerco ia se fechando. Impossibilitada de continuar trabalhando, ela pediu demissão alegando motivos particulares. Evidentemente, numa situação como essa não interessava à empresa manter o empregado. Cabia ao médico, enquanto especialista, ser o mediador entre o interesse do patrão e o direito

do empregado. Na maioria das vezes, o médico, por meio de seu poder de decisão, na hora de justificar as faltas, fazia o jogo da empresa, forçando as trabalhadoras a deixar o emprego. Aliás, justificativas como “*saiu por doença*” ou “*saiu pra fazer tratamento de saúde*” (F) são usadas com frequência no momento do pedido de demissão.

Eram poucas as mulheres que lutavam pelos seus direitos, como é o caso de Helena, que trabalhava na firma desde 1929. Após dez anos de serviço, começou a queixar-se de dor de cabeça e dor nas costas, dizendo que a dor piorava quando trabalhava muito. Quando foi ao médico para requerer tratamento, declarou que a empresa deveria lhe dar outro serviço ou indenizá-la, já que ela não estava disposta a pedir demissão. Depois de um intervalo de uma década, retornou ao médico, em 1950, dizendo querer outro serviço, porque sentia dor na testa e nas costas. Também desejava um banco para descansar enquanto trabalhasse. Voltou um ano depois solicitando um remédio para ficar em casa, pois achava que a dor era cansaço. Finalmente, vinte anos depois da primeira queixa, obteve uma declaração do médico do SESI que atestou, segundo ela, cansaço do pulmão, e a recomendação de que necessitava mudar de serviço (FM).

Apesar das constantes queixas dos empregados quanto às condições de trabalho, e de as leis trabalhistas definirem, desde o início da década de 30, o que deveria ser entendido por acidente de trabalho e por doença profissional, raramente aconteciam os afastamentos ocorridos por sugestão médica.

Os assentamentos médicos evidenciam, muitas vezes, uma postura contraditória, na qual o médico, para defender os interesses da empresa, fazia afirmações que ele próprio contestava. Por exemplo, ao mesmo tempo em que



lutava contra a auto-medicação, como forma de garantir o seu mercado de trabalho, o médico usa a afirmativa de que “quem tem realmente dor toma qualquer coisa”, para sugerir que Elisa estaria apenas inventando uma desculpa para não trabalhar. Quando ela falta porque o filho está doente, ele insinua que “hoje o seu aspecto é de quem poderia estar trabalhando”, quando quem estava doente era o filho, não ela.

Além disso, as observações feitas trazem à tona sua “visão de mundo” e mostram, claramente, como eles pensavam os problemas do trabalhador dentro de padrões da sua própria classe. Quando a fosforeira Maria Júlia, operária da fábrica há quatro anos, foi ao consultório levar o resultado de alguns exames após apresentar queixas de *“tontura, dor de cabeça e enjôo de estômago”* (FM), o médico fez a seguinte anotação: *“Aparentemente está bem, parecendo estar com pouca vontade de trabalhar. Por nós não justificamos, embora tenha por lei direito aos 15 dias”* (FM).

Alexandra, descendente de poloneses, trabalhou na fábrica a partir de 1947, durante 14 anos. Quando começou a se queixar, no final da década de 50, de dor de cabeça, de barriga e nos braços, a observação do médico foi de que, aos 32 anos, ela ainda continuava solteira, como se os sintomas, que sabidamente estavam relacionados ao trabalho, fossem meras queixas de uma solteirona infeliz. No ano seguinte, ela voltou queixando-se de tonteira, dor de estômago, falta de apetite, fraqueza e nervosismo e disse não estar tomando nada por falta de dinheiro. Teve um filho em junho de 1961. Quatro meses depois, ainda reclamava de dor no corte (da cesariana) e achava que o serviço de levantar tabuleiro era muito pesado (FM). Acabou pedindo demissão no mês seguinte.

Pela documentação médica existente nessa indústria, pode-se observar que o discurso conservador a respeito do papel da mulher, como mãe e dona de casa, difundido tanto pela Igreja quanto pelo governo, não atingia as mulheres de baixa renda. Os registros mostram que, mesmo vivendo com o marido e tendo filhos pequenos para criar, muitas continuavam trabalhando para auxiliar no sustento da família e somente deixavam o emprego quando eram pressionadas pela empresa.

## **2.6 REBELDIA E SUBMISSÃO: OS ESPAÇOS DISPONÍVEIS**

A análise da documentação existente nas indústrias, além de mostrar as diferentes formas de controle disciplinar, possibilita a discussão sobre os espaços disponíveis e diferenciados nos quais a rebeldia e a submissão podiam ser exercidas.

No período anterior à legislação trabalhista, quando cada indústria podia estabelecer suas próprias regras, era comum a aplicação de multas sobre os empregados como forma de obtenção de controle. Os livros mais antigos, de controle de ponto dos empregados, da indústria Venske trazem anotações, em vermelho, das multas que eram descontadas do vencimento dos trabalhadores na hora do pagamento. As multas por brincar durante o serviço, limpar a máquina antes do horário ou não manter limpo o espaço de trabalho eram as mais frequentes, e, muitas vezes, os valores descontados correspondiam a um dia de trabalho. Casos de rebeldia, como responder aos superiores, raramente apareciam nessa indústria.

Depois de 1934, essa prática desapareceu, dando lugar a outras formas de sanção, no caso de o empregado ultrapassar os limites permitidos pela empresa. Esses limites, impostos como forma de garantir o controle e uma maior produtividade, variavam conforme a indústria.

As indústrias familiares tinham como principal característica a rígida disciplina, imposta pela presença constante do olhar do dono sobre os subordinados, facilitada pela arquitetura e pela distribuição dos espaços. A própria seleção dos empregados, feita entre familiares e parentes dos empregados, facilitava esse controle. Além disso, o grande número de trabalhadores menores e descendentes de imigrantes, cuja formação estava calcada numa rígida disciplina familiar, adaptava-se com facilidade às normas impostas pelos patrões.

Na Venske e na Lucinda eram raros os casos de indisciplina dos operários, embora seja possível que as advertências ocorressem, mas não fossem registradas. Na primeira, foi encontrada na documentação da empresa uma única reclamação trabalhista, já nos anos 60, de um operário que tentou obter o cancelamento de uma suspensão de três dias. Acabou pedindo demissão e desistiu da reclamatória diante da Junta de Conciliação e Julgamento. O documento assinado pelo juiz, ao dizer que a reclamação *“é fruto do aventureirismo a que são jogados empregados da reclamada por elementos que desejam criar um clima de intranqüilidade nas relações dos empregados com a empresa”*<sup>18</sup>, mostra a visão das instituições em defesa do capital.

Nos arquivos da Lucinda, foram encontrados apenas dois documentos que mostram a suspensão de operárias, no início da década de 40. No primeiro caso, a menor Ana foi suspensa durante oito dias *“devido o seu comportamento indisciplinar durante a hora de trabalho”* (F) e, no segundo, a funcionária assinou suspensão de duas semanas pelo não cumprimento de deveres ou obrigações.

---

<sup>18</sup> Documento manuscrito anexado a ficha do empregado.

A imposição de certas regras, como não conversar durante o serviço e ser chamado na presença do patrão por um simples atraso, garantia a ordem e fazia com que as duas fábricas tivessem a preferência dos pais na hora de empregar seus filhos. Por outro lado, uma das normas dessas duas empresas era “cortar o mal pela raiz”, como aconteceu na Lucinda, onde duas funcionárias, citadas como “cabeça de greve”, foram demitidas em setembro de 1954, após uma paralisação de um dia feita pelas operárias daquela fábrica <sup>19</sup>.

Os trabalhadores da indústria de fósforos, ao contrário, tinham um comportamento muito diferente do das outras duas indústrias pesquisadas. A ausência do patrão modificava as relações entre as chefias e subalternos, criando um espaço de conflito em que as tensões vinham à tona, sem, no entanto, resultar em nenhum movimento interno que evidenciasse, por parte dos operários, qualquer postura mais politizada diante das condições de trabalho.

Enquanto na Venske e na Lucinda os casos de suspensão registrados nas fichas funcionais são raros, na Fiat Lux eles somam mais de duas centenas.

O motivo mais freqüente para a suspensão era a *desídia*, termo utilizado para definir preguiça, indolência, negligência ou má vontade. Os empregados punidos por esse motivo eram suspensos por um dia. No caso de reincidência, a pena subia para três ou até cinco dias.

Depois da *desídia*, apareciam as suspensões por indisciplina, que podiam variar de um a cinco dias, dependendo da gravidade. A maior parte se refere à recusa das trabalhadoras em fazer o serviço determinado e responderem mal à mestra. Casos como o da menor Helena, que foi suspensa “*por um dia por dizer*

---

<sup>19</sup> Livro de registro de empregados.

*palavras obscenas à mestra*” (F), ou de Adelaide, 26 anos, suspensa dois dias por responder mal à mestra e bater o tabuleiro na mesa (F), evidenciam o clima de tensão permanente entre as operárias e as mestras. Benta Vicente pediu demissão depois de ter recebido *“três dias de suspensão por desobedecer e responder mal à mestra*” (F). Alaide recebeu a qualificação de *“má operária”*, além de suspensão (10 dias) por não executar o serviço e, quando advertida, negar-se a executá-lo, respondendo com palavras obscenas (F). São inúmeros os depoimentos de trabalhadoras que deixaram a fábrica, alegando que, além do serviço ser muito pesado, se sentiam perseguidas pela chefia, ou que a *“a mestra da seção era muito áspera”* (F).

O clima tenso entre os operários e seus chefes imediatos acabava provocando um efeito multiplicador que se refletia na relação dos trabalhadores. São vários os casos de suspensão por agressão a colegas de serviço e brigas até mesmo entre homens e mulheres. Apolônia, de 30 anos, trabalhava na indústria há quase dois anos, quando foi suspensa após provocar um colega e ser agredida por ele (F).

Nem todas as pessoas conseguiam adaptar-se com facilidade ao ambiente tenso da fábrica. A presença de operárias como Júlia, suspensa por embriaguez, assustava muitos pais que afirmavam não ser aquele um ambiente saudável para seus filhos. Muitas vezes, na hora de pedir demissão, as operárias usavam frases como *“nesta fábrica são muito briguentas”* (F) ou *“minha mãe não quer que eu trabalhe nesta fábrica”* (F). Outro motivo que levava ao pedido de demissão era a proibição, por parte dos pais, do trabalho noturno.

Embora os problemas de indisciplina ocorressem independente da idade ou da origem, as descendentes de imigrantes aparecem em menor número, mesmo representando praticamente a metade dos trabalhadores da indústria. De cada quatro casos de suspensão apenas um se refere a filhas de imigrantes, sendo citadas principalmente as de descendência polonesa e italiana.

Os homens também são citados, embora com menor frequência, como protagonistas em casos de rebeldia ou transgressão. Em 1953, um operário foi despedido por “*portar-se mal na lotação que transportava o pessoal da fábrica ao Cajuru*” (F). Tempos depois outro foi demitido por “*ter escrito palavras imorais nas paredes do banheiro*” (F). Há ainda o caso de um operário que, ao ter recebido um cartão impresso com um aviso para se apresentar ao gerente, rasgou o mesmo por considerar o motivo injusto [ter forçado a porta do banheiro]. Quando levado à gerência, negou-se a assinar a advertência e insultou o chefe, na presença de duas testemunhas. A ousadia acabou provocando a sua demissão. O cartão despedaçado continua guardado até hoje, junto à sua ficha funcional.

Apesar do grande número de suspensões nessa indústria, poucas vezes os atos que as provocavam eram usados como motivo na hora da demissão, o que fica demonstrado pelos diversos casos de reincidência de faltas cometidas por pessoas. Como Isabel (26 anos) que foi suspensa inicialmente por três dias por brigar e dizer palavrão, depois mais cinco dias por responder mal à mestra e outros cinco dias por se recusar a fazer o serviço determinado; ou Francisca Rosa, de 29 anos, que, após ter recebido suspensão de dois dias por desobedecer a ordens superiores, recebeu mais três dias por responder mal à mestra e não fazer o serviço determinado.

Normalmente, eram as trabalhadoras que tomavam a iniciativa de pedir demissão. Iracema, de 14 anos, foi suspensa durante três dias por responder mal à mestra e posteriormente mais três dias “*por se recusar a tocar duas máquinas de gavetas, o que vinha fazendo a tempo*” (F). Pediu demissão após a segunda suspensão, tendo ido, segundo a empresa, “*fazer reclamação falsa e mentirosa ao juizado de menores*” (F). Somente casos como o de uma operária que “*praticou atos imorais na fábrica*” (F) eram considerados passíveis de demissão na primeira ocorrência.

Em todas as empresas era comum o registro, na ficha funcional, de observações referentes a qualidades ou defeitos dos empregados. Estes normalmente eram avaliados segundo três critérios básicos: produtividade, assiduidade e comportamento. Essas observações serviam como referência a ser repassada a outras empresas, sendo também decisivas no caso de o trabalhador tentar uma readmissão. Informações com “*não serve para o serviço*”, “*muito faltosa*”, “*não deve ser readmitida*” ou “*não é de confiança*” (F) podiam inviabilizar qualquer possibilidade de retorno ao trabalho. O índice de readmissão na fábrica de fitas e na Lucinda era de 5%, enquanto na fábrica de fósforos essa taxa era extremamente baixa. Esse baixo índice percentual devia-se, provavelmente, ao desinteresse das operárias em trabalhar num ambiente insalubre e até mesmo pela dificuldade de passar pelo exame médico, depois de ter trabalhado por algum tempo nessa indústria.

A existência de um perfil diferenciado de operárias, dentro de um mesmo contexto urbano e de uma mesma época, fica bastante evidente na documentação

analisada. Tomando por empréstimo termos já utilizados por Ronaldo VAINFAS<sup>20</sup>, porém em outro contexto, as mulheres trabalhadoras aqui analisadas poderiam ser inseridas em duas categorias, a das “ajustadas” e das “insurgentes”.

No entanto, descortinar as causas dessa diferenciação de comportamento é uma tarefa que não pode ficar restrita apenas à questão econômica ou ao modelo empresarial. Para entender porque as “ajustadas” estariam entre as operárias da Venske e da Lucinda, e as “insurgentes” entre as da Fiat Lux, as respostas deverão ser buscadas em fontes que privilegiem o universo subjetivo destas mulheres.

Procurar desvendar, sob o ponto de vista das próprias mulheres, as causas dessa diferenciação, que resultaram na formação de várias identidades, construídas de acordo com as relações de poder, será o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>20</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias Luso-Brasileiras: “santidades” e milenarismos indígenas*. In: \_\_\_\_\_, org. *América em tempo de conquistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 194.



### 3 TRABALHO, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO

#### 3.1 OPERARIADO FEMININO E CONDIÇÕES DE VIDA

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Ecléa BOSI<sup>1</sup>

Aos onze anos, logo após ficar órfã de mãe Elizabeth, filha de imigrantes alemães luteranos, iniciou sua vida de operária. O primeiro emprego, no Curtume Curitiba, nas proximidades da sua casa, no alto da Rua Itupava, ela e sua irmã foram procurar porque “*nós tava passando dificuldades na época, meu pai doente, nós todos pequenos*” (ELIZABETH). Apesar de a legislação proibir o trabalho feminino nesse tipo de indústria, lá trabalhavam aproximadamente 150 menores, com idade variando entre 11 e 16 anos. O trabalho delas consistia em esticar o couro molhado, que era retirado dos tanques, e transportá-lo para a estufa, na qual o mesmo permanecia até estar completamente seco. Depois disso, o couro seguia para a sessão de pintura, na qual trabalhavam os rapazes.

Além da insalubridade própria do local, que obrigava esse tipo de indústria a se estabelecer fora dos limites urbanos, a rotina do trabalho exigia que essas menores passassem de um local úmido para outro extremamente quente. Permaneciam na fábrica de segunda a sábado, trabalhando oito horas por dia. Para conseguir ganhar uma quantia razoável, Elizabeth se dispunha a trabalhar na sessão de pintura, junto com os rapazes, e na casa do patrão, onde ajudava a cozinheira.

Eu ganhava bem lá, era empregada, eu trabalhava que só [...] até hoje eu tenho meus descontos de INPS. na época eu ganhava quatro salários, eu tinha onze anos, no Curtume Curitiba, porque era empregada [...] umas ganhavam menos porque elas não trabalhavam tanto quanto eu [...] alemãs tinha pouco. tinha mais italianas ... polacas tinha bastante e moreninhas também. [...] Mulher nenhuma mandava no curtume, só homem (ELIZABETH).

---

<sup>1</sup> BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor. 1983.p. 17.

Nessa mesma época, os irmãos mais velhos (um irmão e uma irmã) trabalhavam na fábrica de pianos Essenfelder. O salário recebido por eles era entregue integralmente a seu pai, no final do mês.

Apesar de eficiente e responsável, após cinco meses de trabalho, Elizabeth foi despedida por reagir às constantes investidas do chefe da sessão do forno, que procurava bolinar as menores todas as vezes que elas levavam o couro esticado para a estufa.

O pai, quando soube que ela havia deixado o emprego, exigiu que procurasse outro imediatamente. Três dias depois, Elizabeth foi admitida na Papelaria Requião, onde passou a ganhar bem menos, *“mas andava bem arrumadinha”* e o local de trabalho era mais limpo.

Tempos depois, teve que deixar o emprego para acompanhar a família que mudou-se para outro estado. Quando voltou a Curitiba, em 1951, trabalhou durante um ano num Hospital como lavadeira, mas o salário era muito pequeno. *“A indenização não deu pra comprar um par de sapato”* (ELIZABETH).

No ano seguinte, apesar de seu pai achar *“que quem trabalhava em fábrica era prostituta”*, resolveu procurar emprego na Fábrica de fósforos, na qual acabou fazendo carreira e trabalhou até se aposentar.

Idalina\* , como Elizabeth, também era órfã. Filha de brasileiros e nascida no litoral, veio aos quinze anos para Curitiba, a fim de arrumar um emprego. Graças à ajuda de uma parente e alguns cuidados com a aparência, conseguiu ser admitida na Fábrica de fósforos, onde trabalhou durante 15 anos. Mesmo sem estudo,

---

\* Idalina Mendes nasceu em Antonina em 1931. Trabalhou na Fiat Lux, seu primeiro e único emprego, de 1946 até 1962 quando se casou.

conseguiu chegar ao cargo de apontadora, ganhando o suficiente para comprar alguns terrenos nos arredores da cidade. Deixou o emprego ao se casar.

Elizabeth e Idalina, como muitas outras operárias, embora de origem étnica e familiar bastante diversas, tinham em comum o fato de serem órfãs e precisarem trabalhar para sobreviver. Essa era uma das razões que levavam as menores a trabalhar fora de casa. No entanto, a documentação revela que o perfil da grande maioria das operárias em atividade durante as décadas de 40 e 50 era outro. As fichas de cadastro mostram que o número de operárias órfãs ou na condição de filhas naturais era pequeno. Na fábrica de fitas, cujo arquivo é mais completo, apenas 4% do total de empregados estavam nessa condição no momento da admissão.

A análise dos dados coletados nos arquivos administrativos das empresas mostra que a grande maioria dessas operárias eram filhas ou descendentes de imigrantes, com algum grau de escolaridade, que moravam com os pais e irmãos nos arredores da cidade. Como Yolanda\*, que, da mesma forma que os homens e mulheres de sua família, começou a trabalhar na fábrica de fitas por volta dos 15 anos. Lá permaneceu até se casar, aos 24 anos. Além de residir em casa própria, ela havia feito o curso primário em colégio de freiras. Ou ainda, como Leonice\*\*, neta de alemães e italianos, que trabalhou na Venske dos 13 aos 20 anos, na década de 40, e conseguiu o emprego por intermédio das primas que já trabalhavam lá. Sua mãe, filha de italianos, aos 9 anos de idade, havia trabalhado durante um ano na

---

\* Yolanda Fassi Casagrande, descendente de italianos nasceu em Curitiba em 1922. Trabalhou na fábrica de fitas durante 9 anos, de 1937 a 1946. Era tecelã. Saiu para casar-se aos 24 anos.

\*\* Leonice Woelner, descendente de italianos e alemães, nasceu em Curitiba em 1927. Trabalhou na fábrica de fitas dos 14 aos 20 anos quando se casou.

fábrica Mimosa, no início dos anos 10. Sua família também morava em casa própria no bairro Capanema, numa região habitada por muitos italianos, conhecida como Vila Nova.

Além de buscarem emprego nas indústrias, as descendentes de imigrantes trabalhavam em ateliers de costura e bordado, ou no comércio. Alzira Bruzamolín\* começou a trabalhar aos 14 anos como bordadeira na Casa Margarida, na rua Marechal Deodoro, onde permaneceu até casar-se, aos 28 anos. Suas irmãs mais velhas haviam trabalhado em fábricas. Já as mais novas preferiram fazer o curso de bordado e costura, talvez como forma de assegurar uma profissão que fosse mais compatível com as atividades domésticas após o casamento.

Além de estarem presentes nos locais em que a atividade desenvolvida era essencialmente feminina, as mulheres ocupavam postos em quase todos os setores da indústria curitibana. Sem dúvida nenhuma, a presença maciça de mulheres em determinados espaços fabris evidenciava o interesse dos industriais por essa mão-de-obra específica.

Até os anos 40, a economia paranaense esteve baseada na exploração da erva-mate, do café e da madeira. A indústria local era constituída, desde o início do século XX, de fábricas e oficinas do tipo artesanal, que produziam materiais destinados ou advindos da agricultura, de consumo rural e doméstico.

Na década de 40, a grande atividade industrial era a de transformação de produtos alimentares, que representava 84% da produção industrial paranaense, totalizando 32% dos estabelecimentos industriais do Estado.<sup>2</sup> A existência de mão-

---

\* Nasceu em Curitiba, em 1920. Trabalhou como bordadeira de 1934 a 1948. Deixou o emprego para casar-se.

2 CARDOSO, p. 45.

de-obra barata e abundante não incentivava a modernização do maquinário, trazido da Europa no momento da criação da indústria.

A contratação da mão-de-obra feminina, composta preferencialmente por menores de idade, era atraente para os industriais, porque elas recebiam a metade do salário de uma mulher adulta e apresentavam a mesma produtividade. Eram disciplinadas, adaptavam-se mais facilmente ao trabalho, tinham maior concentração e menor capacidade reivindicatória.

Mas não era somente a condição econômica precária que motivava a entrada dessas adolescentes no mercado de trabalho. Como já vimos anteriormente, muitas operárias de famílias descendentes de imigrantes receberam durante o curso primário uma educação formal, semelhante à das filhas de classe média; moravam em casa própria, em bairros próximos ao centro da cidade e, ao deixarem a fábrica, casaram-se com rapazes de bom nível sócio-econômico. O trabalho na fábrica era aceito como uma ocupação temporária, durante o período que separava a infância do início da idade adulta, quando então elas se casavam.

É notório que, desde o início da industrialização, a mulher esteve presente no trabalho fabril. Porém, sabe-se que a partir dos anos 30 a sua presença no espaço público passou por um movimento de recuo, promovido, principalmente, pelo discurso da Igreja e pela política do Estado Novo.<sup>3</sup>

Apesar do discurso conservador, durante e após o Estado Novo, em Curitiba as fábricas continuaram empregando um grande número de mulheres. A alta exagerada do custo de vida nesse período tornava impossível a um trabalhador

---

<sup>3</sup> Ver a respeito LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

sustentar sua família, apenas com seu salário. Durante o decênio 1935-1945, o custo de vida triplicou. Além disso, muitas mulheres tinham de prover o seu sustento. O próprio discurso tinha um viés que “permitia” a presença no espaço do trabalho daquelas mulheres que não possuíam quem as sustentasse.<sup>4</sup>

Em Curitiba, como nos outros centros, era grande o número de mulheres que precisavam trabalhar para sobreviver ou auxiliar no sustento da casa. No entanto, uma parcela significativa das jovens empregadas na indústria, principalmente no setor têxtil, não se enquadrava necessariamente nesse perfil.

Investigar os motivos que levavam aquelas jovens para o mercado de trabalho foi uma das questões presentes neste trabalho. Por que, apesar do discurso de retorno ao espaço privado, e mesmo não apresentando nenhuma característica que as obrigasse a procurar um emprego, essas meninas saíam para trabalhar fora de casa?

Se a situação econômica por si só não explica esse comportamento, faz-se necessária uma incursão pelo campo das representações e da estrutura social em que essas trabalhadoras viviam, para entender a elaboração cultural dessa necessidade. Para fazer a interpenetração desses dois campos, procurando mediar a história pessoal do indivíduo e o contexto social onde ele vive, foi utilizado o conceito de “habitus” proposto por BOURDIEU<sup>5</sup>. Segundo este autor, a construção de uma teoria da prática, que procure fazer a mediação entre o agente social e a sociedade,

---

4 RONCAGLIO, Cynthia. Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (1890-1934). Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.

5 BOURDIEU, Pierre. Estrutura, habitus e prática. In: \_\_\_\_ . A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 337- 361.

ou seja, o homem e a história, implica a superação entre objetivismo e subjetivismo.<sup>6</sup> Como lembra SADER:

Não se pode deduzir orientações e comportamentos de 'condições objetivas dadas'. Tais deduções pressupõem uma noção de necessidades objetivas que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais.<sup>7</sup>

Para defender a sua teoria da práxis, BOURDIEU parte de modelos explicativos propostos anteriormente por DURKHEIM, MARX e WEBER, procurando fazer a correlação entre duas formas de conhecimento: fenomenológico e objetivista<sup>8</sup> e, ao mesmo tempo, ultrapassar os seus limites. Introduce nessa relação os conceitos de "habitus" e "campo", associando o primeiro conceito à história do indivíduo e o segundo à sua situação na sociedade.

A idéia de "habitus", que "*ênfatiza a dimensão de um aprendizado passado*"<sup>9</sup> BOURDIEU recupera, a partir da escolástica, reinterpretando-a segundo a sua teoria da práxis, como um "*sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é como princípio gerador e estruturador das práticas e representações*".<sup>10</sup>

Nesse sentido, o "habitus", além de orientar a ação do indivíduo, assegura a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o constituíram, se apresentando, portanto, ao mesmo tempo como social e individual. A consciência social do agente (incluindo suas representações, auto-imagem e os recursos que aciona para explicá-

6 BOURDIEU, Pierre. Trabalhos e projetos. In: ORTIZ, Renato, org. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 45.

7 SADER. p. 42.

8 A perspectiva fenomenológica de WEBER parte da experiência primeira do indivíduo enquanto o objetivismo de DURKHEIM parte da sociedade para construir as relações objetivas que estruturam as práticas individuais.

9 ORTIZ. p. 14.

10 BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato, org. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 61.

las) é alimentada por suas experiências socialmente demarcadas, passadas e presentes.<sup>11</sup>

O processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos “habitus” subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada à medida que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam.<sup>12</sup>

Como “campo” BOURDIEU define o espaço “*onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas*”<sup>13</sup> pelas condições objetivas, ou seja, as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global.<sup>14</sup>

Da relação dialética entre o “habitus” e a situação objetiva, teríamos a prática social do indivíduo, em que são sancionados os significados. Segundo BOURDIEU, a similaridade das condições da existência tende a gerar sistemas de disposições semelhantes que resultam numa “*relativa homogeneidade tanto das práticas quanto das representações*”<sup>15</sup> de sujeitos que ocupam posições estruturais equivalentes, mesmo na ausência de interação direta entre eles”.<sup>16</sup>

---

11 Id., p. 55.

12 ORTIZ, p. 17-18.

13 Id., p. 19.

14 Id., p. 15.

15 BOURDIEU entende representação enquanto discurso realizador da prática. Para ele a prática estaria no campo do automatismo. Ver SALEM, p. 55.

16 SALEM, p. 56.



Com essas referências, procurou-se entender a prática social dessas trabalhadoras, a partir da análise da trajetória de suas famílias e de sua inserção no contexto urbano de Curitiba, procurando fazer a articulação dessa reflexão com a sua vida cotidiana.

### 3.2 A CIDADE E OS IMIGRANTES

Em Curitiba, o convívio da população local com grupos estrangeiros começou já na primeira metade do século XIX, quando reemigrantes alemães de Santa Catarina passaram a se estabelecer, espontaneamente, nos arredores da cidade.<sup>17</sup>

No final do século, quando o processo de industrialização teve início, outros grupos de imigrantes, de composição bastante heterogênea, também haviam se estabelecido nas colônias ao redor de Curitiba. A política imigratória no Paraná, notadamente a partir de Lamenha Lins, procurava, através da instalação desses imigrantes camponeses nos arredores da cidade, solucionar o problema de abastecimento, incrementando a agricultura de subsistência e a produção de hortigranjeiros. Dentre estes estavam italianos, poloneses e ucranianos, e em menor número, russos, franceses, austríacos, holandeses e suíços.<sup>18</sup>

Independentemente das expectativas do governo, essas famílias de camponeses transportaram para a nova terra o sistema de trabalho adotado na Europa, no qual a casa funcionava como uma unidade de produção doméstica. Um

---

<sup>17</sup> BALHANA, p. 159.

<sup>18</sup> BALHANA, p. 184.

dos problemas centrais da família camponesa era garantir a existência de força de trabalho suficiente para fazer frente às necessidades presentes e futuras.<sup>19</sup>

No sistema doméstico de produção, o tamanho da prole era fundamental para a sobrevivência do colono; constituíam os filhos um investimento necessário e lucrativo, no sentido de que não pretendiam somente produzir para a própria subsistência, mas para criar excedentes a serem colocados à disposição do mercado urbano (criação de pequenos animais, produção de laticínios e hortigranjeiros).<sup>20</sup>

Segundo Temístocles LINHARES, fora das safras, os colonos faziam muitos trabalhos suplementares, instalando no próprio domicílio pequenas indústrias caseiras, como moinhos de farinha, fabricação de móveis, serralheria, etc.<sup>21</sup>

No sistema doméstico de produção, todos os membros da família tinham uma atribuição específica a partir de uma determinada idade. Ao discutir a economia familiar do camponês ocidental, Michael ANDERSON<sup>22</sup> diz que, se, de um lado, a ausência de filhos inviabilizava a manutenção do sistema de produção doméstica, por outro, as famílias muito numerosas também eram problemáticas. No caso dessas últimas, uma das estratégias utilizadas para manter o nível de vida habitual era os filhos saírem de casa para trabalhar em outras unidades onde a mão-de-obra fosse escassa. Edward SHORTER<sup>23</sup> também se refere ao hábito existente nas regiões rurais da França e Europa Central de os jovens deixarem a casa dos pais

---

19 ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da família ocidental 1500-1914*. Editorial Quercó: Lisboa, 1984.

20 ANDREAZZA, Maria Luiza e NADALIN, Sérgio O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: ABEP, v. 11, n.1 jan. jun., 1994. p. 78.

21 Citado por CARVALHO NETO, João Baptista de. *Floriano Essenfelder: a trajetória de um empresário*. Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. p.117.

22 ANDERSON, 1984.

23 SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne XVIII-XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1977.

para aprender um ofício. Nas famílias mais pobres, as filhas eram colocadas freqüentemente como domésticas, enquanto nas mais ricas elas permaneciam mais tempo em casa, participando da economia doméstica até o casamento.

Em Curitiba, *“as heranças culturais teriam sido rearranjadas em função da situação peculiar em que o grupo se encontrava [...] como resultado, teríamos uma família semi-ampliada, construída em função das condições iniciais da inserção dos imigrantes na sociedade receptora.”*<sup>24</sup> A proximidade dos núcleos de imigrantes com o centro da cidade, aliado ao fato de as famílias serem numerosas, tornou possível a esses grupos a conjunção de atividades rurais e urbanas. Enquanto alguns membros da família se ocupavam da agricultura, outros podiam ingressar no trabalho industrial.<sup>25</sup>

O sucesso alcançado por essas colônias atraiu novos grupos de imigrantes que, aos poucos, foram ocupando áreas próximas ao núcleo urbano e assim tiveram possibilidade de ingressar nas atividades artesanais e industriais da cidade.<sup>26</sup>

Por outro lado, o rápido crescimento urbano e a presença de farta mão-de-obra estrangeira criava atrativos para a indústria, que começou a se expandir por meio do capital dos próprios imigrantes. Dessa forma, criou-se um jogo de interesses em que a cidade crescia porque atraía os imigrantes e estes vinham para a cidade porque esta criava novas oportunidades.

Ao analisar a década de 1950, Ana Paula MARTINS mostra que o conceito do homem paranaense e de progresso, que se formulava nesse período estava totalmente vinculado à figura empreendedora do imigrante. Para Temístocles

---

24 ANDREAZZA, p. 81.

25 BALHANA, p. 168.

26 Id. *ibid.*

LINHARES, a presença dos diferentes grupos de imigrantes (italianos, eslavos, alemães e orientais) alterou as características do homem paranaense, cuja condição de viver passou a ter uma forte vinculação com o trabalho e tornou possível o progresso.<sup>27</sup>

Grande parte do empresariado paranaense era de origem estrangeira. Conhecedores de alguma técnica trazida de seus países de origem e aptos a aproveitar as oportunidades em um país que começava a se industrializar, somado às inúmeras matérias-primas regionais, conseguiram, com a ajuda da comunidade local e por intermédio de sócios com capitais que reconheciam as suas capacidades, fundar suas pequenas indústrias, que cresceram no decorrer do tempo e pelo reconhecimento público.<sup>28</sup>

A inserção dos imigrantes, principalmente alemães, no espaço urbano trouxe alterações à cidade, percebidas visivelmente na arquitetura, na alimentação, na música, na dança, na prática de esportes, etc. Essa influência na cidade foi tão marcante que *“a experiência inicial dos pioneiros imigrantes, localizados nos arredores de Curitiba, vivendo como colonos num modo de vida tipicamente rural, praticamente foi perdida pela memória curitibana”*.<sup>29</sup>

A transferência desses colonos para o espaço urbano provocou mudanças no modo de vida e na estrutura familiar. A vida na cidade alterou o modelo ao qual eles estavam habituados na área rural. A família deixou de se constituir como unidade de produção.<sup>30</sup> A primeira grande mudança foi a impossibilidade de

---

27 MARTINS, Ana Paula Vosne. *"Um lar em terra estranha": A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.

28 CARVALHO NETO, p. 6.

29 ANDREAZZA, p. 81.

30 Id., p. 82.

produzir excedentes hortigranjeiros. Enquanto os homens tornaram-se trabalhadores assalariados, as atividades femininas ficaram restritas ao âmbito doméstico.

[Na] família imigrante, sobretudo a colonial, a esposa estrangeira desempenha nela um papel ativo, participando das grandes decisões familiares, dos trabalhos no campo, do cuidado doméstico, do tratamento de animais de pequeno porte e cultivo da horta. A ela cabe, portanto, a direção da casa e toda a responsabilidade que daí advém.<sup>31</sup>

Ao mesmo tempo em que as mulheres perdiam suas funções anteriores, novas necessidades de consumo estavam surgindo. Além disso, a preocupação em possuir uma reserva financeira para situações imprevisíveis se refletia na parcimônia com os gastos. Muitas vezes, o salário dos membros do gênero masculino era suficiente para suprir as necessidades básicas, como moradia, alimentação e vestuário, mas não para outras despesas, como lazer, enxoval das filhas ou melhores roupas. Para se manter enquanto grupo, era necessário criar mecanismos que possibilitassem, além da sobrevivência, a manutenção de suas tradições familiares, religiosas e sociais.

No fundo, as diversas e variadas identidades construíram-se historicamente como defesa à própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes. E podemos igualmente aventar, como sistemas de aprendizado inconscientemente construídos e destinados à melhor integração dos estrangeiros ao meio em que foram inseridos.<sup>32</sup>

O que se percebe é que houve, por parte desses grupos, uma adaptação, na tentativa de buscar um certo nível de estabilidade de vida, possibilitando, ao mesmo tempo, a manutenção da tradição. O objetivo era buscar estabilidade econômica, sem permitir rupturas no modo de vida. Antonio CÂNDIDO recorre a MALINOWSKI para dizer que *“as necessidades básicas não apenas dão lugar a*

---

31 WILLEMS, E. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980. p. 302-3 e 306-7. citado por TRINDADE, p. 139.

32 ANDREAZZA, p. 71.

*reações culturais, mas estas originam novos tipos de comportamento, que se tornam necessidades derivadas.*”<sup>33</sup>

Dessa forma, a saída das filhas adolescentes para o mundo do trabalho formal não tinha como propósito nenhuma mudança real no modo de vida, pelo contrário, tinha como objetivo permitir que houvesse continuidade do modelo cultural ao qual eles estavam habituados. O que ocorreu foi apenas uma mudança temporária de comportamento. Como diz SAHLINS, “*Não há base nenhuma, nem razão para a oposição excludente entre estabilidade e mudança.*”<sup>34</sup>

### 3.3 TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER NA FAMÍLIA

O que separa as classes populares das outras classes é menos (e, sem dúvida cada vez menos) a intenção objetiva de seu estilo que os meios econômicos e culturais que elas podem colocar em ação para realizá-la. BOURDIEU<sup>35</sup>

O conceito de divisão sexual do trabalho é incapaz de esgotar a problemática das relações no trabalho, que, na verdade, apresentam-se como um dos aspectos das relações sociais (que comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares) entre homens e mulheres.

Vários caminhos apontam para as formas históricas e culturais das relações de trabalho e, mais ainda, para a relação de trabalho como interação que envolve subjetividades. O gênero é uma das dimensões destas subjetividades. Quando a relação de trabalho se cristaliza ou se universaliza, as estratégias empresariais e as práticas de trabalho tornam-se efeitos de lógicas abstratas, apenas adjetivadas pela vida cotidiana.<sup>36</sup>

A entrada da mulher no mercado de trabalho formal pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo do trabalho. Ao assumir

---

<sup>33</sup> CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 25.

<sup>34</sup> COSTA, Suely. p. 19.

<sup>35</sup> BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, p. 100.

<sup>36</sup> LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 261.

o papel de trabalhadora, ainda que de maneira temporária, ela é colocada frente a novas relações de poder no interior da família, no local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança.<sup>37</sup>

Ao buscar as transformações do espaço cotidiano no qual as mulheres se inserem, a partir da entrada no mercado de trabalho, o historiador não pode deixar de lado a análise das relações de poder, presentes nas relações de gênero. Por meio dessa análise, será possível acompanhar o processo de redefinição do papel da mulher no interior de estrutura familiar, bem como nas diversas instâncias de relações sociais que ela mantém.

As relações de poder exprimem-se primordialmente pelas relações de gênero, uma vez que permeiam todas as relações sociais, sejam elas de classe social ou étnicas. *“Este ponto é de fundamental relevância, pois se trata de profunda articulação entre gênero e classe social na trama de relações de poder”*.<sup>38</sup>

Joan SCOTT, ao afirmar que *“o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder”*, apoiada em BOURDIEU, evidencia que, embora o gênero não seja o único campo, ele provavelmente constituiu um meio de dar eficácia à significação de poder no mundo ocidental.<sup>39</sup>

São os conceitos de gênero, estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Como é a partir dessas referências que ocorre a distribuição do poder<sup>40</sup>,

---

<sup>37</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 131.

<sup>38</sup> SAFFIOTI, p. 197.

<sup>39</sup> SCOTT, p. 16.

<sup>40</sup> Embora existam outros conceitos de poder como os explicitados em WEBER, para quem *“poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo*

o gênero envolve-se na concepção e na construção do poder em si mesmo. Utilizando o conceito formulado por Michel FOUCAULT <sup>41</sup>, que vê o poder como sendo “*constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força*”, <sup>42</sup> pode-se afirmar que não existem de um lado os detentores e, de outro, os despossuídos de poder.<sup>43</sup> Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Apesar de a concepção de ser homem ou mulher “*variar de acordo com épocas e culturas, as relações de gênero, têm sido relações de dominação*”.<sup>44</sup>

A acumulação de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade vem se contrapor aos valores culturais de dominação,<sup>45</sup> mas é fundamental que nessa relação dominador-dominado não se trabalhe com a idéia de uma identidade específica para cada grupo. SAFFIOTI lembra que trabalhar com identidade pressupõe uma concepção anti-relacional, uma vez que a lógica da identidade é monológica. Não é a semelhança, mas a diferença, que constitui a base para a construção do poder.<sup>46</sup>

a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por

*contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”* (citado por Saffiotti, p. 184), e em MARX, que vincula o conceito de poder à classe social, o conceito formulado por Michel FOUCAULT é o que melhor se adequa para analisar as relações de poder entre homens e mulheres.

<sup>41</sup> O filósofo francês sempre foi enfático na colocação de que o poder é relacional, ou seja, o poder é disperso e não obrigatoriamente ocorre sempre de cima para baixo.

<sup>42</sup> citado por SAFFIOTI, p. 185.

<sup>43</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 130.

<sup>44</sup> FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Buarque de. Heloísa, org. Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, p. 228, 1991.

<sup>45</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 51.

<sup>46</sup> SAFFIOTI, p. 192.



consequente. dos interesses deste. Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como aliás ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres.<sup>47</sup>

Viver a experiência do mundo do trabalho, logo após ter acabado o curso primário, fazia parte da vida de praticamente todos os filhos de imigrantes. O hábito de as mulheres trabalharem fora de casa, durante um período da sua vida, não era uma prática restrita às famílias menos abastadas. As jovens que possuíam um maior grau de escolaridade também entraram no mercado de trabalho, desempenhando funções administrativas em empresas comerciais e industriais.

Tão logo completou 14 anos, Naomi, nascida em Basel, na Suíça, tratou de providenciar a carteira de trabalho para poder ingressar na fábrica de bolachas. Doris\* , filha de poloneses, apesar de ter apenas doze anos de fato, fez o mesmo para entrar na fábrica de fitas. Como elas, a maioria das adolescentes que moravam na periferia da cidade iam em busca desse documento, logo que a lei as considerasse aptas ao trabalho. Respostas como *“estava só esperando fazer 14 anos para procurar emprego”*(HILDA)\*\* são comuns entre as entrevistadas.

Outras são mais específicas e falam dos motivos que as levavam para o mercado de trabalho nessa idade. *“A gente sempre tinha que trabalhar porque não dava pra ficar assim parada em casa. Uma, por que a gente era moça e também gostava de se vestir um pouco melhor, tinha as ambições da gente”* (RENATA)\*\*\* .

---

<sup>47</sup> Id., p. 199.

\* Doris Tibucheski, descendente de poloneses, nasceu em Curitiba, em 1931. Trabalhou na fábrica de fitas durante dois períodos, de 1945 a 1946 e de 1947 a 1949. Deixou a fábrica para trabalhar no comércio. Sua mãe, Cecília Oltzan, quando solteira trabalhou como operária na fábrica de Fósforos.

\*\* Hilda Arbaiter, descendente de alemães, nasceu em Curitiba, no bairro do Pinheirinho, em 1936. O pai era açougueiro. Foi operária da fábrica Lucinda entre 1950 e 1952.

\*\*\* Renata Anemann, nascida em Curitiba em 1935, começou a trabalhar aos 13 anos. Foi operária na fábrica de Lucinda durante um ano a partir de 1947.

*“Saí da escola com 12 anos, eu vi que a situação não era boa, daí resolvi trabalhar no mesmo lugar onde trabalhava uma vizinha” (SIRLENE).*

No entanto, dentre as mulheres de origem mais pobre, não raro, a experiência de trabalhar fora de casa começava muito antes dos 14 anos. Era comum a prestação de pequenos serviços na vizinhança ou na casa de parentes, em troca de alimentação. Elizabeth, aos dez anos já trabalhava numa chácara vizinha, fazendo coleta de ovos e ajudando a cuidar de um doente idoso. Em troca *“eu ganhava uma garrafa de leite para levar pra casa”*. Renata, também filha de imigrantes alemães, a partir dos treze anos, trabalhou como babá na casa de um tio. *“Sempre ajudei minha mãe por causa dos irmãos que eram todos menores, então sempre ajudei em casa [...] Desde criança eu tive uma vida assim que eu tinha que saber que eu tinha que trabalhar para me virar na vida”*. Ela conta que todos os seus irmãos, três mulheres e dois homens, trabalharam em fábricas. *“Todos eles trabalharam na Fiat Lux”*.

Thereza\* , descendente de poloneses, morou dos 6 aos 15 anos com a avó materna que possuía uma chácara na região do Pilarzinho, porque era difícil para seu pai, apenas com o salário de carroceiro, sustentar a família de oito filhos. Dos dez aos treze anos trabalhou como vendedora a domicílio, oferecendo as verduras cultivadas pela avó.

Eu saía vender de cesta na rua, nas casas. Vinha com duas cestas carregando, ia aí para o Ahú, depois ia até o Juvevê, às vezes pousava na casa da minha mãe [...] Depois minhas colegas que também vendiam, minhas vizinhas, estavam tudo mocinha que nem eu, começaram deixar e trabalhar. Aí eu também disse: eu também não quero mais vender verdura, porque eu andava com duas cestas que chegava a afundar aqui [o braço] [...] Enquanto não vendia tudo não voltava pra casa, nunca voltava com verdura, nem que vendesse por menos as últimas, mas vendia tudo (THEREZA G.).

---

\* Thereza Gorski, descendente de alemães e poloneses nasceu em 1928, no bairro do Pilarzinho, em Curitiba. Ela e suas três irmãs mais velhas foram operárias da fábrica Lucinda. Trabalhou nesta indústria durante um ano antes do casamento em 1945.

Antes de conseguir emprego na fábrica Lucinda, onde suas três irmãs mais velhas já trabalhavam, Thereza passou por uma fábrica de vidros e duas tinturarias. Na cristaleria, onde entrou com 13 anos, tinha que lavar os copos e retirar as saliências num rebolo.

Primeiro foi no rebolo, ralar copo no rebolo [...] vinha os balaios com os copos fechados, aí um rapaz queimava os copos numa máquina [para cortar], depois uma moça aparava, outras duas ralavam, lavavam ... Trabalhavam umas dez pessoas na seção. As crianças, usavam um avental de couro pra não molhar a barriga [...] trabalhavam de tamancos ou descalços [...] Quebrava o copo às vezes e onde pegava atorava [...] às vezes acontecia deles pisarem num vidro e cortar o pé, isso acontecia pra qualquer um (THEREZA G.).

Zelly, antes de ser admitida aos 14 anos na fábrica de fitas, também já havia trabalhado numa pequena fábrica de tamancos e na seção de lavagem e rotulagem de garrafas, na Indústria Matarazzo.

A decisão de empregar os filhos ocorria, principalmente, porque as famílias eram muito numerosas. Muitos pais chegavam mesmo a falsificar o registro de nascimento para poder empregá-los antes da idade permitida pela legislação trabalhista. Quando, durante a Revolução de 30, o pai de Nilda “ficou desempregado e sem dinheiro [...] eles modificaram o registro de 13 para 14 [anos] pra ela poder entrar na fábrica” (GENIL).

Quando Genil, a irmã mais nova de Nilda, completou 14 anos “a situação já estava um pouco melhor”, mas mesmo assim a mãe decidiu que ela iria para a fábrica.

Eu não queria trabalhar na fábrica, eu queria estudar no Instituto de Educação, mas mamãe como já era conhecida, (ela de moça, como as irmãs dela, já tinha trabalhado na fábrica de fitas), então quando ela foi falar com o seu Alfredo [Venske] ele disse que eu podia começar no dia seguinte [...] Então eu tive que ir trabalhar no outro dia [...] comecei na seção de urdideiras. (GENIL)

Muitas vezes, era o próprio pai que ia até a fábrica em busca de vaga para os filhos. “Ele que falava por mim. Naquele tempo a gente só fazia as coisas que o pai mandava. Foi lá, arrumou a vaga tudo e eu comecei” (HILDA). “Os pais eram

*respeitados, o que dissesse tinha que fazer [...] eu chorei, mas tive que fazer o que minha mãe quis” (GENIL).*

No caso de Doris, a decisão de trabalhar na fábrica também foi tomada por sua mãe que, da mesma forma, tinha sido operária quando criança. A escolha da Venske deu-se em função de ser um ambiente “sadio”, em que suas primas já trabalhavam. Luiza, filha de pai brasileiro e mãe descendente de poloneses afirma: *“Eu entrei porque minha mãe queria. Ela achava que era uma fábrica boa, de alemães. A gente entrava às sete e saía às cinco, então ficava bem guardada” (LUIZA S. \*).*

A inserção dos filhos no mundo do trabalho sempre foi uma preocupação dos imigrantes. Os rapazes tinham de aprender um ofício que garantisse a sua sobrevivência e a de sua futura família, enquanto às moças era “permitido” trabalhar até a chegada do casamento. Sem dúvida, as relações de gênero sempre colaboraram para a construção diferenciada das trajetórias de vida de homens e mulheres. De um modo geral, na trajetória masculina o trabalho sempre foi fundamental para a sua vida, enquanto as mulheres eram preparadas para o casamento e a maternidade. Embora as famílias de imigrantes seguissem esse mesmo modelo de educação, que sedimentava o papel da mulher na família e no privado, o tratamento dado aos filhos trabalhadores, de ambos os sexos, era muito semelhante. A regra era que todos os filhos, independente do gênero, entregassem o salário integralmente aos pais, que o administravam da maneira que melhor lhes conviesse. *“Em primeiro lugar era a manutenção da casa e o que sobrava ela [a mãe] nem tocava naquele dinheiro que*

---

\* Luiza Silveira nasceu em Curitiba em 1926. Trabalhou na fábrica de fitas durante 13 anos, de 1940 a 1953. Saiu para casar-se aos 26 anos.

era para o enxoval e para a compra de roupa e calçado” (THEREZA S.\* ). “O dinheiro que eu ganhava eu entregava tudo pro meu pai. Inteirinho pro meu pai. Eu recebia o envelope fechadinho e dava pra ele, daí ele conferia. [...] Aí ele me dava o tanto que ele queria. Não sobrava muita coisa porque eu trabalhava pra ajudar eles” (HILDA). “Com o salário da Lucinda eu pagava aluguel e a Sofia, minha irmã, levava mantimento. Quando ia receber não recebia nada, porque levava em mantimento” (THEREZA G.) “Lá em casa foi acostumado assim, a gente recebia o dinheiro e punha na mão de minha mãe. Então quando a gente precisava de qualquer coisa pedia para ela [...] era aquele costume da gente chegar e entregar pra mãe” (ZELLY). “O meu salário era entregue o envelope fechado na mão do meu pai [...] assim como entregavam na indústria [...] nunca abri envelope de pagamento” (SIRLENE).

Da mesma maneira que a decisão de entrar na fábrica cabia aos pais, a saída também estava condicionada à vontade ou à necessidade dos familiares. Dentre os imigrantes, era comum a mãe fazer a escolha de uma das filhas para ajudá-la nos trabalhos domésticos, enquanto as outras seguiam para o mercado de trabalho. Emília teve de deixar o trabalho definitivamente após o casamento das irmãs mais velhas, porque o pai exigiu que ela ficasse em casa fazendo companhia à mãe. “Chorei pra não sair mas não adiantou [...] tive que sair, mas sai com pena, mesmo” (EMÍLIA\*\* ).

---

\* Thereza Silveira, filha de pai brasileiro e mãe polonesa, nasceu em Curitiba em 1929. Trabalhou na fábrica de fitas durante 6 anos de 1943 a 1949. Saiu para casar com um operário da fábrica de fósforos, aos 20 anos. Sua irmã também trabalhou nesta fábrica na mesma época.

\*\* Emília Gelasco, nasceu em Curitiba, em 1932. Foi operária da fábrica de fitas durante seis anos, de 1946 a 1952.

Mercedes\* e Doris também deixaram o trabalho na fábrica, durante um ano, para cuidar da casa quando a mãe teve o filho mais novo. No caso de Hilda, ao saber que tinha vaga numa indústria que pagava melhor que a Lucinda, o pai decidiu que ela deveria mudar de emprego. *“Eu saí pra ganhar um pouco mais, [...] ele [o pai] foi lá saber quanto eu ia ganhar por hora [...] Quando eu casei ele fez a festinha de casamento com o dinheiro que eu ganhei”* (HILDA). As roupas do pequeno enxoval foram costuradas e bordadas em casa, por ela, a mãe e as irmãs.

Pelas falas, é possível perceber a completa submissão e dependência dessas mulheres à família. Todo poder de decisão sobre suas vidas cabia aos pais.<sup>48</sup> As relações de trabalho que essas jovens mantinham com as indústrias do tipo familiar estavam muito próximas daquelas mantidas no sistema doméstico europeu, e, mais tarde, nas primeiras fábricas e manufaturas, em que *“os fabricantes procuram empregar toda a família, para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão-de-obra”*,<sup>49</sup> cabendo aos pais a responsabilidade *“pelo trabalho e pela subordinação dos filhos”*.<sup>50</sup>

Ao seguir as determinações impostas pela família, sobrava pouco espaço para que as trabalhadoras pudessem ter projetos individuais. Sair do espaço privado e ter um trabalho remunerado não significava a conquista da autonomia, nem de liberdade. Marilena CHAUI, baseando-se em SPINOZA, diz que a liberdade deve

---

\* Mercedes Pockrandt, nascida em Curitiba em 1913 foi operária da Fábrica Lucinda durante três anos, no final da década de vinte.

<sup>48</sup> DURKHEIM diz que nas sociedades de organização mais simples a consciência coletiva (crenças e sentimentos que norteiam a vida comum) se sobrepõe à personalidade individual. Sendo assim, *“o indivíduo não se pertence e é, literalmente, uma coisa que a sociedade dispõe”*. (DURKHEIM, Emile. A divisão social do trabalho. 2.ed. Lisboa: Presença, 1984. p. 152.)

<sup>49</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 60.

<sup>50</sup> Id. *ibid.*

ser definida não como “a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir [...] opondo-se ao constrangimento e à autoridade”.<sup>51</sup> Nesse sentido, o conceito de liberdade estaria atrelado a um outro conceito que é o da autonomia, condição primordial para o indivíduo construir-se e constituir-se enquanto sujeito “numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinadores do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e violência ou sejamos agentes delas”.<sup>52</sup>

Sem preparo para a construção de uma identidade<sup>53</sup> própria e sem nenhuma possibilidade de romper as regras do jogo, impostas pelas relações de poder, a experiência do trabalho formal era vista por elas apenas como uma etapa transitória, em cujo final a autoridade do pai seria substituída pela do marido.

### 3.4 A FÁBRICA E OS PATRÕES NA FALA DAS OPERÁRIAS

#### 3.4.1 Patrão herói

Das fábricas pesquisadas, apenas a de fitas pode ser incluída no modelo paternalista de relação de trabalho, pois era a única que possuía as três

---

<sup>51</sup> CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. v.4, p. 36.

<sup>52</sup> Id., *ibid.*

<sup>53</sup> Segundo VELHO, embora a dimensão psicológica seja fundamental, a identidade é uma produção condicionada e produzida pela sociedade e cultura. (VELHO, 1986:21). citado por MARTINS, Ana Paula. Um lar em terra estranha. op. cit., 1992. p. XVIII. Para DURKHEIM a construção da identidade é uma condição de socialização e interação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é no processo de interação que ela se realiza e se atualiza. Sem a identidade, as relações são meros contatos ocasionais. (DURKHEIM, Emile. op. cit., p. 60). Citado por DE BEM, Cleide Perito. Casas, casebres e condomínios: segregação espacial e relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, um bairro de Curitiba. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. p. 97.

características básicas do paternalismo: presença física do patrão no espaço de produção; comportamento do tipo familiar entre patrões e empregados e reciprocidade dos operários nessa relação, em que o patrão é visto como um pai que acolhe e proporciona bem-estar a seus filhos.<sup>54</sup>

A relação paternalista é evidente nas falas das operárias. *“Papai se dava muito com os donos de lá, sabe. O falecido seu Alfredo [...] o seu Rodolpho, quando tinha serviço na casa deles (papai trabalhava com eletricidade), papai que ia fazer tudo. Daí, papai conversou com eles, eles mandaram ir lá e já me encaixaram”* (EMÍLIA).

Referem-se aos patrões sempre com naturalidade, simpatia e respeito, chegando a tratá-los pelo primeiro nome, no caso dos menos idosos. *“Quando a minha irmã foi pras máquinas e começou a ganhar mais, eu fui falar com ele. Aí então eu disse: Escute Guido, eu estou há mais tempo aqui, a Thereza entrou depois e já está nas máquinas, está ganhando mais que eu”* (LUIZA S.). Mesmo demonstrando um certo receio com relação a “seu” Alfredo que era mais velho, as operárias tinham acesso ao escritório quando queriam fazer alguma reivindicação. *“Um dia eu fui lá enfrentar a fera, pedir para trabalhar como empreiteira”* (YOLANDA).

Além do convívio dentro da fábrica, o patronato era visível em encontros e comemorações. *“Era comum que os chefes saíssem com os empregados [mais antigos] para pescar”* (YOLANDA). *“Nós tínhamos jogo de bocha, fazia reuniões lá sábado, domingo. Jogavam baralho, jogavam bocha, faziam campeonato. Era formidável. Era uma família”* (FABINO). Embora a proporção de trabalhadores da

---

54 PERROT, p. 83.



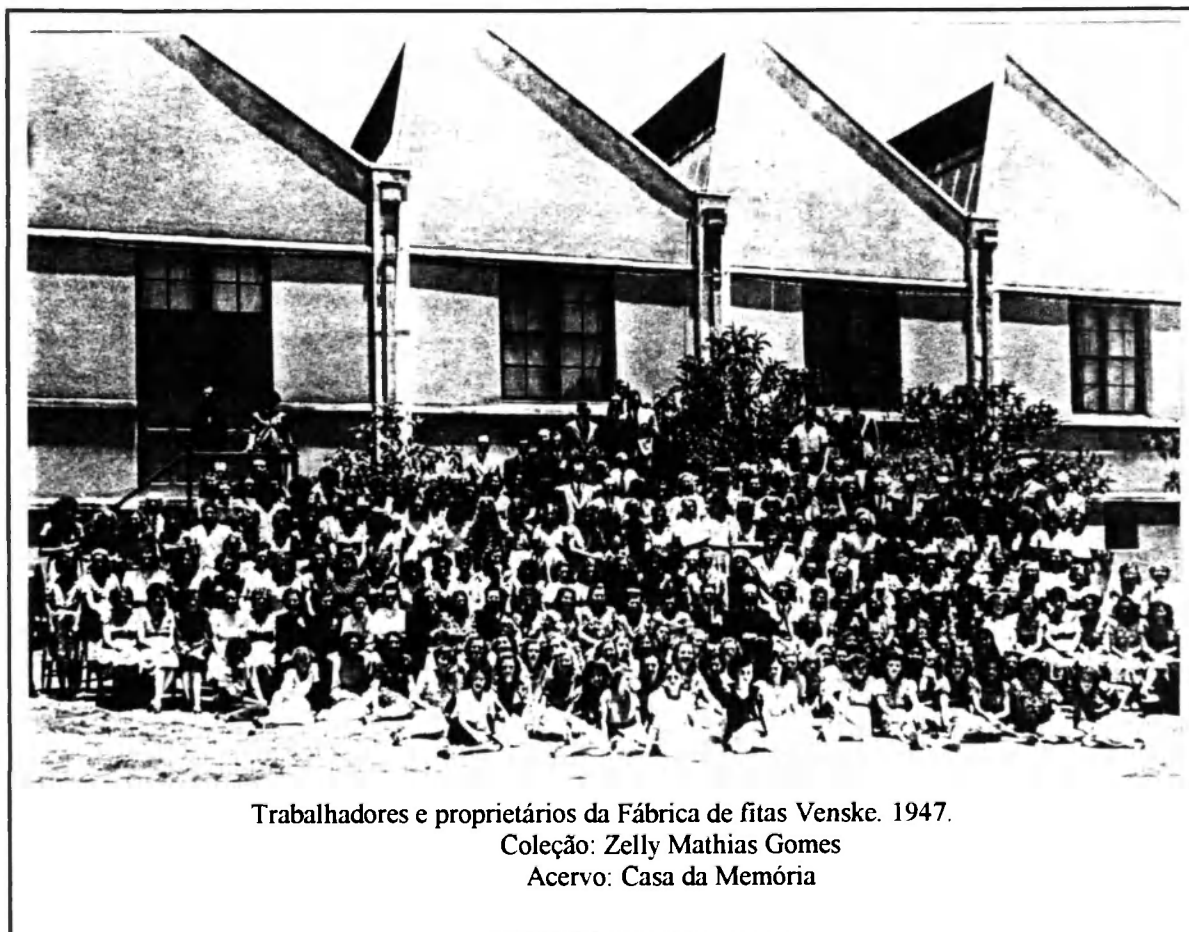
fábrica fosse de “dez, quinze homens para 200 moças” (FABINO), essas atividades envolviam apenas os homens.

As reuniões envolvendo as mulheres eram mais restritas. Ocorriam normalmente dentro do espaço da fábrica, no final do expediente. Eram comuns as festinhas de despedida promovidas pelas amigas mais íntimas de alguma operária que estava saindo para casar. “*Eu ainda tenho uma porção de coisas que eu ganhei de presente quando saí de lá*” (YOLANDA).

A relação paternalista estabelecida com os empregados fazia com que estes defendessem a empresa como se estivessem defendendo a própria casa. Durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de os proprietários da empresa serem originários de um país que se manteve neutro durante o conflito, os empregados mobilizaram-se para defender a empresa durante as manifestações promovidas pelos nacionalistas brasileiros contra os estabelecimentos pertencentes a imigrantes oriundos de países do Eixo. “*Os mestres ficavam a noite ali, armados, com a bandeira brasileira e com uma faixa escrito: “Nós somos brasileiros” pra [impedir que a fábrica fosse depredada] quando aparecesse a turma que quebrava as firmas de alemães e italianos [...] inclusive um empregado que era motorista saía, e entrava no meio da turma que fazia confusão, pra quebrar as firmas [com a função de impedir que o grupo tentasse depredar a fábrica de fitas]*” (FABINO).

Durante as comemorações de aniversário de 40 anos da indústria, em 1947, quando as atividades da empresa pararam por dois dias, as mulheres participaram em condições de igualdade. No primeiro dia, foi organizada uma festa exclusivamente para os empregados e, no segundo, houve a comemoração oficial com a presença de autoridades e convidados. “*No primeiro dia, então, como era*

*dos operários, ele disse: hoje vocês podem ficar bem à vontade porque não vem ninguém estranho” (THEREZA S.). Todos os empregados com mais de dez anos de serviço receberam um relógio de presente. No final da festa, foi necessário que um carro da empresa levasse as moças para casa, porque muitas acabaram exagerando na dose de vinho oferecida pelos patrões.*



Trabalhadores e proprietários da Fábrica de fitas Venske. 1947.  
Coleção: Zelly Mathias Gomes  
Acervo: Casa da Memória

Nesse período, a empresa vivia uma promissora fase de expansão. *“Quando a fita estava no apogeu a fábrica não conseguia atender o mercado do Rio e São Paulo [...] Depois da morte do seu Alfredo (1944) a fábrica explodiu, não dava conta de atender os pedidos” (FABINO).*

Para garantir o nível da produção e atender à demanda, a indústria precisava contar com um corpo de operários produtivos, disciplinados e ordeiros.

Na visão dos empresários estrangeiros os trabalhadores que se enquadravam nesse perfil eram os descendentes de imigrantes. “*Só dava polaca e italiana [...] italiana mais do que polaca [...] Só queriam moça bonita. Diziam que ali era o ninho das gazelas*” (FABINO).

Além de atender ao principal requisito, que era a cor branca, para ser admitida na fábrica de fitas, a moça precisava ter “*boa aparência, não ter suor na mão e possuir cabelos curtos*” (FABINO). “*Acho que era bem misturado, acho que tinha de tudo, alemão, italiano, poloneses, brasileiros [...] mas antigamente eu acho que eles pegavam mais alemães, por isso é que eles não queriam os escuros*” (ZELLY).

A prática de não admitir pessoas de cor negra ou morena foi mantida pela empresa até a entrada do Brasil na Segunda Guerra. “*No tempo da guerra eles contrataram um preto para trabalhar no escritório pra dizer que não tinha racismo. [...] depois da guerra eles mudaram um pouco e começaram a admitir mais brasileiros*” (FABINO).

Ao falar do ambiente de trabalho elas o definem com adjetivos como bom, alegre e saudável. “*Eu ia trabalhar com o maior prazer, saía 6 horas de casa pra ir trabalhar*” (EMÍLIA). “*Os patrões eram bons [...] não acontecia briga porque eles davam uma certa liberdade, a gente podia conversar, rir, [...] isso descontraí, não era aquela sujeição*” (THEREZA S.) “*Se a gente estivesse com a máquina em ordem podia conversar, não tinha problema*” (ZELLY). Do total de entrevistadas, apenas uma diz que saiu da fábrica para trabalhar no comércio porque os patrões eram muito rigorosos com o horário. “*Chamavam atenção por um minuto de atraso*” (DORIS).

Na Venske era tudo muito limpo, a gente chegava já tirava a roupa, pendurava atrás da máquina, sapatinho ali no chão, cada um na sua máquina [...] os bancos [estrados] que você pisava, se chovia nunca a gente pisava com aquele sapato para poder sentar na hora do almoço, quando não existia refeitório (ZELLY).

A arquitetura do prédio, construído no final da década de 30, facilitava o controle dos operários. Dividido em dois pavimentos, o edifício era claro e todo envidraçado. Do escritório, situado na parte superior, o patrão podia controlar todo o ambiente da fábrica “*então ele via todos os funcionários, se eles estavam gazeteando ele via pelo vidro quadrado do escritório*” (YOLANDA). “*Eles tinham escritório em cima, na parte mais elevada, de lá eles tinham controle [...] às vezes vinham de surpresa, aparecia lá dar uma voltinha*” (ZELLY). Pai e filho dividiam as tarefas de vigilância e controle da produção. Enquanto o pai permanecia no escritório, o filho percorria as seções para olhar o andamento de serviço mais de perto.

Em cada seção da fábrica havia uma mestra, responsável pela distribuição de matéria-prima e pelo controle da produção. Além dessas, havia uma mestra geral que “*era a Alice Biancolini*” (EMÍLIA). Quando eram admitidas na fábrica, as meninas passavam pela seção conhecida como “*limpa fita*”, onde “*a gente passava as fitas por dentro de duas ripas, daí puxava pra ficar bem esticada, pra cortar os cantinhos que vinha nozinho das máquinas... um fiozinho que tivesse, tinha que cortar tudo*” (EMÍLIA). Seguindo os moldes das pequenas manufaturas existentes na Europa do século XIX, para executar essa tarefa, que exigia rapidez e atenção, elas recebiam uma tesourinha, cujo valor era descontado do salário. “*A tesoura, primeira coisa quando entrava na fábrica de fitas, a tesoura era descontada no primeiro salário*” (FABINO).

Nessa seção, onde ganhavam por hora, elas aprendiam a conhecer os diferentes tipos de fitas. Aquela que demonstrasse maior agilidade e interesse, podia ser transferida pela mestra para outra seção que pagava por peça, ou ainda para uma das máquinas onde elas podiam receber por empreitada. *“Nas máquinas dava para ganhar melhor, porque era por empreitada”* (TEREZA). Para aprender a trabalhar na máquina era preciso contar com a ajuda de uma operária mais antiga ou treinar fora do horário de expediente, quando a máquina estivesse desocupada. *“Quando a gente ia trabalhar como tecelã a gente ia pra máquina com uma outra, então a gente ficava ali junto, quando acontecia tal coisa ela dizia: aqui é assim, aqui é assado... quando acontecia outra vez elas não gostavam muito porque quem ensina perde tempo”* (ZELLY).

*“As menores trabalhavam das 7 da manhã às 4 horas da tarde. As maiores trabalhavam das 7 às 5 horas”* (DORIS). Consciente dos problemas de mão-de-obra, e seguindo os conselhos de autores que desde o início do século XIX escreviam sobre a ciência da indústria<sup>55</sup>, a Venske adotava o pagamento por produtividade, obtendo assim a máxima produção, sem necessidade de se preocupar com a vigilância das operárias. Yolanda conta que se dispunha a chegar uma hora mais cedo para aprender a usar as máquinas e assim passar a ganhar por empreitada. *“Eu parava um pouco antes e deixava tudo arrumado [...] na hora do almoço eu não ficava sentada, cada um ajeitava sua máquina; no que eles ligavam o motor, a gente já estava trabalhando”* (ZELLY).

A gente trabalhava sob empreitada. Então a gente quando terminava queria deixar a máquina prontinha pro outro dia. Na hora do almoço também (a gente morava aqui perto, na Ubaldino do Amaral) você almoçava ligeiro pra ir correndo [...] pra deixar prontinha a máquina porque

---

<sup>55</sup> No trabalho *Economie Industrille ou science de l'industrie*, publicado em 1829-1831, BERGERY diz que *“o operário, remunerado proporcionalmente ao serviço executado e não pelo tempo gasto, trabalha sem perder um instante, durante tantas horas quantas lhe permitam suas forças”*. In: PERROT, p. 66.

você ia na empreitada, quanto mais você fazia, mais você ganhava [...] Eu cheguei a tirar 630 de empreitada (GENIL).

Thereza S. diz que no primeiro ano que trabalhou nas máquinas chegou a ganhar um conto de réis. Parte do salário recebido muitas vezes era entregue pelos empregados aos próprios patrões “*que depositavam o dinheiro no banco alemão [...], todo mês eu guardava uns trocados, quando estourou a guerra ele retirou o dinheiro e devolveu pra todo mundo*” (YOLANDA).

Das três indústrias pesquisadas, a Venske era a que pagava os melhores salários. Fabino conta que trabalhou na Rede Ferroviária dos 15 aos 21 anos, “*mas pagavam pouco. Então arrumei emprego na fábrica de fitas onde fiquei 35 anos [...] entrei lá ganhando quase o dobro do que ganhava na Rede. Lembra também que o salário das tecelãs era superior ao ordenado de muitos chefes de família. “Quando eu entrei na fábrica minha [futura] mulher era tecelã, eu entrei com 210, ela tirava mais de 300 [...] Os mestres ganhavam 1200 réis, quando o salário de um gerente [de banco] era 600 [mil réis]”* (FABINO).

A confortável situação econômica da família desses mestres, no entanto, não era motivo para que as filhas mulheres permanecessem sem ocupação. “*Muitos mestres tinham as filhas trabalhando na fábrica*” (FABINO). A permanência no ambiente da fábrica, muito mais do que uma questão de sobrevivência, significava a garantia de um ambiente saudável e seguro para suas filhas até a chegada do casamento.

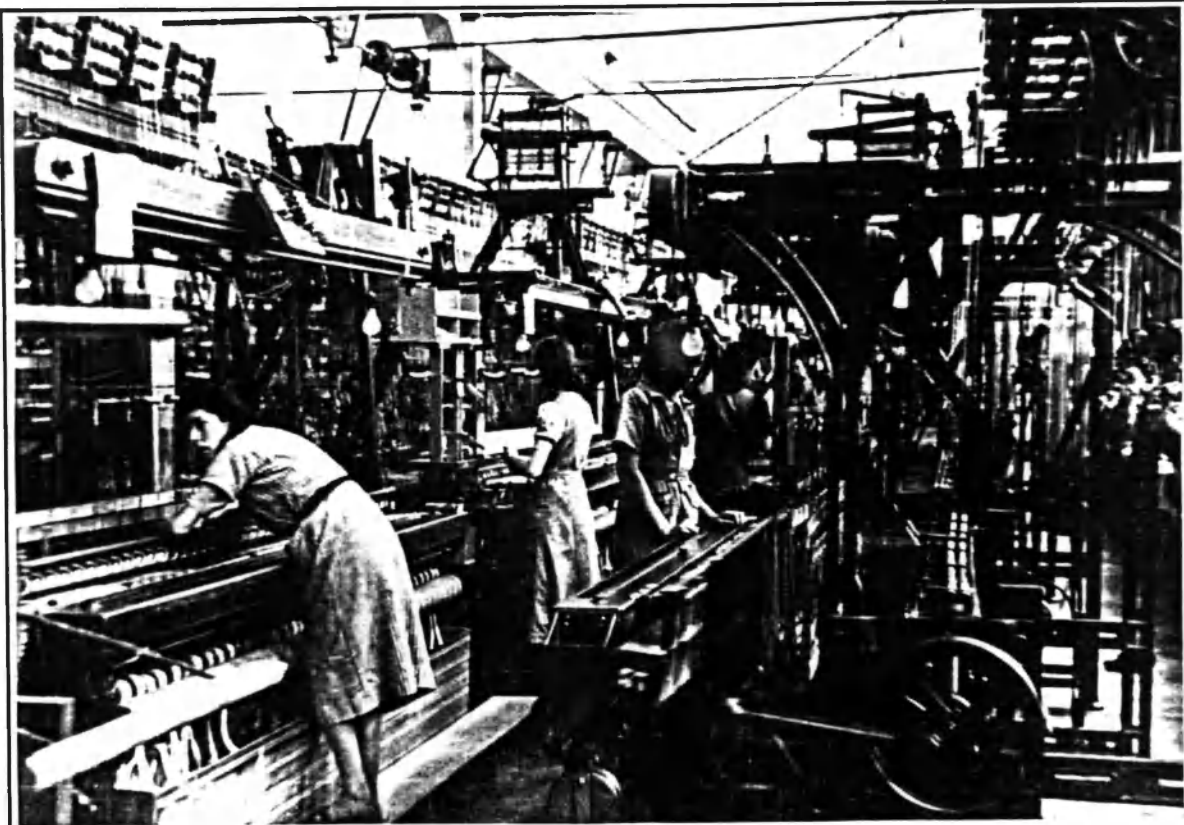
O bom nível salarial das tecelãs permitia que algumas trabalhadoras ficassem com uma parte do salário para gastar livremente, entregando aos pais apenas o valor equivalente ao salário médio de um trabalhador do gênero masculino. “*Sabe o que faziam as moças que ganhavam bem e em casa tinham que deixar todo*

*o dinheiro? Nós fazíamos [no escritório] um envelope separado para o pai com duzentos mil, mais ou menos, e o restante ficava pra elas” (FABINO).*

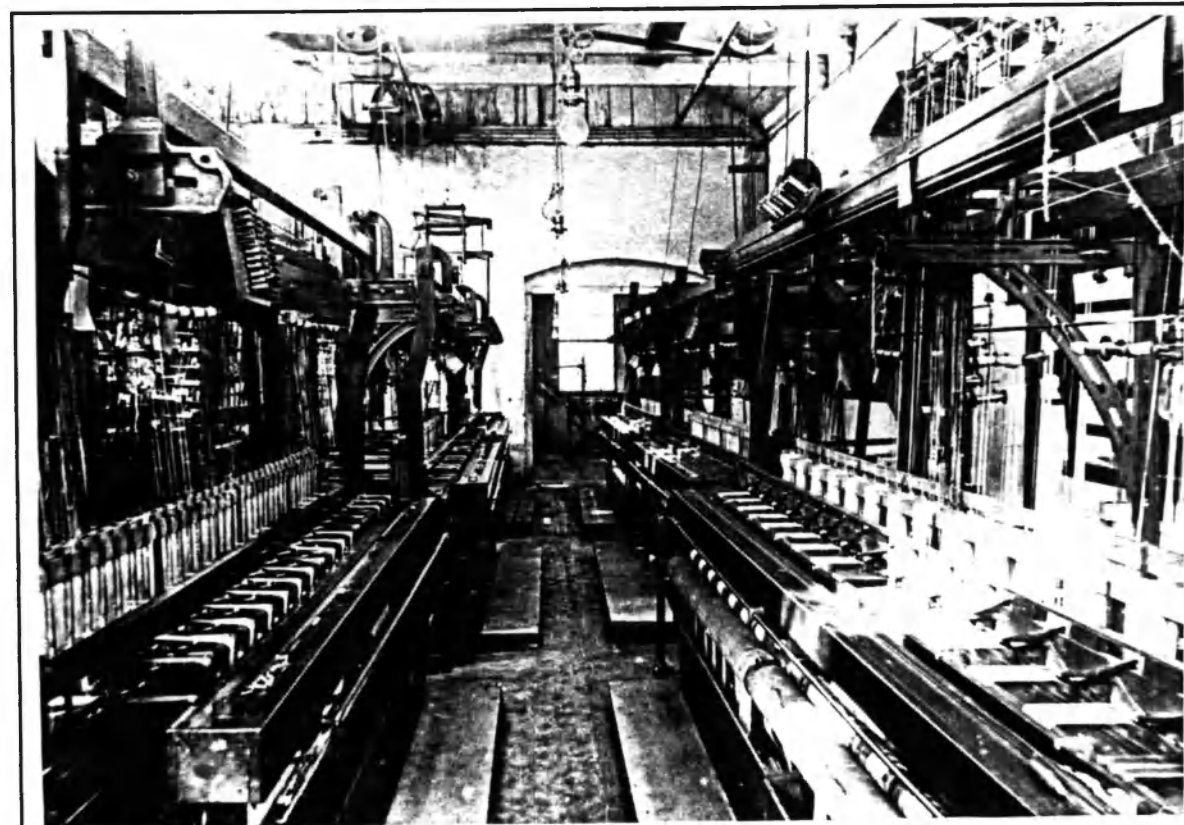
Todos esses fatores contribuíram para que a relação paternalista estabelecida entre patrões e empregados acabasse criando, através da memória coletiva dos empregados, uma representação do trabalho na fábrica como uma atividade quase lúdica e a indústria como um espaço familiar e acolhedor, em que não havia espaço para o conflito.



Vista aérea da Fábrica de fitas Venske em 1958.  
Coleção: Guido Venske



Fábrica de fitas. Tecelãs trabalhando nos teares. s/d.  
Acervo: Museu da Imagem e do Som



Interior da Fábrica de fitas Venske. s/d.  
Acervo: Museu da Imagem e do Som





Operárias da Fábrica Venske nas festividades dos 40 anos da empresa, em 1947.  
Acervo: Zelly Mathias Gomes.



Operárias da Fábrica de fitas Venske. Seção de meadas.  
Coleção: Doris Tibucheski

### 3.4.2 Patrão carrasco

Na Lucinda, os proprietários estavam o tempo todo na fábrica. Além de morarem nas proximidades da indústria, os donos e seus filhos exerciam funções específicas na área de produção, dentro da fábrica. *“Os filhos dos patrões trabalhavam no preparo das massas”* (HILDA). Como muitas outras indústrias que atuavam em Curitiba no período, estava enquadrada no modelo de empresa familiar<sup>56</sup>. No entanto, o relacionamento entre patrões e empregados era formal, não sendo permitida nem mesmo a conversa durante o trabalho. Pelas entrevistas, é possível perceber que havia, por parte dos patrões, um tratamento diferenciado com relação aos empregados do gênero masculino. Embora não estabelecessem nenhum contato mais sociável com os mesmos, fora da fábrica, os operários mais antigos mereciam um tratamento atencioso. Além de dar casa para morar, *“era comum os Groetzner abrirem uma caderneta de poupança para os funcionários mais antigos, cujo valor era entregue no momento da aposentadoria”* (EDDE\* ).

Como a arquitetura do prédio não facilitava o controle dos operários a partir de um ponto estratégico, os patrões faziam visitas freqüentes aos diversos setores de produção. *“Não precisava [que os gerentes vigiassem as operárias] porque, os donos mesmo viviam cuidando de tudo”* (THEREZA G.).

---

<sup>56</sup> Na concepção de João Bosco LODI uma empresa passa a ser do tipo familiar quando *“a consideração da sucessão da diretoria está ligada ao fator hereditário e onde os valores institucionais da firma identificam-se com um sobrenome de família ou com a figura de um fundador”*, ou seja, ela nasce geralmente com a segunda geração de dirigentes; as relações de poder nascem do direito de sangue. (Citado por CARVALHO NETO, p. 220).

\* Edde Corte Mello, nascido em Florianópolis (SC), em 1927, foi funcionário da Fábrica Lucinda onde exerceu o cargo de auxiliar de escritório, entre 1949 e 1950.

*“Os patrões eram o seu Luís [Alois] e Afonso, e os filhos [...] O seu Luís era melhorzinho, mas o seu Afonso era muito ruim. Quando a gente via ele estava em cima” (HILDA).*

*“O seu Afonso andava na fábrica toda, quando pensava que ele estava lá embaixo ele já estava de volta” (THEREZA). O modelo disciplinar estava pautado no respeito, por meio do silêncio e da vigilância constante. “Ele passava duas a três vezes em cada seção para controlar os operários. Nós respeitávamos muito ele, porque não podia pegar uma bolacha. Se ele pegasse a gente comendo ele era estúpido. Perguntava se a gente não tinha o que comer em casa” (RENATA). “Não podia chupar uma bala. Uma vez pegaram uma moça com uma bala no bolso mandaram tirar todos os bolsos do guarda-pó” (ISAURA). “Olha, a gente tinha um medo dos patrões que se pelava!” (ANGÉLICA\*)*

Outra estratégia utilizada pelos industriais para manter o controle das operárias menores era colocá-las para trabalhar sentadas, em volta de uma mesa com bancos de espaldar alto, de forma que elas não tivessem chance de perceber a presença do chefe. Para romper o esquema de vigilância, as operárias estabeleciam regras e utilizavam códigos capazes de alertar o restante do grupo quando o patrão se aproximava. Era comum uma das meninas permanecer trabalhando em pé para poder alertar o restante do grupo, por meio de olhares e ruídos, quando fosse hora de parar a conversa. *“A gente conversava baixinho porque os chefes chamavam a atenção, eram muito enérgicos. [...] Ele chamava atenção perto de todo mundo.*

---

\* Angélica Manikoski, descendente de poloneses, nasceu em Tamandaré em 1927. Foi operária da Fábrica Lucinda durante seis anos, dos 14 aos 20 anos.

*Quando a coisa era meio grave, que queria suspender, ele chamava no escritório, daí suspendia uns dias, ou dependendo do que fazia ia até pra rua” (RENATA).*

Tinha gente que morria de medo do seu Luiz [Alois]. Seu Luiz era quietão [...] ele andava que nem gato, quando via ele estava ali. Mas ele cansou de me pegar comendo bolacha, e eu comia mesmo [...] Elas morriam de medo. Eu não tinha medo, eu dizia: medo de quê, Meu Deus, eles sabem que a gente come, você acha que eu vou trabalhar no meio de tanta bolacha acha que vou passar fome [...] Elas tinham um medo, um respeito porque achavam que ele era durão, nem seu Afonso não foi nunca durão comigo (THEREZA G.).

Nessa indústria, o salário pago aos operários não sofria muita variação, uma vez que ganhavam por hora, não faziam hora extra e não recebiam por produtividade. Se alguém ousasse pedir aumento de salário, a resposta do patrão era seca: *“Se você não está satisfeita com o seu salário então pode sair”* (RENATA). Foi o que Renata fez. Trocou o emprego na fábrica de bolachas por outra que fabricava metros metálicos, na qual o *“trabalho era mais sujo e perigoso, mas eu podia ganhar o dobro”* (RENATA).

Seguiam a legislação trabalhista, respeitando o horário de trabalho das menores, dando férias, e não permitindo que as mesmas trabalhassem nas máquinas. *“O horário de trabalho era das 7 as 4 da tarde. Naquele tempo de menor não podia trabalhar mais”*.(HILDA) *“No maquinário só os homens que lidavam. Na estufa também era só os homens”* (RENATA). Homens e mulheres trabalhavam juntos em algumas seções. Entretanto, na hora da refeição eles ficavam em ambientes distintos e não podiam conversar no pátio. *“O almoço era separado, tinha uma casa para os homens e outra para as mulheres”* (THEREZA G.).

O trabalho das menores era enrolar balas, empacotar macarrão, construir caixas para o seu acondicionamento, ou, ainda, trabalhar na seção de forno e empacotamento de bolachas. Duas duplas se revezavam nessas duas seções. *“A gente trabalhava num salão grande [...] o trabalho era alternado, ficava uma hora no forno e depois uma hora no empacotamento”* (HILDA).

A gente não fazia uma coisa só, a gente fazia todas as coisas ali, era no cilindro, era na mesa, era empacotar [...] a gente não ficava muito tempo num lugar, enformava bolacha, pegava massa pra cilindrar, enrolava pra depois ir cortando macarrão [...] muita coisa a gente fazia, não ficava num lugar só” (THEREZA G.).

A rotatividade das operárias entre as diversas seções permitia que as mesmas fossem treinadas para executar qualquer serviço e, assim, pudessem substituir facilmente aquelas que pedissem demissão. Muitas vezes, a rapidez exigida na execução das tarefas ocasionava acidentes como queimaduras, cortes e contusões. “*Às vezes se queimavam no forno, a gente pegava as formas com panos grandes [...] tinha que ser rápido*” (THEREZA G.):

O comportamento demonstrado pelas operárias que permaneceram algum tempo na fábrica, com raríssimas exceções, era de completa submissão. Quando o empregado não agüentava o regime disciplinar, pedia demissão ou era demitido.

Falar seria arranjar um humilhação. Muitas vezes, se é algo que um operário não consiga suportar, vai preferir calar-se e pedir a conta [...] Como se alguém repetisse ao ouvido de minuto a minuto, sem que se possa responder nada: “Você não é nada aqui. você não conta. Você está aí para curvar-se, suportar tudo e calar-se”.<sup>57</sup>

Adaptavam-se ao esquema repressivo apenas aqueles operários que não encontravam outra alternativa de emprego, ou, então, aqueles cuja educação familiar estava bastante próxima do sistema disciplinar imposto pelos proprietários desta fábrica. “*Eu não faltava, Deus o livre se eu faltasse, o meu pai ficava brabo, mas tinha gente que faltava bastante*” (HILDA). Interessante lembrar que a convivência entre pais e filhos no mesmo espaço fabril dificultava qualquer tipo de reação por parte dos filhos contra os patrões. Revoltar-se contra a norma estabelecida poderia significar a perda de emprego para toda a família.

---

<sup>57</sup> WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 131-2.

A postura rígida dos patrões não permitia nenhum tipo de confraternização com os empregados. Nenhuma das entrevistadas lembra de ter participado de qualquer festa ou ter recebido algum presente durante o tempo que permaneceu na fábrica.

Esse comportamento teve repercussão na relação entre os empregados, que acabaram tendo poucas chances de se conhecer. Quando o assunto está relacionado à convivência entre os empregados, as lembranças sobre o período de trabalho são vagas e dispersas.

Da mesma forma que a Lucinda, outras indústrias familiares, como a fábrica de metros Haltrich e a fábrica de pianos Essenfelder, mantinham, nessa época, um sistema de relações de trabalho semelhante.

Nesse tipo de indústria, as mulheres não tinham nenhuma chance de chegar a um cargo de chefia. Elas apenas executavam ordens emanadas pelos patrões ou pelos chefes do gênero masculino. *“O chefe era o Jango [João Piekarski], ele preparava a massa pra fazer o macarrão, bolacha, tudo ele que sabia, então ele tomava conta”* (THEREZA G.).

Habitadas à dupla dominação masculina - em casa e na fábrica -, a maior parte dessas mulheres cumpria sua jornada de trabalho como se aquilo fizesse parte de um ritual de sacrifícios do qual elas seriam libertadas no momento em que surgisse à sua frente um príncipe encantado propondo casamento.



Fábrica Lucinda. Homens e mulheres trabalhando na seção de balas.  
Acervo: Casa da Memória



Fábrica Lucinda. Operárias da seção de embalagens.  
Acervo: Casa da Memória



Grupo de operárias da Fábrica Lucinda durante desfile do Sete de Setembro,  
na Rua Quinze de Novembro. 1942.  
Coleção: Angélica Manikoski Geronasso



Operárias da Fábrica Lucinda desfilando no dia da Bandeira, no início dos anos quarenta.  
Coleção: Angélica Manikoski Geronasso



### 3.4.3 Patrão ausente

Na Fiat Lux, as relações entre os operários eram bastante conflituosas. Além de não contar com a presença de um patrão que fosse verdadeiramente o dono da indústria, as condições de trabalho, bastante insalubres, afastavam operários e operárias, que acabavam procurando emprego em outras fábricas. De qualquer forma, a mão-de-obra abundante nos anos 40 e 50, devido às precárias condições de vida das famílias de trabalhadores, permitia que a Fiat Lux, por intermédio de sua gerência, fizesse uma seleção, buscando admitir aqueles operários que se enquadrassem no modelo estabelecido como disciplinados e produtivos.

Como o cargo de subgerente, responsável pela aprovação dos empregados, durante mais de dez anos foi exercido por um imigrante alemão, os critérios utilizados na seleção estavam embasados na sua representação <sup>58</sup> do que fosse um bom operário ou uma boa operária. O tipo físico de Elizabeth, loira de olhos azuis, contribuiu para que ela obtivesse o emprego com facilidade.

Fui pedir serviço na Fiat Lux. Tinha que ir de manhã cedo, tinha uma fila lá, tudo de negras, a maior parte pretas. Escolhia pela cara, eu fui a primeira da fila que ele foi com a cara, polaquinha lá, reluzente de olho azul, no final da fila. O gerente [...] que vinha escolher a turma na fila já de longe ele me chamou [...] Olhei atrás de mim, todas negras...Eles não gostavam de negras lá (ELIZABETH).

Eu era mocinha já, então eu tinha uma prima que trabalhava na casa dos padres, da Catedral, daí eu vim morar com ela. A minha prima era cozinheira dos padres e eu vim para ser ajudante dela. Daí comecei me arrumar um pouco, tratar dos dentes, as roupas .... Depois daquele tempo, minha prima me arrumou serviço na Fiat Lux porque em frente à casa dela tinha umas moças alemãs que trabalhavam lá [...] Aí a minha prima comprou roupa pra mim, me arrumou, fez permanente, me arrumou bem (IDALINA).

Além da comprovação de boa saúde e disposição para o trabalho, a aparência era um dos requisitos básicos na hora da seleção.

---

<sup>58</sup> Além do discurso formulado pelos próprios imigrantes, as idéias de intelectuais paranaenses, como Temístocles LINHARES, reforçavam a figura do trabalhador estrangeiro como modelo de eficiência e produtividade.

Naquela época vinha o subgerente escolher a dedo a gente. Ele chegava e olhava nas pessoas assim, daí dizia você, você, você, o resto pode ir embora. Não tinha que fazer teste nada, ele olhava pela cara da pessoa. Na época que eu entrei lá não entrava morena, era só loira, mulher era só loira, morena não entrava (FRANCISCO\*).

Ele me media dos pés à cabeça, me olhava dos pés à cabeça, o subgerente, com um guarda-poção assim, punha a mão pra trás e me olhava, eu ficava tão sem jeito... ele me media, me olhava, me olhava, me olhava... e eu cá com os meus botões 'na dura que eu não vou pegar esse emprego' (IDALINA).

Para Idalina, o fato de não ser loira pesava negativamente na hora da escolha. Ela tinha certeza que não conseguiria o emprego, porque sabia da preferência da empresa pelas descendentes de imigrantes.

Tinha brasileira, mas era escolhida, sabe [...] Era difícil eles pegar. Era moça escolhida. Esse que era subgerente, que ficava na portaria, ele escolhia as moças, ele era alemão, ele escolhia as moças, ele não pegava qualquer uma, sabe. [...] eu entrei lá numa corda bamba, como eu te falei. Tinha uma preta só, a maioria você saía assim, era só loira assim que você via (IDALINA).

Apesar da preferência evidente pelas imigrantes, a Fiat Lux era a indústria que mais empregava homens e mulheres com sobrenomes luso-brasileiros. Dentre os descendentes de imigrantes estavam muitos daqueles vindos de Santa Catarina para tentar a vida na capital paranaense, como aconteceu com a operária Erna que veio sozinha de SC, na década de 50 e morava num pensionato do Colégio Medalha Milagrosa, na companhia de outras moças que eram professoras ou trabalhavam no comércio. *“Tinha uma época que encheu Curitiba de ‘catarina’, era só gente com aquele sotaque, a Fiat Lux inteirinha estava acatarinada. [...] Veio uma leva de catarinense, gente boa para trabalhar”* (ELIZABETH).

A maioria dos empregados da fábrica moravam nas áreas mais pobres, em locais distantes como São José dos Pinhais e o recém-povoado Boqueirão. *“Alguns*

---

\* Francisco de Lima Godoy nasceu em Campo Tenente, no município de Rio Negro (PR), em 1936. Começou a trabalhar na Fiat Lux em 1952, onde permaneceu durante 22 anos.

moravam próximo da fábrica, Vila Pinto, Vila Guaira, Água Verde, mas o grosso mesmo vinha de São José, Boqueirão e Uberaba” (LÉO\* ).

Uma das formas encontradas pela indústria para atrair os empregados era oferecer linhas de transporte para trazê-los até o local de trabalho. “Existiam três linhas de ônibus que vinham de São José, Boqueirão e Uberaba. Também tinha um ônibus que fazia Cajuru, e teve um ônibus que vinha da Vila Fanny até o Capão Raso [...] isso facilitava bastante a vida dos empregados” (LÉO).

A maior parte do pessoal que trabalhava na Fiat Lux morava para o lado do Portão, Capão Raso, aqueles lados lá, eles vinham de bicicleta, os que moravam para o lado de São José, Boqueirão, Vila Hauer eles tinham ônibus da Fiat Lux que trazia, ônibus da empresa São José que era fretado pela empresa (FRANCISCO).

Outra prática adotada pela empresa para manter os operários trabalhando na indústria era o pagamento de salário de adulto aos menores que completassem dois anos de casa, independente da idade. “As moças entravam com 14 anos, quando elas completavam dois anos [de serviço] elas passavam a ganhar salário de maior” (LÉO). “Não precisei ficar de maior porque eu entrei com treze, quando eu fiz quinze anos eu passei a ganhar o que o de maior ganhava, com dois anos de firma ganhava igual os de maior” (SIRLENE).

Outro mecanismo utilizado era o pagamento de um prêmio semanal aos empregados que atingissem determinada produção, controlada pela apontadora. Além de incentivar a produtividade, o sistema resolvia, em parte, a questão da vigilância exercida diretamente pelos mestres e mestras. “Era divertido, a gente era livre [...] porque o negócio era vencer a máquina que fazia o maço de fósforo, se você vencesse a máquina você estava livre [...] dava tempo de ir na máquina do vizinho bater um papo” (SIRLENE).

---

\* Léo Kóssar, natural de Canoinhas (SC), nasceu em 1929. Ingressou na Fiat Lux, como auxiliar de escritório, em 1953. Mais tarde assumiu o cargo de chefia do Setor de Pessoal da empresa. Foi a pessoa responsável pela organização do arquivo de documentos dos empregados utilizados nesta pesquisa. Deixou a empresa em 1989, quando aposentou-se.

Podia dar risada, conversar, contanto que não atrapalhasse o serviço [...] as moças ganhavam uma porcentagem pela quantidade de caixas que selavam, então elas trabalhavam... Das 7 às 5 só parava para o almoço e a hora do café que parava, pra gente fumar um cigarro ia no banheiro, fumava duas, três tragadas apagava o cigarro e voltava, não podia demorar no banheiro, mais do que dois minutos não ficava no banheiro [...] porque atrasava o serviço e pra tirar o atraso era brabo (FRANCISCO).

Elizabeth conta que entrava 20 minutos antes, trabalhava meia hora a mais na hora do almoço, e ficava até mais tarde no horário de saída para atingir a produção exigida para o recebimento do prêmio. Às vezes, ela e mais uma operária conseguiram tocar três máquinas ao mesmo tempo. A chefia não se preocupava com conversa, desde que o serviço estivesse sendo feito. *“Ninguém saía para ir ao banheiro porque ganhava por produtividade”* (FRANCISCO). Mas nem todas as operárias se sujeitavam a esse ritmo de trabalho. *“Na seção de selos eu não trabalhei, eu só trabalhei na seção de pacotes. Deus me livre trabalhar com a Dona Rosa [...] tinha medo da dona Rosa, tinha medo do seu Germano, a Vanda também não era flor que se cheire, a Elizabeth também [...] ela era ruim, a gente morria de medo dela”* (SIRLENE).

Em meados da década de 50, a alta rotatividade de trabalhadores obrigou a Fiat Lux a abrir mão de seus princípios, quanto ao modelo ideal de operários, quando precisou contratar mão-de-obra feminina para o período noturno:

A baixaria veio na época que teve o segundo turno [1956], que começava às duas horas e ia até às dez da noite. E daí não tinha moças que quisessem trabalhar neste horário então, eles arrumaram muita prostituta. Era muito difícil arrumar gente para o segundo turno. Ninguém das encarregadas agüentou trabalhar no segundo turno. [...] Era um serviço melindroso, ninguém sabia trabalhar, ninguém tinha vontade de fazer aquilo, porque não entendia. [...] A Rua João Negrão\* limpou, foram todas trabalhar. [...] Elas xingavam muito quando o serviço não ia certo, acabavam te xingando junto (ELIZABETH).

A maior heterogeneidade quanto à origem e condição social dos operários, aliada à ausência do patrão, fazia com que as diferenças viessem à tona com muita intensidade, explicitando os conflitos existentes. A dificuldade para obtenção de mão-de-obra levou a empresa a investir num projeto de racionalização que permitisse aumentar a produção, sem necessidade de contratação de maior número de operários.

---

\* Esta rua era conhecida pela presença de um grande número de prostitutas.

Aquelas máquinas lentas ainda, existia um sistema de maquinão que ocupava 16 pessoas trabalhando, mais tarde eles mudaram para as máquinas que estão até hoje, as tais VPO, que eu não sei o que significa, é um nome inglês, então essas máquinas faziam a produção de três máquinas e ocupavam menos operários. [...] Em 1959/60, quando houve a primeira mudança do maquinário, as máquinas ficaram mais automatizadas. Se uma máquina fechava quatro caixas de fósforos por vez, passou a fechar oito ou dez. [...] Na segunda etapa quando houve modificação das máquinas de gavetas o número de operários diminuiu 50% (LÉO).

O projeto de racionalização, além reduzir o número dos operários que já trabalhavam na fábrica, dificultava a admissão de novos porque, com a automação, o critério básico para a seleção dos operários passou a ser o nível de escolaridade.

O gerente veio pra selecionar, ele só estava pegando, quando eu fui [em 1956], quem tivesse o primário. Tinha bastante gente, mas a única que tinha diploma era eu. Eu fui a única que subi para o escritório. Eu tinha 13 anos, por isso precisei de uma autorização do juizado de menores (SIRLENE).

Elizabeth recorda: *“Quando eu entrei lá em 1952 tinha 1250 operários, 60% eram mulheres [...] Quando eu saí na década de 80 tinha 550 operários”* (ELIZABETH).

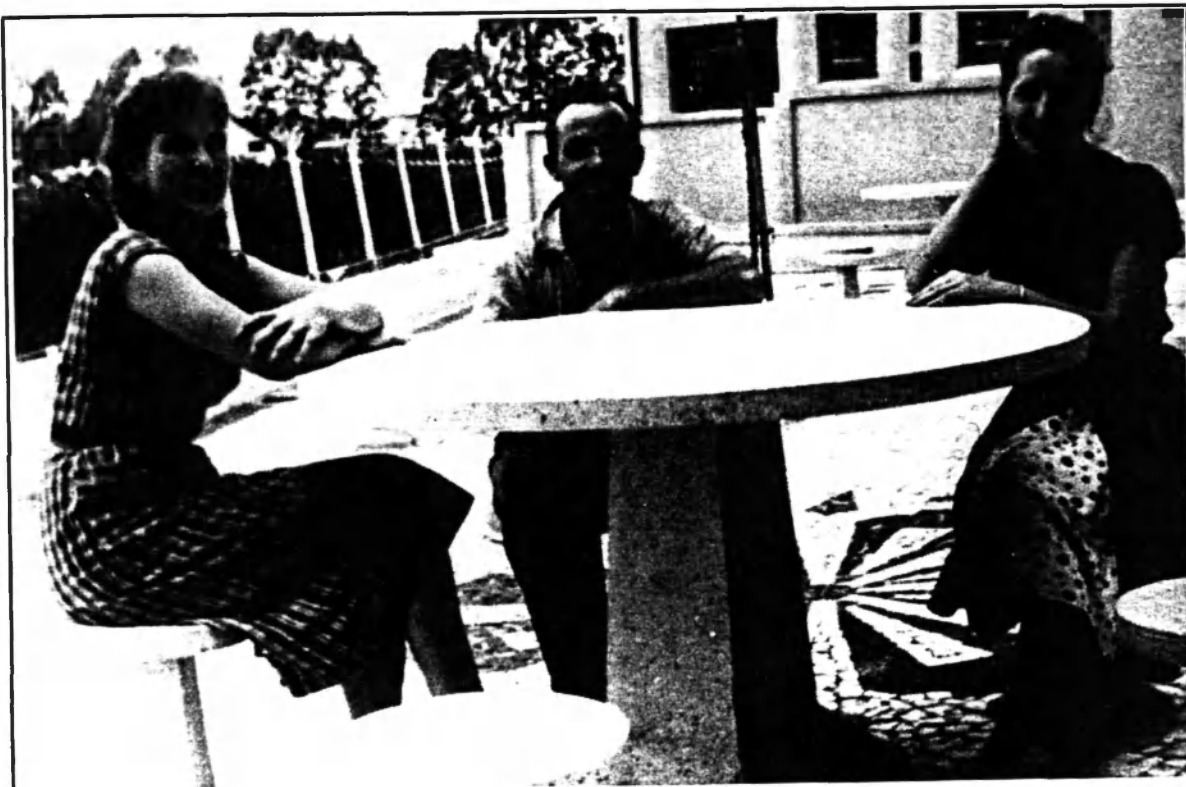
O processo de racionalização, gradativamente, modificou o perfil de operariado. A exigência de escolaridade afastou grande parte dos trabalhadores menores dessa e de outras indústrias. Para grande parte das mulheres de baixa condição social e econômica, que antes trabalhavam como fosforeira, a partir daí restou apenas a opção do trabalho doméstico.



As operárias da Fiat Lux prestigiando o time de futebol masculino da Fábrica.  
Coleção: Elizabeth Smoger



Operárias da Fiat Lux posam em traje de passeio no pátio da fábrica.  
Coleção. Elizabeth Smoger



Operários da Fiat Lux no pátio interno da fábrica.  
Coleção: Elizabeth Smoger



Operários e familiares da Fábrica Fiat Lux durante as comemorações de Natal de 1953.  
Coleção: Elizabeth Smoger



Grupo de operárias da Fiat Lux durante um baile na década de 50.  
Coleção: Elizabeth Smoger

### 3.5 MULHER E TRABALHO: O OLHAR DAS OPERÁRIAS

A história cultural [...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. CHARTIER<sup>59</sup>

O discurso de algumas narradoras sobre a experiência do trabalho se aproxima da ficção, à medida que, ao revisitar o passado, elas reinventam o seu depoimento com os olhos no presente. Elizabeth incorpora uma visão romanceada à sua memória, quando afirma: *“meu grande sonho era trabalhar na Fiat Lux.”* Emília faz o mesmo quando conta que adorava ver as operárias que passavam de avental xadrez em frente ao colégio de freiras onde estudava, e que ela e várias colegas escreviam que quando crescessem iriam trabalhar na fábrica de fitas. Esse também era seu sonho.

Enquanto essas têm uma visão épica sobre a fábrica e o trabalho, outras negam a sua condição de operárias, recusando-se até mesmo a falar sobre o assunto. Quando solicitadas a falar sobre a sua experiência, vem logo a pergunta: *“Mas, porque você quer saber sobre isso, já faz tanto tempo”*.

Ninguém se comporta passivamente quando convidado a falar sobre o tema. Recordar com saudosismo ou escamotear a realidade com respostas evasivas do tipo *“eu trabalhei apenas alguns meses”*, quando a ficha de registro comprova a sua permanência na fábrica durante anos, faz parte das representações presentes na memória dessas mulheres.

Vencida a primeira etapa de reconhecimento mútuo e das devidas explicações quanto aos objetivos do projeto, elas foram convidadas a assumir a

---

<sup>59</sup> CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-7.



condição de narradoras para reconstruir sua memória. “*Para o historiador, o encontro com o entrevistado é sempre um interrogação, como diante de um documento desconhecido*”.<sup>60</sup> Se a grande maioria começava afirmando não ter nada de importante a dizer, uma delas disse logo no início da entrevista que sempre ficou esperando que alguém escrevesse sobre a sua vida. Para ela, a experiência do trabalho era a própria experiência de vida e de luta.

Nos discursos, a postura frente ao trabalho aparece intimamente ligada às heranças culturais. As descendentes de imigrantes, independente da condição econômica ou familiar, aceitavam o trabalho fora de casa como uma etapa a ser cumprida antes de chegarem na idade adulta. O trabalho era um aprendizado necessário. Entrar na fábrica era como ir para a escola, onde, além de mostrar um bom desempenho, era preciso respeitar as normas impostas. Para elas, mesmo que não tivessem acesso ao salário, trabalhar era sinônimo de melhores condições de vida para a família.

A partir do trabalho, elas podiam atingir mais rapidamente o projeto do casamento, que, segundo a tradição dos diferentes grupos de imigrantes, exigia a confecção de um enxoval razoável e a realização de uma grande festa, por conta dos pais da noiva. Se na área rural era possível criar animais especialmente para os festejos e contar com a ajuda dos vizinhos no preparo da festa, na cidade a única forma de manter as tradições era ter uma quantia razoável para fazer frente às despesas. A mudança para a zona urbana podia alterar a organização familiar, mas não o estilo de vida da família.

---

<sup>60</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 21.

A idéia formulada pelos imigrantes de que os brasileiros eram avessos ao trabalho, tinha como conseqüência a valorização da mulher imigrante, tida como laboriosa e econômica, ao contrário da brasileira que, desde os tempos coloniais, gozava de má fama como dona-de-casa. Em Curitiba, desde o início do século, os intelectuais chamavam a atenção para o fato de os casais estrangeiros, ao contrário dos brasileiros, atingirem em pouco tempo a prosperidade, garantindo assim o seu futuro e o de sua prole.<sup>61</sup>

Na fala das luso-brasileiras o trabalho tem a conotação de obrigação, mesmo porque dentre elas trabalhavam apenas as que tinham absoluta necessidade. Viam o trabalho da fábrica como um sacrifício do qual somente poderiam se libertar através do casamento. *“O sonho delas era arrumar marido e se mandar porque elas achavam que a fábrica era um inferno [...] Muitas diziam: ‘Quero sair desse inferno, vou me casar’ (ELIZABETH).*

Ao falar da decisão de sair do trabalho ao casar-se, aos 25 anos, Hilda diz que *“foi mais minha, eu estava tão cansada de trabalhar já, eu queria ver se descansava, pensava que [trabalhar em casa] era melhor”.*

A análise dos depoimentos mostra que todas, invariavelmente, buscavam o casamento e a maternidade como projeto de vida. *“Na época geralmente quem casava saía. Eu por exemplo, casei com uma da fábrica de fitas [...] mas tirei ela do emprego. A gente tirava a mulher do emprego, não ficava no emprego” (FABINO).*

---

61 TRINDADE, p. 144.

No imaginário<sup>62</sup> dos operários e operárias, estava presente a representação do casamento segundo o modelo burguês, em que o homem desempenha o papel de mantenedor e à mulher fica reservado o cuidado da casa e dos filhos.

A análise da legislação trabalhista está aí para demonstrar que o Estado, então, procura atar a mulher a um tipo circunscrito de ocupações cujos salários são mais baixos e as oportunidades menores. Trabalhos com os quais as mulheres não se comprometam e fiquem reservadas para o papel que delas se espera e através do qual a identidade social e psicológica foi constituída: a maternidade. (PENA: 1986, p. 213)

As próprias operárias não admitiam ter de trabalhar fora depois de casada, a não ser por extrema necessidade. Nas falas, são freqüentes expressões como *“graças a Deus nunca precisei trabalhar depois de casada [...] a gente é pobre mas sempre deu para viver”* (IDALINA), ou ainda, *“eu queria trabalhar fora mas meu marido não deixou porque achava que mulher que trabalhasse fora não prestava. Então como ele não deixava....”* (LUIZA). *“Não me lembro de nenhuma [mulher] continuar trabalhando, aquele tempo não podia, porque achavam que era desmoralização, porque já casava, já era outra vida, não podia trabalhar mais”* (THEREZA G.).

Quando aconteciam casamentos entre operários, normalmente, a moça deixava de trabalhar. *“Os mecânicos casavam com moças da fábrica e depois tiravam elas de lá. O maior orgulho deles era tirar elas de lá”* (ELIZABETH). Segundo Elizabeth, os operários da Fiat Lux eram muito preconceituosos, *“achavam que toda mulher que trabalhava fora eram levianas [...] algumas mulheres ficavam bravas [com os comentários], mas a maioria não dizia nada”*.

---

<sup>62</sup> O conceito de imaginário está sendo empregado como um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. PESAVENTO, p. 9.

Francisco, que se casou com uma operária da Fiat Lux, conta que “*dava muito casamento ali [...] todas elas que casaram saíram, não era só lá, era em todo lugar, mulher casada tinha que sair da empresa*”. E continua:

Naquela época a mulher casava e o marido tinha que garantir as calças que vestia [...] O camarada pra casar tinha que sustentar a mulher. Foi difícil, a gente passou situação apertada e tudo, mas graças a Deus nunca passamos fome, se virando trabalhando, eu trabalhava lá [na Fiat Lux], depois arrumei um serviço no Jôquei Clube, aí eu trabalhava sábado e domingo no Jôquei Clube [...] trabalhei 8 anos lá (FRANCISCO).

Apesar de terem convivido com um número razoável de mulheres casadas dentro das fábricas, de um modo geral, as entrevistadas negam a sua presença. Quando questionadas respondem, invariavelmente, que eram obrigadas a pedir demissão quando se casavam. No entanto, o número de operárias casadas, e com filhos, obrigou a Indústria Venske a instalar um creche, dentro da fábrica, na década de 50. Novamente, está presente no imaginário que nenhuma mulher trabalhava fora após o casamento. Mesmo quando continuaram saindo de casa para trabalhar, depois de casadas, elas negam a condição de trabalhadoras. Apesar de ter saído de casa, durante um ano para costurar, Renata diz: “*depois de casada eu não trabalhei, só costurei*”.

Muitas das entrevistadas voltaram ao trabalho depois que ficaram viúvas. As que tinham maior grau de escolaridade foram para o serviço público e conseguiram se aposentar, como ocorreu com Thereza S. e Yolanda. Outras, tiveram de trabalhar como empregada doméstica para sustentar os filhos pequenos.

Eugênia\* , que trabalhou na fábrica de metros quando era garota, precisou voltar a trabalhar quando separou-se do marido. Conseguiu um emprego na fábrica de Pianos, mas era tratada com muito preconceito pelos chefes e empregados

---

\* Eugênia Pockrandt, descendente de alemães, nasceu no bairro do Ahú, em Curitiba, em 1920. Começou a trabalhar aos 14 anos na fábrica de fitas Haltrich onde permaneceu até o casamento aos 19 anos. Depois de casada, durante a década de cinquenta, trabalhou na fábrica de Pianos Essenfelder.

(homens e mulheres). Apesar de ser uma operária muito produtiva e assídua (conseguia fazer o trabalho de dois homens), era chamada atenção por qualquer coisa que acontecesse no seu setor. Acabou pedindo demissão. Como não conseguiu outro emprego, teve que se sujeitar a trabalhar como empregada doméstica para sobreviver.

O grande sonho de todas elas era casar-se. *“Algumas operárias casaram muito bem. A Euzi [da Fiat Lux] casou com um médico e mora hoje no Rio de Janeiro”* (ELIZABETH). Mas, enquanto o casamento não aparecia, era preciso sobreviver. Então, adaptar-se era a lei. Depois de alguns anos de experiência, as operárias passavam a ver a fábrica como se esta fosse a sua casa, transferindo para o ambiente de trabalho as suas representações do mundo feminino. No caso de Idalina, operária da fábrica de fósforos que sempre morou em casa de estranhos, essa relação era evidente:

Cada moça da seção de selo tinha uma máquina e cada uma cuidava da sua [...]. Se você era caprichosa tinha que limpar bem tua máquina, se era relaxada você deixava como queria [...] passei [kaol] na minha máquina todinha, *limpei que ficou brilhando* [...] Daí eu ficava na minha máquina, que era só minha, eu limpava, deixava brilhando (IDALINA).

Na sua fala, a fábrica aparece como sua casa e a relação que ela mantém com a máquina é de posse. Esse sentimento faz com que ela se revolte quando, após ser transferida temporariamente para um outro setor, ao retornar à seção de origem, ela encontra “sua máquina” suja.

Aí eles me emprestaram<sup>63</sup> da minha seção do selo pra as máquinas automáticas [...] daí quando eu fui pra lá eles puseram outra moça na minha máquina, mas deixou uma bagunça na minha máquina [...] Aí eu vim louca da vida de lá quando vi minha máquina bagunçada. Quando eu chego que eu olhei aquela máquina, aquela bagunça eu peguei uma pá que era de folha, toquei na chave [de um fusível] e saiu uma faiscada danada (IDALINA).

---

63 Simone WEIL diz que *“no nível do operário, as relações estabelecidas entre os diversos cargos, as diferentes funções, são relações entre as coisas e não entre os homens”*. In: WEIL, p. 135.

Os valores femininos ligados à ordem e à limpeza se sobrepõem à disciplina. Ao receber uma reprimenda pela atitude que poderia pôr em risco a sua segurança, a operária defende seu ponto de vista e recebe uma suspensão por indisciplina.

Habituada a responder por seus atos, Idalina diz que não se curvou diante do subgerente: *“O que o Sr. pensa que eu sou, porque eu sou operária eu tenho que escutar tudo o que o Sr. bem quer me dizer?”* Novamente não se submeteu quando um funcionário do escritório veio buscá-la apressadamente para que se cumprisse a suspensão: *“Você acha que vou sair toda desmontada na rua? Não vou mesmo, vou me arrumar, vou me pentear, como eu saio todo dia às 5 horas. Pode me esperar”* (IDALINA).

Saber até que ponto o discurso individual, feito no presente, se aproxima do acontecido no passado é uma tarefa quase impossível para o historiador, já que, diferentemente da história, que opera com o que se torna público, *“a memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual”*.<sup>64</sup> De qualquer forma, representações como esta não aparecem em nenhuma fala das operárias que trabalharam nas outras duas indústrias pesquisadas.

Apesar desse episódio, Idalina continuou trabalhando na mesma seção. Por ser uma operária produtiva e responsável, alguns anos depois foi convidada a assumir o cargo de apontadora. Logo que assumiu o cargo de chefia foi chamada pelo mesmo subgerente, que lhe disse:

Idalina, eu gostaria que você melhorasse um pouquinho o visual, porque você agora é uma apontadora. Eu disse: ‘Olha, Dr. Wendler, o Sr. vai me desculpar, mas eu vou continuar como eu sou, uma que eu não tenho condições de me arrumar melhor do que eu estou e outra que eu vou continuar com as minhas amigas como elas são eu também vou continuar, só eu mudo porque eu tenho mais responsabilidade do que elas, se o Sr. aceitar assim está muito bom, se o

---

64 MONTENEGRO, p. 20.

Sr. não aceitar, então o Sr. ponha outra no meu lugar. [...] Agora quando eu ia no escritório para levar as folhas aí sim eu tirava o avental, me penteava, me arrumava... (IDALINA).

Ao reconstruir o diálogo, ela novamente procura demonstrar sua independência, deixando claro que, apesar de ter ascendido na hierarquia da fábrica e ter consciência dessa situação, a sua condição de vida fazia com que ela se identificasse mais com as companheiras do que com os chefes.

O sentimento de identidade demonstrado em relação às trabalhadoras, no entanto, estava restrito ao grupo de mulheres da Fiat Lux. Da mesma maneira que ocorria na Venske, eram as condições materiais diferenciadas das operárias de outras fábricas que colaborava para a noção de pertencimento a um determinado grupo de mulheres que precisava lutar para sobreviver.

### 3.6 A DIFERENÇA NAS FALAS

A idéia de temporariedade, inerente à condição de assalariadas, fez com que essas operárias aceitassem passivamente as condições de trabalho e salário, sem um envolvimento maior com organizações sindicais ou partidárias. Nesse sentido, elas sentiam-se periféricas em relação ao mundo do trabalho e não construíram nenhuma identidade enquanto trabalhadoras. *“Ela não vende sua força de trabalho nas mesmas condições que os homens vendem a sua, ao mesmo tempo em que não experimentam o trabalho de forma equivalente”*. (PENA: 1986, p. 211)

Porém, onde as relações de trabalho eram mais duradouras, a convivência de vários anos dentro da fábrica fazia surgir, além da amizade, uma relação de identidade entre as operárias. Na fábrica de fitas, a situação semelhante, em termos de projetos, condições de vida e faixa etária, criava no grupo uma certa noção de igualdade e pertencimento entre elas. Se pensarmos em “classe social”, como uma

condição que é comum a um conjunto de indivíduos, poderíamos enquadrá-las nesse conceito. No entanto, percebe-se que essa noção de pertencimento e identidade era restrita aos grupos específicos de cada indústria e, sobretudo, que nessa relação também estava explícito o sentimento de exclusão em relação “às outras operárias”. As outras eram aquelas que trabalhavam por questões de sobrevivência.

As operárias da Venske dizem que não tinham interesse em trabalhar na fábrica de fósforos porque “*não queriam se misturar*”, achando que as operárias que trabalhavam nesta fábrica “*eram de um outro nível*”. Renata diz que nunca pensou em trabalhar na fábrica de fósforos, porque “*nem sabia que essa fábrica existia*”, mas na fábrica de metros, que era próxima à Lucinda, ela diz que não teve interesse porque “*as moças de lá eram mal faladas*”.

Nos depoimentos das operárias da fábrica de fitas, a questão da alteridade é colocada claramente. “*Nós éramos as maiores, as mais pretensiosas. No Clube Morgenau existia até um grêmio da turma lá da fábrica, nós não dançávamos com pé-de-chinelo*” (YOLANDA).

Segundo Etelvina TRINDADE, “*à medida que as pessoas se identificam como membros de alguma categoria “étnica” tomam posições em sistemas de relações intergrupais culturalmente definidos*”.<sup>65</sup> No estudo sobre mulheres curitubanas no período republicano, essa autora lembra que no final da década de 1910 operárias da Venske entraram em greve pelo fato de a empresa ter admitido no serviço elementos que, segundo elas, não correspondiam aos padrões morais exigidos para o convívio entre moças honestas.<sup>66</sup> Ao analisar a mulher trabalhadora,

---

65 Ibid., p. 145.

66 Ibid., p. 277.



enquanto figura feminina definida primordialmente pelo corpo, Marilena CHAUI lembra que para se tornarem aptas ao trabalho as mulheres passam por um processo de disciplinarização, em que *“elas próprias se encarregam de vigiar e punir a sexualidade das outras, agora em nome do modelo da ‘boa trabalhadora’*.<sup>67</sup>

Nessa empresa ocorria uma identificação étnica e cultural entre os empregados, devido à preferência dos patrões em contratar descendentes de imigrantes. *“Na fábrica de fitas não tinha muita mistura, trabalhavam só moças claras. Eles não gostavam das morenas”*( ELYDIA\* ). *“Eles não aceitavam gente de cor [...] Eles gostavam mais de estrangeiro. Eles peneiravam”* (GENIL). Zelly conta que sua irmã mais velha tentou trabalhar na fábrica de fitas mas não foi admitida por causa da cor morena. *“No começo ela quis [trabalhar na Venske], antes do que eu, mas na época eles não aceitavam morena, de jeito nenhum [...] na minha época eles já aceitavam [...] Como não conseguiu emprego lá foi trabalhar na Fiat Lux”* (ZELLY).

Esse comportamento, além de atender aos interesses dos patrões, que assim podiam contar com empregados laboriosos<sup>68</sup>, interessava às famílias das trabalhadoras, porque suas filhas estavam trabalhando num ambiente saudável, muito semelhante ao lar paterno, em que a preservação dos costumes e da moral estava garantida. Ali as moças estavam a salvo das investidas de patrões e gerentes de comportamento moral duvidoso, como ocorria em outras fábricas. *“Os patrões*

---

67 CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, v.4. p. 57, 1985.

\* Elydia Bonamin, descendente de italianos, nasceu em Curitiba em 1914. Começou a trabalhar na fábrica de fitas aos 13 anos e lá permaneceu durante 20 anos. Saiu em 1937 para casar-se.

68 Dentre os estereótipos construídos pelos imigrantes contra os elementos locais estava a inadequação aos trabalhos físicos.

*só chamavam a gente de senhora [...] ali sempre teve moças muito boas, de família*” (GENIL). *“Eles eram muito rigorosos com a questão moral, qualquer deslize era motivo para demissão”* (FABINO).

Um dos grandes argumentos utilizados para afastar as mulheres do trabalho era o discurso sobre o perigo que elas corriam ao estarem em contato com pessoas de outro gênero, o que podia colocar em risco a honra familiar. O controle do comportamento sexual feminino era feito por meio da idéia da mulher frágil, sempre ameaçada pelo instinto masculino. Genil conta que fez uma tentativa de trabalhar num escritório, mas foi impedida pelo pai: *“Filha minha não trabalha em escritório, preferia que trabalhasse na fábrica de fitas”* (GENIL).

Além de ser um local moralmente seguro, outra coisa que atraía os trabalhadores para a fábrica de fitas era a possibilidade de ganhar um bom salário.

Essa ganhava de todas, tanto no salário quanto no nível [...] exigia-se o curso primário [...] [Na Mimosa] trabalhava bastante gente, mas o nível era um pouco mais baixo, a Pinheiro [Fiat Lux] era a mesma coisa [...] trabalhavam algumas da nossa região, mas a maioria procurava ir para a fábrica de fitas (FABINO).

Ao falar da diferença existente entre as operárias da fábrica de fitas e as moças de outras fábricas, o velho italiano, gerente da fábrica de fósforos Mimosa, referindo-se a Venske, costumava dizer: *“Pra mim só deixam as pretas, levam as bonitas e deixam as pretas”* (FABINO).

Além de serem favorecidas pelo biótipo que era sempre associado à aparência saudável, com os salários pagos pela empresa, as “fiteiras” tinham melhores condições de investir na aparência. *“Como o salário era bom dava pra se vestir bem [...] a gente comprava tecidos na Tecelagem Imperial e no Louvre”* (THEREZA S). Elas contam também que algumas operárias procuravam esconder a

sua condição e *“saíam da fábrica com o caderninho embaixo do braço para fazer de conta que eram estudantes”* (YOLANDA).

Apesar de contratar preferencialmente descendentes de imigrantes, na Lucinda a situação era diversa. Por ser um grupo restrito, as pessoas se identificavam culturalmente, mas não enquanto trabalhadores da indústria. Os baixos salários e as precárias condições materiais não permitiam o mesmo sentimento de identidade presente nas operárias da fábrica de fitas. Renata diz que não saía com nenhuma colega da fábrica Lucinda porque morava do outro lado da cidade *“e não conhecia quase ninguém”*. Angélica conta que, apesar de algumas amigas da Lucinda terem ido à sua festa de casamento, durante os seis anos que trabalhou na fábrica nunca participou de qualquer programa de lazer junto às colegas.

Se nas fábricas dirigidas por proprietários estrangeiros é possível vislumbrar um sistemas de relações intergrupais culturalmente definidos, isso não ocorre com a Fiat Lux. Nesta empresa, o perfil heterogêneo dos operários e operárias, somado às relações de poder dentro da fábrica e à grande rotatividade de trabalhadores, não permitia que eles se identificassem enquanto grupo. *“A rotatividade (para ambos os sexos) era muito grande. Em dois anos o pessoal se renovava”* (LÉO).

Somente após a construção de uma sede social para os empregados, no final dos anos 50, é que houve uma certa integração entre os operários. *“Depois disso, volta e meia eles se reuniam no pavilhão da fábrica [...] faziam festas, teatros”* (LÉO).

Na fábrica de fósforos, a questão da alteridade está presente dentro do próprio espaço fabril. A diversidade étnica e social dos operários originava a formação de grupos distintos. Enquanto as mulheres se dividiam quanto à origem, para os homens o critério era moral. Para eles, as mulheres que moravam longe da família ou apresentavam algum nível de independência não eram moças “sérias”. Já para as mulheres, a diferença estava na postura frente ao trabalho. As brasileiras consideravam que as descendentes de imigrantes tinham um comportamento superior em relação a elas. *“A Elizabeth era alemã, ela tinha que ser importante, né. Então nós brigava. [...] A maioria [das alemãs] era assim, tinha umas metidas”* (IDALINA).

O comportamento de Elizabeth frente ao trabalho incomodava as operárias que assumiam uma postura conformista diante da sua condição de vida, acreditando muitas vezes que somente o “destino” poderia transformá-la. Fazer do trabalho o projeto de vida, como fez Elizabeth, a diferenciava do modelo de mulher que homens e mulheres estavam habituados. Referindo-se aos conflitos gerados pelo seu comportamento quando assumiu o cargo de supervisora, ela diz:

Elas eram revoltadas, essas encarregadas antigas, porque ela não subiram, não estudaram, não fizeram nada pra melhorar, elas nunca se conformaram de eu chegar a ser supervisora que nunca tinha acontecido na Fiat Lux, eu fui a primeira e única. As que tentaram depois não conseguiram também. Eu fui a única que fui, fui, fui brigando e consegui ... e saí brigando. Entrei brigando e saí brigando. Ninguém me abateu, entende, eu quis lutar por aquilo, nem que seja pelo salário mínimo, mas eu gostava de fazer aquilo e fazia aquilo e fazia bem feito (ELIZABETH).

Além de ser a única entrevistada que fez da carreira o seu projeto de vida, ela também é a única das mulheres que demonstra ter uma visão política sobre a indústria e as relações de trabalho e poder existentes no interior da fábrica:

Nos quase 40 anos que eu trabalhei lá modificou três vezes as máquinas. [A primeira mudança ocorreu em 59/60]. Assim como o maquinário mudou, a cabeça dos homens vinha mudando [...] Veio mais modernismo. Quando eu entrei lá era pá e picareta, quando eu saí era computadorizado. Eu acompanhei a evolução, muita gente não acompanhou. Eu “apanhei”, mas acompanhei [...] por isso que eu fui pra escola, quando eu vi ‘oh, eu não vou acompanhar esse negócio’, eu fui pra escola. Isso foi em 64 na época da revolução [...], não dava mais, eu era apontadora, eu era secretária da CIPA e poxa, só tinha o terceiro ano primário. Eu comecei

de me achar por baixo, daí fui pra escola em 64. Eu fiz o ginásio e depois fiz [curso de] química industrial na Escola Técnica [...] Estudava à noite [...] Em 1971 eu me formei como química, daí a situação melhorou na fábrica, mas daí começou a luta pesada com os homens [...] Nos cargos de chefia a faixa [de salário] do homem sempre foi o dobro do que a das mulheres mesmo que ela fizesse o que ele faz (ELIZABETH).

Atenta aos processos de mudança, ela compreendia que era necessário acompanhar as transformações que estavam ocorrendo na fábrica (o projeto de racionalização) e no país (a Revolução de 64). Enquanto Idalina diz que “*estava satisfeita, todo mês subia o meu salário*”, Elizabeth demonstra uma postura crítica em relação à política salarial da indústria.

O salário não era bom. A Fiat Lux foi muito má pagadora. A gente trabalhava por amor à camisa. Eu trabalhei 19 anos ganhando o salário mínimo lá. Esta casa aqui eu comprei [em 1967] ganhando salário mínimo, por isso que eu gosto tanto dela [...] eu sei o que ela me custou. Eu paguei em 20 prestações (ELIZABETH).

Para entender o comportamento solitário de Elizabeth, faz-se necessário recorrer novamente a BOURDIEU<sup>69</sup>, que considera que a história do indivíduo é uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou classe. Ao fazer esse tipo de análise, ele faz uma aproximação com a escola fenomenológica, que privilegia a experiência primeira do sujeito, dando fundamental importância ao período de formação das primeiras categorias e valores que orientarão a prática futura do ator. Segundo ele, o “habitus” adquirido na família estaria no princípio da estruturação de todas as experiências posteriores. Nesse sentido, a história de um indivíduo seria uma “variante estrutural” do “habitus” de seu grupo ou classe. O estilo pessoal seria então um “desvio codificado” em relação ao estilo que lhe serviu de modelo.<sup>70</sup>

A história de vida de Elizabeth está pautada na tentativa de vencer as dificuldades impostas pelas condições objetivas (morte da mãe, doença do pai). Para ela, a única forma de se manter enquanto sujeito era pelo trabalho. A atitude de não

---

<sup>69</sup> ORTIZ, p. 18.

<sup>70</sup> Id., ibid.

se adaptar ao modelo vigente, em que a mulher deveria se sujeitar ao homem, era vista como uma postura “desviante”. Ao romper com o modelo, ela acabava estabelecendo uma relação de confronto com os homens de modo geral (mecânicos, chefes) e também com a maioria das mulheres. *“Ninguém gostava dela”* (IDALINA).

Ao buscar nos discursos das operárias as suas representações sobre a alteridade e as relações de poder, verificamos que os conflitos existiam mesmo onde as operárias procuram negá-lo com veemência e unanimidade. Durante os depoimentos, eles brotam escondidos, quase invisíveis, nas conversas paralelas, e acabam emergindo no momento que uma das entrevistadas diz que não conseguia ganhar tão bem quanto as outras, porque não era a preferida da mestra. *“Tinha uma mestra que vivia batendo na mão da gente se não fizesse o serviço como ela queria. Se passasse uma fita (que às vezes vinha fita com emenda) e a gente não pegasse ligeiro a emenda pra pôr na mão dela ela já fazia assim [fazendo o gesto] na mão da gente”* (EMÍLIA).

Outra reclamação contra as chefias, na fábrica de fitas, era a discriminação que estas faziam na hora de distribuir os fios de seda. *“A ‘Loirinha’ dava seda ruim para nós. Ficava com a seda melhor pras amigas dela. Pra nós ela dava a seda que arrebetava mais e daí a gente não conseguia ganhar bem”* (EMÍLIA). *“Pra ela era a fita melhor, as de metragem mais curta era pra nós, as mais compridas eram pra ela”* (YOLANDA).

Após falarem sobre os conflitos, ficou mais fácil fazer uma reflexão sobre as condições de trabalho da época. O tipo de trabalho prejudicava a visão, além do pó da seda *“que causava sinusite”* (EMÍLIA). *Imagina, a fita bebê [...] veja quantos fiozinhos têm ali. Quando arrebetava um a gente já via a falha, daí tinha*

*que achar o lugarzinho dele lá e enfiar pra fechar. Quer dizer que... de pequeninha, já forçando. Todo mundo foi trabalhar com 13,14 anos...” (DORIS).*

A gente enfraqueceu muito a vista, acho que todas que trabalharam lá, foi o que aconteceu. Porque a seda corria muito e conforme a fita [...] eram várias cores, as fitas largas, xadrez, essas fitas também eram várias cores, então a gente tinha que estar com a vista atenta ali, porque se arrebetasse um podia arrebetar a peça toda da fita. Então tinha que cuidar muito, não podia desviar a vista dali e aquilo embaralhava muito a vista (EMÍLIA).

À medida que discutem no coletivo algumas questões que no início da entrevista pareciam não ter nenhuma importância, elas descobrem que durante o tempo em que foram operárias estiveram atreladas às amarras impostas pela família e pelos patrões. Ao discutirem a sua passividade diante da situação imposta e a falta de visão política para buscar melhores condições de trabalho ou de salário, uma delas sintetiza com muita sabedoria: *“A gente era burra [...] achava que estava tão bom. A mamãe gostava do nosso salário e como não era para sempre ... Então a gente ficava”* (LUIZA S.).

### 3.7 HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, CULTURA E REPRESENTAÇÃO

A ausência de documentação escrita sobre a vida privada das operárias levou à opção pela história oral, como forma de apreender as práticas e representações presentes no seu dia-a-dia, uma vez que a oralidade é um dos caminhos possíveis para compreender as estruturas do cotidiano e do privado<sup>71</sup>, sem, no entanto, perder de vista a noção de totalidade, que é o objetivo último do historiador.

---

<sup>71</sup> Ver SCHWARZ, Bill. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p.67-79; PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. org. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 192.

Ao longo da pesquisa, observou-se que as mulheres operárias pertenciam a espaços culturais diversos, e que fazer qualquer generalização seria impossível. Ao trabalhar com diferentes culturas, lidamos com diferentes historicidades.<sup>72</sup>

Da mesma forma que a história escrita não constrói o passado, mas é apenas uma narrativa sobre o passado, a história oral busca uma outra forma de abordar o real sem, por isso, ter a pretensão de estar mais próxima do vivido. “*O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E nesse hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador*”.<sup>73</sup>

O conhecimento do social pela história oral não é uma tarefa fácil. Ao contrário, ela exige que o historiador esteja atento às limitações, os riscos e às armadilhas que a utilização desse tipo de fonte pode trazer.<sup>74</sup> No entanto, é bom lembrar que os perigos e as angústias não são um privilégio daquele que trabalha com história oral, mas de qualquer trabalhador intelectual.

Uma das críticas feitas ao uso da história oral está relacionada ao caráter de intencionalidade presente na criação do documento, que por esse motivo poderia ser manipulado ideologicamente no momento de sua produção. No entanto, as fontes documentais escritas “*não são tão involuntária e naturalmente legadas a nós como se poderia pensar*”.<sup>75</sup> É certo que a feitura da documentação oral ocorre num processo de cumplicidade entre quem narra e quem produz, mas ela é determinada

---

72 SAHLINS, Marshall, citado por COSTA, Suely G. op. cit., 1993. p.19.

73 MONTENEGRO. p. 10.

74 Ver HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: O direito à memória. op. cit., 1992. p. 157-160.

75 PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter, org. A escrita da história. op. cit., 1992. p. 188.



em dois momentos distintos. Num primeiro momento, quando o documento é criado existe consenso entre entrevistado e entrevistador. Ao elaborar a sua fala, o entrevistado leva em conta as referências que recebe do entrevistador, fazendo opções e recortes. *“A entrevista é um campo relacional, onde depoente e pesquisador analisam-se constantemente, procurando inserir e reinsserir os temas de interesse no diálogo estabelecido”*.<sup>76</sup>

Porém, num segundo momento, quando ocorre a análise feita pelo historiador, o consenso deixa de existir. Aí cabe ao historiador, como com qualquer outro documento, a conceituação e a análise. A partir daí ele passa a construir o seu próprio discurso, a sua própria verdade, uma vez que *“a história não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história”*.<sup>77</sup> Segundo Paul RICOEUR, *“a pretensão de atingir uma representação pura e verdadeira do passado cedeu lugar à noção de que uma certa subjetividade [...] é inerente ao trabalho do historiador”*.<sup>78</sup>

Outra queixa comum seria a de que os dados orais não podem explicar a mudança, que é o objetivo do historiador; mas, segundo PRINS isso não é totalmente verdadeiro, até porque em *“algumas circunstâncias [...] a continuidade é muito mais interessante e muito mais difícil de ser explicada do que a mudança”*.<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> VIDAL. Diana Gonçalves. No avesso das teclas: virtuosos e concertistas da sinfonia (sempre) inacabada do trabalho. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. p. 15.

<sup>77</sup> RAGO. Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da., org. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81.

<sup>78</sup> GUARINELLO. Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 28, p. 182, 1995.

<sup>79</sup> PRINS. p. 171.

Se o papel do historiador é construir conhecimento, a escolha do método vai refletir a sua postura frente a essa produção. Ao optar pela história oral, além de se deparar com as questões relacionadas aos problemas metodológicos<sup>80</sup>, ele deve ainda enfrentar o debate sobre as relações entre história e memória.

Durante o iluminismo, no século XVIII, a busca de uma historiografia baseada em princípios racionais, “*em oposição aos mitos, às lendas e às superstições, comprometeu sensivelmente o campo da memória coletiva e também as percepções sobre a memória e seu lugar no campo do conhecimento*”.<sup>81</sup>

No entanto, embora a razão tenha prevalecido no pensamento histórico iluminista, a discussão desse conceito levou uma dessas correntes de pensadores a concluir que, sendo ela (a razão)

uma concepção relativista, enraizada na história dos costumes e crenças dos povos [...] a história não precisaria mais banir do campo da verdade os elementos da memória, pois a razão passava a ser entendida como um atributo adquirido historicamente no desenvolvimento de cada povo e comunidade, segundo hábitos, sistemas de valores e crenças.<sup>82</sup>

No século XIX, quando a história se configurou enquanto disciplina científica capaz de apreender a verdade de forma objetiva e verdadeira, a cisão entre história e memória tornou-se cada vez mais evidente.

A partir daí, “*o saber científico, única fonte do conhecimento deveria se despojar da imaginação deformadora*”<sup>83</sup>, passando então a existir uma distinção bastante precisa entre a memória coletiva e a história propriamente dita.

---

<sup>80</sup> Sobre esta questão ver FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de M.; ABREU, Alzira Alves de. et al., org. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>81</sup> DE DECCA, Edgard. S. As desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da., org. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 64.

<sup>82</sup> Id., p. 67-8.

<sup>83</sup> PESAVENTO, p. 11.

Dentre os diversos autores que centraram seus estudos sobre o tema da memória, o sociólogo francês Maurice HALBWACHS<sup>84</sup> foi o que procurou estabelecer relações entre memória e história, fazendo uma clara distinção entre memória individual (interna, pessoal, autobiográfica) e a memória coletiva (externa, social e histórica). Para ele, “*a memória coletiva não se confunde com a história [...] [porque justamente] a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social*”.<sup>85</sup> Memória e história seriam, portanto, formas diferentes de se organizar o passado.

HALBWACHS considera que existem muitas memórias coletivas, mas “*a história é uma e podemos dizer que não há senão uma história*”.<sup>86</sup> Dentro desta visão, seria impossível uma ponte entre memória e história e, jamais, a memória poderia ser utilizada como documento histórico.

Edgar DE DECCA, em um artigo denominado Memória e Cidadania, ao analisar os problemas relacionados à memória coletiva e à historicização da memória, diz que há “*uma distância significativa entre história vivida e percepção histórica do vivido, isto é, entre a história vivida [presente no campo da memória coletiva] e aquela escrita pelos historiadores*”.<sup>87</sup>

Ao analisar o pensamento de Halbwachs, MONTENEGRO diz que certamente a nítida distinção entre memória e história deve ser considerada, uma

---

<sup>84</sup> Para HALBWACHS o modo de lembrar é ao mesmo tempo individual e social. Através da ação coletiva do grupo as lembranças são retidas e transmitidas, reforçando a memória individual. “O indivíduo, contudo, ao trabalhar essas lembranças, que são coletivas, lapida-as segundo determinações colocadas pela sua percepção e consciência particular, que por sua vez são determinadas pelos grupos de convívio nos quais os indivíduos estão integrados. A lembrança, por conseguinte, é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de informações do presente”. (DE BEM, Cleide Perito. op. cit. p.39).

<sup>85</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p. 80.

<sup>86</sup> Id., p. 85.

<sup>87</sup> DE DECCA, Edgar. S. Memória e cidadania. In: O direito à memória. op. cit., 1992. p.

vez que “o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história”.<sup>88</sup> Mas, considerando que a memória é uma reflexão sobre o mesmo passado que é construído pela história, poderíamos dizer, baseando-se em LE GOFF, que, embora em campos distintos, elas são inseparáveis<sup>89</sup>, ou ainda que “ambos realizam recortes e construções de uma realidade sobre outra, já construída”.<sup>90</sup>

A forma como a pesquisa histórica tem sido conduzida mais recentemente, onde a história é construída dentro da experiência e da vivência, possibilitou o uso da memória, não mais para dar sentido ao passado, mas para entender o presente.

A memória [...] como fundamento mesmo da tradição de uma cultura, como produto social, liga-se à reprodução da sociedade, organiza e reproduz constâncias, repetições [...] fixa os sentidos e as identidades, permitindo à sociedade, aos grupos e às classes em seu interior, traçar suas origens, garantir e reconhecer sua permanência e sua identidade a despeito do tempo [...] ela também é uma ação reflexiva que [busca] as diferenças, as transformações, a mudança.<sup>91</sup>

Ao falarem sobre sua experiência de vida, os narradores elaboram discursos, em que estão estabelecidos determinados imaginários<sup>92</sup>. Nesse sentido, a memória, enquanto uma visão subjetiva do passado, é sempre uma representação e deve ser interpretada como um produto cultural.<sup>93</sup> “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.<sup>94</sup>

88 MONTENEGRO, p. 17.

89 Id., ibid.

90 BARROS, Myriam Moraes de Lins. Memória e família. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 32-3, 1989.

91 GUARINELLO, p. 188-189.

92 MONTENEGRO, p. 11.

93 SCHWARTZ, Bill. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In: In: O direito à memória. op. cit., 1992. p. 67-79.

94 BOSI, Ecléa. Memória e sociedade ... p. 17.

A noção de representação é discutida por autores como CHARTIER, para quem as representações sociais são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as engendram; por LE GOFF, que a vê como a *“tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração”*,<sup>95</sup> e por BOURDIEU, para quem *“as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. Para ele as representações [...] são produto de estratégias de interesse e manipulação”*.<sup>96</sup> Ao coletar memórias, o pesquisador se defronta com o esquecimento, com as contradições, as falhas, as repetições, nas quais muitas vezes a ambigüidade se impõe sobre a clareza e o individual sobre o social. Mas, é no confronto das diversas versões que encontramos a riqueza das múltiplas percepções da realidade.

A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o valor determinante da construção desse quadro.<sup>97</sup>

A partir desses pressupostos, documentei memórias, realizando entrevistas abertas (seguindo a metodologia proposta para o trabalho com histórias de vida, e não apenas entrevistas temáticas). Considerando que *“a narrativa pessoal nada mais é que a maneira do indivíduo ver a si próprio e ao seu meio [e que] sua memória particular é sua síntese pessoal, aquilo que ele pode abarcar de uma realidade mais ampla”*<sup>98</sup>, não procurei fazer essa reconstrução de forma exaustiva, apenas me ative às trajetórias pessoais, procurando privilegiar as experiências relacionadas à origem familiar, estilo de vida, organização do cotidiano, educação,

---

95 Citado por PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Contexto, v. 15, n. 29, p. 15, 1995.

96 Id. ibid.

97 MONTENEGRO. p. 19-20.

98 DE BEM. p. 39.

valores religiosos, profissão e casamento, tendo o trabalho como fio condutor da entrevista. Segundo MONTENEGRO, “*para muitos entrevistados a vida se resume a sua história de vida e trabalho [...] As coisas da família, dos filhos, da moradia, e a luta em torno desses aspectos, associadas ao fazer do trabalho, são os elementos fundantes da sua narrativa*”.<sup>99</sup>

A riqueza do trabalho, a partir das histórias de vida, “*reside em outorgar um lugar de privilégio à experiência vivida, em sentido longitudinal, e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas*”.<sup>100</sup>

Por outro lado, a entrevista permite que o narrador realize uma reflexão sobre o seu passado e apresente a sua visão de mundo. “*À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm de sua vidas e do mundo ao redor*”.<sup>101</sup>

Na tentativa de buscar o que estava escondido, neste capítulo procurou-se, através da memória, conhecer um pouco do mundo privado daquelas jovens mulheres procurando perceber como as operárias resgatam as suas representações sobre a experiência do trabalho industrial e de que maneira a dinâmica da entrada da mulher no mercado de trabalho, dentro de um quadro cultural específico, interferiu na estabilidade ou na mudança nos modos de vida.

---

<sup>99</sup> MONTENEGRO, p. 22.

<sup>100</sup> PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. IFCH/UNICAMP, 1993. p. 153. (Cadernos Pagu, 1).

<sup>101</sup> MONTENEGRO, p. 16.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabelos ao vento e passos rápidos, durante duas décadas, mal o dia amanhecia, mais de mil mulheres dirigiam-se, diariamente, às fábricas de Curitiba. Com as maçãs do rosto avermelhadas pela brisa fria, passavam pelo relógio ponto, levavam a marmita até o refeitório, penduravam o casaquinho atrás da máquina, vestiam rapidamente o guarda-pó e, entre uma conversa e outra com a vizinha de máquina mais próxima, aguardavam o apito que dava o sinal para que o maquinário entrasse em movimento e tivesse início a jornada diária.

No final do expediente, um pouco mais curto para as menores, sobrava tempo, sobretudo no verão, para um rápido passeio pelo centro da cidade antes de seguir para casa, onde tarefas domésticas, como lavar roupa, limpar a casa, fazer pão ou preparar o jantar, as aguardavam.

Louras, morenas, ruivas e mulatas, as jovens operárias que povoaram as fábricas de Curitiba durante as décadas de quarenta e cinquenta, embora tivessem em comum a idade e os sonhos de menina-moça, formaram um grupo bastante heterogêneo quanto à origem étnica, cultural e condição econômica.

Assim, durante toda a trajetória da pesquisa, semelhanças e diferenças aproximaram essas mulheres numa constante dança dialética, dificultando o seu enquadramento numa categoria única ou em grupos opostos e excludentes.

A semelhança mais evidente estava na representação que elas tinham sobre o papel da mulher. Todas, sem exceção, aspiravam ao casamento como forma de obtenção de *status* econômico e social, demonstrando que a imagem do feminino direcionada para o espaço privado era igual para todos os grupos. Como lembra

TRINDADE, “a extensa e acirrada discussão sobre a posição da mulher no conjunto da família, denunciando, embora, a diversidade ideológica dos grupos envolvidos, em nenhum momento abala sua tríplice condição de esposa-mãe-dona-de-casa”.<sup>1</sup>

Sendo assim, independente da origem social, universo cultural ou condições materiais, a maioria das mulheres procurava emprego por um período temporário, que compreendia o intervalo entre a saída da escola e o casamento. Esse era um dos motivos pelos quais elas acabavam não se constituindo enquanto classe, e permaneciam distantes dos movimentos políticos e reivindicatórios.

Embora houvesse unanimidade quanto ao projeto de vida (casamento e maternidade), o divisor de águas entre as operárias estava fundamentalmente na sua postura frente ao trabalho. Notadamente, havia entre os grupos comportamentos bastante diferenciados diante das relações de trabalho. Essa distinção poderia ser ainda maior dependendo do espaço de trabalho no qual as mulheres atuavam. De acordo com a postura comportamental enquanto trabalhadoras e a concepção que cada um dos grupos tinha sobre o trabalho, poderíamos defini-las, *grosso modo*, como “ajustadas” e “insurgentes”.

As “ajustadas”, em cujo grupo poderíamos inserir a maior parte das descendentes de imigrantes, eram aquelas mulheres que, apesar de saírem de casa para trabalhar, continuaram ligadas exclusivamente ao espaço doméstico. Para elas, a indústria era um prolongamento da casa, onde o patrão assumia o lugar do pai. A entrada no mercado de trabalho era determinada pela família, que decidia onde e quando ela iria trabalhar. O trabalho na fábrica era aceito como uma tarefa. As

---

1 Id., p. 147.



características da obediência e da submissão eram transportadas para o ambiente de trabalho. Elas não decidiam sobre a sua vida, alguém decidia por elas. O salário ganho era entregue, muitas vezes na própria fábrica, diretamente aos pais. Sem liberdade e sem autonomia para reagir diante da autoridade paterna ou patronal, elas ajustavam-se ao sistema de relações de trabalho que lhes era imposto. Como diz CHAUI, as mulheres, bem como outros grupos sociais e classes exploradas, *“estão impedidas de liberdade pela própria definição de seu lugar social e cultural, pois sua subjetividade tem a estranha peculiaridade de colocá-las como dependentes. [...] são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros”*.<sup>2</sup>

No grupo oposto encontramos as “insurgentes”. Essas normalmente trabalhavam em fábricas maiores, nas quais o controle sobre os empregados feito diretamente pelos patrões era mais difícil, e demonstraram um comportamento bem diverso em relação ao trabalho e ao modo de vida. Na maior parte das vezes, eram mulheres que não contavam com o arrimo masculino para sobreviver. iam em busca do emprego na fábrica, porque a falta de escolaridade não permitia melhor escolha.

A trajetória dessas mulheres mostra que, inicialmente, elas buscavam emprego nas indústrias que pagavam os melhores salários e ofereciam trabalhos mais leves, mas eram preteridas, justamente, por não atenderem aos requisitos básicos exigidos por essas empresas, como a boa aparência e escolaridade. Seguiam, então, para aquelas fábricas em que a alta rotatividade, provocada pelas condições de trabalho, tornava os patrões menos exigentes.

Nesses espaços insalubres, as mulheres enfrentavam, além do perigo das máquinas, os conflitos de poder presentes nas relações entre chefias e subalternos.

---

<sup>2</sup> CHAUI, p. 47.

A heterogeneidade quanto à origem e condição social das operárias, aliada às questões de gênero pelo contato direto com trabalhadores do gênero masculino, transformavam esses espaços de trabalho num barril de pólvora, no qual um simples episódio podia transformar-se numa explosão de palavras e gestos rebeldes.

Nesse sentido, as “insurgentes” demonstravam possuir um maior nível de autonomia, uma vez que a necessidade de buscar alternativas para a sobrevivência trazia embutido um grau de liberdade capaz de lhes garantir a autodeterminação. Elas reclamavam, xingavam, agrediam, mas, no entanto, eram incapazes de lutar por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos. Da mesma forma, comportavam-se passivamente diante de situações que envolviam riscos para a segurança e a saúde.

A grande maioria das mulheres que apresentava um comportamento independente e muitas vezes rebelde, dentro do espaço da fábrica, não titubeava em trocar liberdade e autonomia pelo projeto de casamento. A percepção da sua igualdade enquanto indivíduo, no espaço da produção, não era capaz de ultrapassar as barreiras culturais da sociedade, na qual a mulher só se definia socialmente no espaço doméstico e por meio da família.

São raras as mulheres trabalhadoras entrevistadas que demonstraram algum nível de politização ao procurar a defesa de seus direitos e discutir a exploração dos patrões. Aquelas que tentavam possuir uma identidade diferenciada acabavam sendo marginalizadas do universo feminino pelas próprias mulheres. Ao incorporar virtudes consideradas masculinas, como dominação, coragem, ação e autonomia, elas passavam a ser vistas pelas companheiras como desajustadas e insatisfeitas, ou seja, fora do papel definido pela sociedade às mulheres da sua época.

Pelos depoimentos, foi possível perceber com clareza que o discurso dessas mulheres, independente da diversidade ideológica dos grupos envolvidos, reflete que a sua “visão de mundo” era e é, ainda hoje, articulada a partir da cultura do grupo masculino, como se houvesse um discurso *sobre* as mulheres e não *das* mulheres. A dependência ao homem, via casamento, era a única saída para que elas deixassem o trabalho na fábrica e pudessem viver o papel a elas reservado pelo modelo tradicional da divisão do trabalho.

Mais do que isso, a utilização das fontes orais mostrou que, apesar de existir em Curitiba um contingente considerável de mulheres operárias, no período analisado, as representações sobre a mulher, criadas pelas relações de gênero, existentes no imaginário da época, não permitiram que elas se constituíssem enquanto classe.

A heterogeneidade sócio-cultural presente nos diversos grupos e o caráter transitório que o trabalho formal tinha para elas, não permitiam nenhuma identificação com a condição operária. No máximo, elas se denominavam trabalhadoras de uma determinada fábrica, mas nunca pertencentes à classe trabalhadora.

Assumir essa condição, no tempo presente, tornou-se ainda mais difícil. As transformações ocorridas no processo de mecanização das indústrias e no próprio mercado de trabalho acabaram ocasionando uma mudança acentuada no perfil da operária. A representação elaborada sobre a mulher trabalhadora industrial que elas foram não mais se encaixa na figura da operária dos nossos dias. Ao longo do tempo, a identidade entre essas duas personagens deixou de existir. Daí a necessidade de omitir ou escamotear a condição de trabalhadora.

Por outro lado, a ascensão social e econômica dos descendentes de imigrantes, aliada ao discurso moralizante engendrado durante e após o Estado Novo, colaborou para que as mulheres procurassem esconder a condição anterior (e ocasional) de operária.

Nesse sentido, com raras exceções, como no caso de Elizabeth, que configura um caso isolado entre as entrevistadas, as mais de quatro mil operárias localizadas pelas fichas de registro das três empresas pesquisadas não podem ser chamadas de mulheres trabalhadoras, elas apenas foram mulheres que trabalharam.

## ANEXOS

TABELA 1: TRABALHADORES POR GÊNERO E TOTAL, SEGUNDO INDÚSTRIAS PESQUISADAS (1940 E 1960).

INDÚSTRIAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	ABSOLUTO	PERCENTUAL	ABSOLUTO	PERCENTUAL	ABSOLUTO	PERCENTUAL
LUCINDA	157	23%	525	77%	682	100%
VENSKE	177	11%	1422	89%	1599	100%
FIAT LUX	1512	45%	1868	55%	3380	100%
TOTAL	1846	33%	3815	67%	5661	100%

FONTE: Fichas de registro de empregados das indústrias pesquisadas.

TABELA 2: TRABALHADORES MAIORES E MENORES DE IDADE E TOTAL, POR GÊNERO, SEGUNDO INDÚSTRIAS PESQUISADAS, CONFORME IDADE NO MOMENTO DA ADMISSÃO (1940 E 1960).

INDÚSTRIAS	MAIORES		MENORES		NÃO DECL.		TOTAL		TOTAL GERAL
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	
LUCINDA	138	285	19	240	-	-	157	525	682
VENSKE	90	301	86	1102	1	19	177	1422	1599
FIAT LUX	374	466	352	862	786	540	1512	1868	3380
TOTAL	602	1052	457	2204	787	559	1846	3815	5661

FONTE: Fichas de registro de empregados das indústrias pesquisadas.

TABELA 3: NÚMERO DE OPERÁRIOS POR GÊNERO NO MUNICÍPIO DE

## CURITIBA

CENSO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	ABSOLUTO	PERCENTUAL	ABSOLUTO	PERCENTUAL	ABSOLUTO	PERCENTUAL
1940	10.836	89%	1.323	11%	12.159	100%
1950	18.613	86%	3.091	14%	21.704	100%

FONTE: Censos populacionais de 1940 e 1950.

Obs: Não foi possível obter dados percentuais para 1960 porque os resultados daquele censo foram analisados de forma geral, sem especificação por município.

TABELA 4: NÚMERO DE OPERÁRIOS POR GÊNERO - ESTADO DO PARANÁ

CENSO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
1940	18.084	88,5%	2.367	11,5%	20.451	100,0%
1950	29.291	87,0%	4.515	13,0%	33.806	100,0%
1960	49.619	89,5%	5.848	10,5%	55.467	100,0%

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO GÊNERO FEMININO, DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 1940, 1950 E 1960.

ESPECIFICAÇÃO	1940		1950		1960	
	N.	%	N.	%	N.	%
POP. FEMININA > DE 10 ANOS	54.866	78,0	73.097	79,0	138.505	76,0
TOTAL MENORES DE 10 ANOS	15.556	22,0	18.992	21,0	43.768	24,0
TOTAL POP. FEMININA	70.422	100,0	92.089	100,0	182.273	100,0

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO GÊNERO FEMININO, MAIORES DE DEZ ANOS. SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL, DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 1940 E 1950.

RAMO DE ATIVIDADE	1940		1950	
	N.	%	N.	%
Agricultura	1.594	2,90	186	0,25
Indústrias extrativas	22	0,04	34	0,04
Indústrias de transformação	1.301	2,40	3.057	4,20
Comércio de mercadorias	638	1,20	1.381	1,90
Comércio de imóveis e valores imobiliários	49	0,08	220	0,30
Transportes e comunicações	170	0,30	342	0,40
Administração pública, justiça, ensino público, defesa e segurança	994	1,80	666	0,90
Profissões liberais	481	0,90	207	0,30
Serviços *	2.672	4,80	6.706	9,10
Atividades sociais			2.789	3,80
Atividades domésticas e escolares	43.054	78,00	54.442	74,00
Condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	3.881	7,00	3.010	4,10
POP. FEMININA > DE 10 ANOS	54.866	100,00	73.097	100,00

FONTE: IBGE. Censos demográficos de 1940 e 1950.

Obs: Os percentuais foram calculados sobre a população maior de dez anos, considerada como economicamente ativa.

\* No censo demográfico de 1940 as atividades de serviços e atividades sociais aparecem juntas.

TABELA 7: VARIAÇÃO DOS PREÇOS (EM CRUZEIROS) DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DE CONSUMO NO PERÍODO ENTRE 1930 e 1954

PRODUTOS	1930	1945	1951	1954*
Carne	2,50	6,00	11,80	24,00
Arroz	1,30	4,50	7,20	20,00
Açúcar	0,50	1,00	4,20	5,30
Azeite	5,80	9,00	48,00	85,00
Bacalhau	2,30	8,90	23,10	42,00
Banha	2,90	8,90	18,00	60,00
Café	1,40	2,50	17,20	66,00
Cebola	1,00	2,50	6,50	9,00
Farinha	0,40	1,60	2,20	2,80
Farinha de trigo	0,80	2,60	6,50	7,00
Feijão preto	0,40	2,50	3,20	4,00
Lombo	3,00	6,80	16,20	29,00
Manteiga	6,30	20,00	36,00	60,00
Sal	0,20	1,10	6,50	7,50
Sabão	1,20	3,60	-	15,00
Toucinho	2,30	12,20	22,00	37,00
Charque	3,10	8,50	21,30	32,00

FONTE: Jornal Diário da Tarde. Curitiba, 12 maio 1954. p. 6.

\* Nesse ano houve o primeiro reajuste do salário mínimo desde a sua criação em 1940. A proposta feita por João Goulart e decretada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1954, estabelecia que o valor máximo do salário mínimo era de Cr\$ 2.400,00 para o Distrito Federal e, em sentido decrescente, os respectivos valores para as demais regiões.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

AO LUAR. Curitiba: v. 1, n.2, ago. 1941.

ARQUIVO DA DOPS. Arquivo Público do Paraná. Parte n. 953. 22 ago. 1942.

ARQUIVO da Indústria Fiat Lux.

ARQUIVO da Indústria Lucinda.

ARQUIVO da Indústria Venske

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. O cotidiano de Curitiba durante a segunda guerra mundial. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, n. 107, out. 1995. 67 p.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Alvarás de Licença. Livro n. 1, fl. n. 000045, 1937.

PARANÁ. II Grande Exposição Internacional de Curitiba. Curitiba, [194-]. n. p.

PARANÁ. Guia Turístico Rodoviário (elaborado em comemoração à passagem do primeiro decênio de administração do Interventor Federal Sr. Manuel Ribas). Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Curitiba, jan. 1942, p. 8-15.

FIAT LUX. [Catálogo impresso por ocasião do centenário da indústria]. Jun. 1994. 16 p.

\_\_\_\_\_, 1950, v. 13, p. 19.

ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, [19--], V. 4, n.3, 1930. n.p.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 03 jul. 1954, p.1.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 05 out. 1954, p. 6.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 12 maio 1954, p. 6.

JORNAL GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 fev. 1952, n. 9.490, p.1-8.

JORNAL O DIA. Curitiba, 12 nov. 1946.

DUVALL, Sylvanus; DUVALL, Evelyn. Coluna Problemas de família. O Estado do Paraná. Curitiba, 02 set. 1954. p. 9.



- LACERDA, Maria Thereza Brito de. As Mocinhas da Cidade. Leite Quente. Curitiba, v. 3, n. 7, p. 22, ago. 1991.
- LOWMAN, Josephine. Mantenha sua Juventude. O Estado do Paraná. 04 set. 1954. p.5.
- O GUIA PARANAENSE. Curitiba, v.1, n.1, 1916.
- PARANÁ. Indústria e Profissões e Bebidas Alcoólicas do Município de Curitiba. 1945. Inspeção Regional de Rendas. Arquivo Público.
- PARANÁ. Indústria e Profissões e Líquidos Espirituosos do Município de Curitiba. Exercício de 1940. Recebedoria Estadual da Capital. Arquivo Público.
- PARANÁ. Museu da Imagem e do Som. Maquinaria. Curitiba, Secretaria do Estado da Cultura, [19--].n.p.
- RECENSEAMENTO Geral do Brasil realizado em 1 de julho de 1950. IBGE, Rio de Janeiro, 1955.
- RECENSEAMENTO Geral do Brasil realizado em 1 de set. de 1940. IBGE, Rio de Janeiro, 1951.
- RECENSEAMENTO Geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1960. IBGE, Rio de Janeiro, 1966.
- REVISTA ANUÁRIO SUL DO BRASIL. v. 10, 1947, p.7.
- SOUZA BRASIL, Temístocles Paes de. Recordações de Curitiba. In: Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, v. 2, n. 8, p. 41, mar. abr. 1943.
- TREVISAN, Dalton. Minha cidade. Revista Joaquim, v.1, n. 6, n.p., nov. 1946.
- VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. v. 7, p. 159.

**ENTREVISTAS**

AMORIM, Yolanda Fassi Casagrande Gomes. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

ARBAITER, Hilda. Entrevista. Curitiba, ago. 1995.

BASSO, Thereza Gorski. Entrevista. Curitiba, nov. 1995.

BONAMIN, Elydia. Depoimento. Curitiba, dez. 1995.

BONATTO, Fabino. Entrevista. Curitiba, dez. 1995.

BOTURI, Erna. Depoimento. Curitiba, jun.1995.

BRUSAMOLIN, Alzira. Depoimento. Curitiba, mar. 1995.

BRUSAMOLIN, Isaura. Depoimento. Curitiba, mar. 1995.

GELASCO, Doris Tibucheski. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

GERONASSO, Angélica Manikoski. Entrevista. Curitiba, jul. 1996.

GODOY, Francisco de Lima. Entrevista. Curitiba, nov. 1995.

GOMES, Zelly Mathias. Entrevista. Curitiba, dez. 1995.

GORSKI, Thereza. Entrevista. Curitiba, nov. 1995.

KÓSSAR, Léo. Entrevista. Curitiba, maio 1995.

MELLO, Edde Corte. Depoimento. Canoinhas, nov. 1994.

MENDES, Idalina. Entrevista. Curitiba, maio 1995.

OLIVEIRA, Luiza Silveira de. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

PIAZZETA, Thereza Silveira. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

PREVEDELLO, Mercedes Pockrandt . Entrevista. Curitiba, jun. 1995.

PROBST, Alice Pockrandt. Entrevista. Curitiba, jun. 1995.

RINALDI, Galantina Pilatti. Depoimento. Curitiba, mar. 1995.

ROSA, Tereza Gelasco da. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

SANDRINI, Eugênia Pockrandt. Entrevista. Curitiba, jun. 1995.

SMOGER, Elizabeth. Entrevista. Curitiba, maio 1995.

STIVAL, Renata Anemann. Entrevista. Curitiba, jun. 1995.

TORTATO, Genil. Entrevista. Curitiba, dez. 1995.

TRINDADE, Heroníades. Depoimento, dez, 1994.

VACHVICZ, Sirlene Maria. Entrevista. Curitiba, nov. 1995.

VOJCIECHOSKI, Emília Gelasco. Entrevista. Curitiba, ago.1994.

WEITZ, Maria Nascimento. Entrevista. Curitiba, ago.1995.

WOELNNER, Leonice. Depoimento. Curitiba, out. 1995.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma. A mulher na força de trabalho: um balanço de perspectivas. In: RODRIGUES, Leoncio Martins et al. Recife, Brasília, ANPPCS/CNPQ, 1981.
- ALBARNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, [19--].
- ALBUQUERQUE, J. A. Guillon. Instituição e poder: análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ANDERSON, Michael. Elementos para a História da família ocidental: 1500-1914. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas: ABEP, v. 11, n.1, p. 61-87, jan. jun., 1994.
- ARENDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BACHA, Edmar Lisboa, org.; KLEIN, Herbert S., org. A transição incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BALHANA, Altiva P. et al. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1, p. 184.
- BARROS, Myriam Moraes Lins. Memória e família. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 29-42, 1989.
- BARTHES, Roland. Michelet. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BERMANN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BILAC, Elizabeth Dória. Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de "trabalhadores manuais" de uma cidade do interior paulista. São Paulo, 1983. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo.
- BLAY, Eva A. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- \_\_\_\_\_. Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias; Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins, org. A mulher no espaço público. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n 18, ago.set. 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância na sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 6, n 11, p. 7-44, set. 1985 / fev. 1986.
- BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena B.: Família: representação e cotidiano. Reflexão sobre um trabalho de campo. São Paulo: CERU/CODAC/USP, 1989.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relação de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-309.
- BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- \_\_\_\_\_. Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERGER, Fúlvia. A mulher e o trabalho. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUENO, Wilma de Lara. Curitiba, uma cidade bem amanhecida: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e início do século XX. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Indústria de Torrefação e Moagem de Café e Consumo Interno 1940-1970. Curitiba, 1976. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- CARVALHO NETO, João Baptista de. Florianópolis Essenfelder: a trajetória de um empresário. Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do Feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p. 37-46.

- CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perpectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, v.4. p. 23-62, 1985.
- COSTA, Emília Viotti. A dialética Invertida: 1960-1990. Revista Brasileira de História, v. 14, n. 27, São Paulo: ANPUH, p. 9- 26, 1994.
- COSTA, Suely G. Transformação e reprodução: Marshall Sahlins e a dialética (quase invisível) do cotidiano. Revista Ágora, Niterói, v. 1, p. 15-22, 2º sem. 1993.
- DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BEM, Cleide Perito de. Casas, casebres e condomínios: segregação espacial e relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, um bairro de Curitiba. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo.
- DECCA, Edgar S. O nascimento das fábricas. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. Memória e cidadania. In: O direito à memória. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p. 129-136.
- \_\_\_\_\_. As desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995. p. 59-69.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.
- DEL PRIORE, Mary. A mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.
- ENGEL, Magali G. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. História da Cultura: buscas e caminhos. Revista Ágora. Niterói: Núcleo de Pesquisa em História da Cultura. v. 1, n.1, p. 30-38, 2º sem. 1993.
- ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de M., org.; ABREU, Alzira Alves de, org.; et al. Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

- FERRO, Marc. A história vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, org. Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCHETTO, Bruna. et al. Antropologia e feminismo. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar. v.1, 1981.
- GAMA LIMA, Lana Lage da, org. Mulheres, adúlteros e padres: História e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- GANZ, Angela. Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925- 1945. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- GASPAR, Maria Dulce. Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.
- GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GUARINELLO, Norberto Liz. Memória coletiva e história científica. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v.15, n. 28, p.180-193, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992. p. 157-160.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 93-126.
- HOBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre Mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 54-92.
- HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: (1951-1952) Curitiba, Escritório Sul- Brasil Econômico, 1951.
- LEITE, Miriam Moreira, org. A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas: Papirus, 1986.
- \_\_\_\_\_. História e cotidiano: o lugar de uma categoria conceitual na pesquisa histórica. [s.l.: s,n] [19--] (mimeografado).
- LIMA, Lana Lage da Gama, org. Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987.
- LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer, coord. Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970). Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- MACHADO, Lia Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 24-38.
- MARTINS, Ana Paula. "Um lar em terra estranha": A aventura da individualização feminina. A Casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- MASSI, Marina. Vida de mulheres: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Trabalho domiciliar - Trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930). In: ABREU, Alice R. e SORJ, Bila (org). O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- \_\_\_\_\_. Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café. (São Paulo 1888- 1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MELLO, Silvia Leser de. Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988.
- MICELLI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.



- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Roberto C. de., org. Mauss - Antropologia. São Paulo, Ática, 1979. (Coleção grandes cientistas sociais, 11).
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 7-36.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e cidadania: o direito ao passado. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. op. cit., 1992. p. 25-28.
- PENA, Maria Valéria J. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. Da revolução à grande guerra. In: ARIES, P. & DUBY, G. História da vida privada, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./ set 89.
- \_\_\_\_\_. Em que ponto está a história das mulheres na França? Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v.15, n. 28, p. 9-27, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.127-150.
- PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1993. p.149-171. (Cadernos Pagu, 1).
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter, org. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- RAGO, Margareth L. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1995. p.81-94.
- RONCAGLIO, Cynthia. Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (1890-1934). Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.

- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.151-182.
- ROSALDO, Michelle, org.; LAMPHERE, Louise, org. A Mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- \_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.
- SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: “com a venda nos olhos”. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, v.1, p. 49- 97, 1981.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. A história da família no Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9 n. 17, p. 7-35, set. 88/ fev. 89.
- \_\_\_\_\_. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- \_\_\_\_\_, org. Família e grupos de convívio. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 9, nº 17, set.88 / fev.89.
- SANTOS, Antonio César de Almeida. Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná.
- SCHWARZ, Bill. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p.67-79.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: A escrita da história: novas perspectivas. Peter Burke (org); São Paulo, Editora da Univ. Estadual de Campinas, 1992. p. 63-95.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHORTER, Edward. Naissance de la famille moderne XVIII-XX<sup>e</sup> siècle. Paris, Editions du Seuil, 1977.
- \_\_\_\_\_. Le corps des femmes. Paris: Editions du Seuil, 1984.

- SILVA, Guilmar Maria Vieira. Verdes tons dos cafezais: o Paraná e sua fatura cultural em meados do século XX. Curitiba, 1993. (Monografia).
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: BRUSCHINI, Cristina, org.; COSTA, Albertina de Oliveira, org. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.15-23.
- STONE, Lawrence. Família, sexo y matrimonio en Inglaterra (1500-1800). Mexico: Fondo de Cultura de Cultura
- TAYLOR, Julie. Flexibilidade na ideologia de gênero. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, v.3, p. 45-72, 1981.
- THOMPSON, Edward P. Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Critica, 1984.
- TRINDADE, Etelvina M. de Castro. Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo.
- VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias Luso-Brasileiras: “santidades” e milenarismos indígenas. In: \_\_\_\_\_, org. América em tempo de conquistas. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- VIDAL, Diana Gonçalves. No avesso das teclãs: virtuosos e concertistas da sinfonia (sempre) inacabada do trabalho. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.
- WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.